



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**RAQUEL MÍRIAN NÓBREGA**

**SEGURANÇA PÚBLICA E IDENTIDADE**

**A construção do *ethos* Policial Militar paraibano**

**CAMPINA GRANDE**

**2014**

RAQUEL MÍRIAN NÓBREGA

**SEGURANÇA PÚBLICA E IDENTIDADE**  
**A construção do *ethos* Policial Militar paraibano**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG, como pré-requisito para obtenção de título de Mestre.

Orientador: Prof. Drº. Vanderlan Francisco Silva

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

2014

FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

N754s Nóbrega, Raquel Mírian.  
Segurança pública e identidade : a construção do *ethos* policial militar paraibano / Raquel Mírian Nóbrega. – Campina Grande, 2014.  
144 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Vanderlan Francisco Silva".  
Referências.

1. Polícia Militar. 2. Soldado. 3. Identidade. I. Silva, Vanderlan Francisco. II. Título.

CDU 355.511.6(043)

RAQUEL MÍRIAN NÓBREGA

**SEGURANÇA PÚBLICA E IDENTIDADE**  
**A construção do *ethos* Policial Militar paraibano**

APROVADA EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Drº. Vanderlan Francisco da Silva - PPGCS-UFCG - (Orientador)

---

Prof. Drº. José Maria de Jesus Izquierdo Villota - PPGCS-UFCG - (Examinador - Interno  
Titular)

---

Prof. Drº. Edmilson Lopes Júnior – PPGCS-UFRN - (Examinador Externo - Titular)

---

Profª. Drª. Hilderline Câmara de Oliveira – PPGA-UnP - (Examinador Externo - Titular)

---

Prof. Drº. Ronaldo Sales Laurentino Junior - PPGCS-UFCG (Examinador Interno- Suplente)

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

2014

## AGRADECIMENTOS

Sou grata:

Aos meus pais, Onofre e Aura, e meus irmãos, Michelle, Roberto e Michel que são o pilar que me sustenta nesta existência;

Aos meus familiares, a quem agradeço em nome das minhas queridas avós Carmelita e Adelina, que estão comigo nas horas de alegria e dor;

Às minhas tias Silvinha e Ana e à minha irmã Michelle que juntas forneceram os meios financeiros para tentar a seleção deste mestrado;

À Vanderlan Silva, orientador deste trabalho, que de forma sábia segurou minha mão e conduziu meus passos nas Ciências Sociais;

Às minhas queridas amigas Linda, Raquel e Lidiane, e também a Almério, que me receberam em sua casa no início do mestrado e me deram alegria, carinho e abrigo;

Ao professor Jesus Izquierdo que através de sugestões e sua admirável obra, “Meninos não Choram”, viabilizou *insights* indispensáveis para esta pesquisa; e ao professor Ronaldo Sales, pela disponibilidade em participar desta banca.

Ao professor Edmilson e à professora Hilderline por se deslocarem a Campina Grande e fornecer importantes contribuições a este trabalho;

Ao Comando Geral da Polícia Militar da Paraíba, que abriu as portas da instituição para a realização desta pesquisa;

Aos policiais homens e mulheres, Praças e Oficiais do 10º BPM-PB e do 2º BPM-PB e outros tantos com quem tive contato e que partilharam comigo os prazeres e dissabores de sua profissão;

Aos meus amados companheiros desta vida, os integrantes da Sociedade de Estudos Espírita do Junco (SEEJ), pelas orações constantes e energia positiva.

**“Como em todas as categorias, entre os policiais há todo tipo de gente: há os mal educados, os carrancudos, os estúpidos, os parvos, os violentos, os truculentos, os patéticos, mas também os educados, os simpáticos, os intelectualizados, os pacíficos, os ponderados, os realizados, os *“gentlemans”*, as elegantes senhoras. Seguramente, em uma ditadura - abjeta por definição - estes últimos não têm a menor chance. Mas a ditadura acabou e agora trata-se de construir a democracia, recluindo à sua insignificância os primeiros, estimulando o desenvolvimento dos modelos positivos” (BALESTREI, 2008).**

## RESUMO

Este trabalho versa sobre a identidade do Policial Militar paraibano a partir do soldado. A discussão sobre identidade parte do pressuposto de que o indivíduo não possui uma identidade única, mas consiste num ator que desempenha vários papéis no cenário social. A metodologia é Qualitativa e lança mão de entrevistas, análise de conteúdo e observação *in locu*. A pesquisa foi desenvolvida no 10º e no 2º Batalhão da Polícia Militar da Paraíba (2º BPM-PB), localizados na cidade de Campina Grande. As entrevistas foram realizadas entre Outubro e Dezembro de 2013, gravadas e depois digitalizadas. Doze policiais foram entrevistados: dois Oficiais e dez soldados, entre eles, quatro mulheres e oito homens. Os referenciais empíricos são os sites da Polícia Militar da Paraíba e do Ministério da Justiça, além de obras de Balestreri e estudiosos da segurança pública brasileira. Goffman, Foucault e Giddens estão entre os aportes que dão suporte à discussão teórica da pesquisa. O capítulo um discute segurança pública e identidade com os referenciais teóricos que dão suporte a discussão. O capítulo dois analisa o processo seletivo para o Curso de Formação de Soldados (CFSD) a partir do edital do CFSD-PMPB, do ano de 2008. O terceiro versa sobre o processo de socialização, ou educação do PM a partir dos CFSD's realizados entre 2009 e 2012. No quarto e último capítulo, homens e mulheres soldados falam de suas experiências no interior e além da instituição. Os processos de entrada, formação e permanência na instituição, que se assemelha àquelas do tipo Totais, revela que a identidade policial militar é constituída por idealizações que fazem do soldado mais um indivíduo de guerra do que “de rua”. Além disto, os discursos e as práticas tanto do estabelecimento quanto dos próprios policiais indicam que querer entrar na PM, ser um de seus integrantes e desejar deixá-la são fases distintas do ser soldado, que longe de possuir uma identidade permanente é um fenômeno em fluxo constante de socializações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Polícia Militar. Soldado. Identidade.

## ABSTRACT

This work concerns Paraíba Military Police's identity, from the soldier. The discussion of identity assumes that the individual does not have a unique identity, but consists of an actor who plays several roles in the social scene. The methodology is qualitative and makes use of interviews, content analysis and observation in locus. The research was developed on the 10th and the 2nd Military Police Battalion of Paraíba (PB - 2 ° BPM ), located in the city of Campina Grande. The interviews were accomplished between October and December 2013, recorded and digitized. Twelve military polices were interviewed, two officers and ten soldiers, among them four women and eight men. PMPB social networks also constituted valuable elements of observation of the soldiers. Empirical benchmarks are websites of the Military Police of Paraíba and the Ministry of Justice, as well as Balestreri and students of Brazilian public safety's work. Goffman, Foucault and Giddens are among the theoretical frameworks that support the theoretical discussion of the research. The chapter one discusses public safety and identity with the theoretical frameworks that support the discussion. The chapter two discusses the selection process for the Training Course for Soldiers (CFSD) from the announcement of the CFSD-PMPB, in 2008. The third chapter deals with the process of socialization or education PM from CFSD's made between 2009 and 2012. In the fourth and final chapter, from their experiences, men and women soldiers talk about their experiences within and beyond the institution. The input processes, training and stay in the institution, which resembles those of type Totals reveals that military police identity is constituted of idealizations that make of the soldier more a war than "street" individual. Moreover, the discourses and practices of both the establishment and the proper soldiers indicate that the wishing of inputting PM, be one of your members and want to leave it are distinct phases of a soldier, that far from having a permanent identity is a phenomenon in constant flow of socializations.

**KEYWORDS:** Military Police. Soldier. Identity.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**BOPE** - Batalhão de Operações Especiais

**BPM** - Batalhão da Polícia Militar

**CE** - Centro de Educação

**CFSD** - Curso de Formação de Soldados

**CFO** - Curso de Formação de Oficiais

**CPR/1** - Comando de Policiamento Regional 1

**MJ** - Ministério da Justiça

**PM** - Policial Militar; Polícia Militar

**PNE** - Portador de Necessidades Especiais

**PROERD** - Programa Educacional de Resistência as Drogas

**PMPB** - Polícia Militar da Paraíba

**ROTAM** - Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas

**SENASP** - Secretaria Nacional de Segurança Pública

**UOP** - Unidade Operacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 SEGURANÇA PÚBLICA E IDENTIDADE.....</b>	<b>27</b>
1.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA PENSAR A IDENTIDADE POLICIAL.....	27
1.2 ASPECTOS DA INSTITUIÇÃO POLICIAL.....	33
<b>1.2.1 A genealogia da Polícia Ocidental.....</b>	<b>35</b>
<b>1.2.2 Estrutura e valores da Polícia Militar da Paraíba.....</b>	<b>37</b>
<b>2 QUEM PODE SER POLICIAL MILITAR?.....</b>	<b>43</b>
2.1 “EU ME ISNPIREI NAQUELE CARA” .....	43
2.2 O TIPO IDEAL DE SOLDADO.....	46
<b>2.2.1 Caracteres morais e intelectuais para entrar na polícia.....</b>	<b>51</b>
<b>2.2.2 Atributos psicológicos para ser soldado.....</b>	<b>53</b>
<b>2.2.3 O valor que a instituição atribui ao corpo.....</b>	<b>55</b>
<b>2.2.4 Elementos da estética militar.....</b>	<b>58</b>
<b>3 INTERIORIZAÇÃO DO ESTILO DE VIDA MILITAR.....</b>	<b>63</b>
3.1 DISTINTIVOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS (CFSD).....	63
<b>3.1.1 Estrutura física e tecnológica das unidades formativas de soldados.....</b>	<b>64</b>
<b>3.1.2 Recursos metodológicos: a Matriz Curricular Nacional.....</b>	<b>67</b>
<b>3.1.3 Recursos humanos do CFSD.....</b>	<b>72</b>
3.2 A SEMANA ZERO E O CURRÍCULO OCULTO DO CFSD.....	76
<b>4 EXPERIÊNCIAS DO SOLDADO NO ÍNTIMO E ALÉM DA INSTITUIÇÃO.....</b>	<b>91</b>
4.2 “Antes de entrar na polícia, eu tinha outra visão” .....	91
4.3 “Estou estudando para outros concursos” .....	95
4.4 “Polícia quando está perto incomoda, quando está longe faz falta” .....	97
4.5 “Agente sai de casa sem saber se vai voltar” .....	104
4.6 “As condições de trabalho têm melhorado” .....	107
4.7 “Toda instituição tem uma hierarquia” .....	111

<b>4.8 “minha família gosta” e “minhas amizades diminuíram”</b> .....	115
<b>4.9 Uma “instituição eminentemente masculina”</b> .....	118
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	122
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	127
<b>ANEXOS</b> .....	130
<b>APÊNDICES</b> .....	139

## INTRODUÇÃO

O ano de 2013 foi marcado pela divulgação de relevantes pesquisas na área da segurança pública brasileira, cujos resultados mostraram que o Nordeste, em especial, a Paraíba, se destacou pelos altos índices de violência. A “Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública 2013”, o “Mapa da Violência 2013: homicídios e juventude no Brasil”, a “Estimativa do número de usuários de crack e/ou similares nas capitais do Brasil” e “Femicídios no Brasil” estão entre as publicações mais recentes sobre polícia, mortes e drogas no cenário nacional. A Polícia Militar, “ponta da lança” da segurança pública está no centro desta discussão, já que lhe cabem as ações ostensivas de prevenção e combate aos homicídios, ao uso de drogas, à violência, etc., em poucos termos, à segurança dos cidadãos. Além disto, as manifestações públicas que ocorreram em todos os estados brasileiros, em junho de 2013, redescobriram velhos questionamentos acerca da polícia ostensiva, tais como seu papel e convívio com a população.

Este trabalho problematiza a identidade policial, abordando, de modo específico, os soldados da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), no intuito de compreender o que pensam, dizem e fazem estes indivíduos a quem cabe a “ordenação do estado”. As questões centrais da pesquisa podem ser abreviadas nas indagações: O que é ser soldado na Polícia Militar? Que tipo de serviço ele presta à população? Como ocorre o processo de formação desta identidade? Quais os pré-requisitos necessários para o indivíduo que se submete ao processo de seleção do Curso de Formação de Soldados (CFSD)? Quais suas condições de trabalho; o relacionamento com a família, com a população e com os outros PM’s?

Adentrar os “recintos” da PM é uma das tarefas do cientista social, encarregado de estudar o papel das instituições sociais e repassar este conhecimento para a comunidade científica e não- científica. Desta tarefa vale destacar o que diz Velho (1978): “os cientistas sociais, antropólogos, sociólogos, cientistas políticos, etc, estão constantemente entrando em áreas invioláveis, levantando dúvidas, revendo premissas, questionando [...]” .

Nesta pesquisa, a polícia é percebida a partir do soldado. Poder-se-ia compreendê-lo por vários caminhos: entrevistando familiares, amigos, companheiros de profissão, criminosos, indivíduos que interagem com os soldados cotidianamente, dentro e fora da instituição; conversando e acompanhando os policiais no trabalho, observando seu comportamento na rua, no quartel, no batalhão. Todos, certamente seriam eficazes para interpretá-lo. No entanto, o discurso oficial - leis, documentos, informações fornecidas no site da PM, entre outros -, o diálogo com PM’s e fontes empíricas e teóricas são os recursos

escolhidos como via de acesso a tal identidade. A carreira moral do policial é tratada em suas fases: a pré-soldado que corresponde ao processo de seleção e formação do aluno, e a de soldado, fase pós-curso de formação, onde o policial realiza o serviço à população.

Cabe lembrar que uma pesquisa é sempre um recorte da realidade. O pesquisador, por dificuldades inerentes à produção do conhecimento, não se esquivava de selecionar características do objeto do qual se ocupa, priorizando aspectos e marginalizando outros.

O pesquisador que elabora uma interpretação sobre um grupo social acaba criando, até certo ponto, um grupo que toma forma e sentido a partir do seu olhar. Cada um, a seu modo, com os instrumentos de que dispõe, percebe muitos aspectos, emite outros, destaca elementos que acredita serem os mais substanciais, não dá importância a alguns que lhe parecem pouco expressivos (SILVA, 2008, p. 2).

A pesquisa social é, acima de tudo, um desafio. Estudar o que identifica e distingue um grupo social de outros exige que o cientista lance mão de um conjunto de recursos metodológicos para compreender as particularidades de seu objeto. A metodologia utilizada para desenvolver esta proposta é Qualitativa. A coleta de dados foi realizada através de observação *in locu* e entrevistas, além do uso de referencial empírico e teórico sobre o tema.

O processo de formação dos soldados é pensado a partir da Sociologia de Goffman, que aborda as instituições não em uma perspectiva tecnicista, política, estrutural ou cultural, mas dramaturgicamente. Estudar a identidade do soldado, neste contexto, é interpretar o processo que leva o indivíduo a representar um papel social específico. Michel Foucault, Anthony Giddens e Stuart Hall também estão entre os aportes teóricos que auxiliam a discussão.

Os referenciais empíricos, por sua vez, são obras de Balestreri e os sites do Ministério da Justiça - por onde é acessado o endereço eletrônico da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) - e da Polícia Militar da Paraíba. A experiência de Balestreri e as pesquisas do Governo Federal revelaram-se fontes valiosas para problematizar segurança pública na Paraíba. Uma revista de circulação interna da PMPB, relativa ao CFSD 2012/2013 realizado no 3º BPM, na cidade de Patos, também foi usada como recurso para análise da formação Policial Militar.

A observação *in locu* foi realizada entre os meses de outubro e dezembro de 2013 e pode ser dividida em dois momentos: a ida nas ruas de Campina Grande e as visitas nos batalhões da PMPB. As visitas às ruas da cidade de Campina Grande permitiram presenciar, por exemplo, práticas de baculejo, o *modus operandi* da polícia e as modalidades de policiamento realizadas na cidade, entre outros. Há que se destacar que tal observação foi

limitada, pois foi realizada em regiões centrais da cidade tais como as ruas do Centro, o Terminal de Integração e a região do Açude Velho. Tal procedimento permitiu verificar que em Campina Grande a PM realiza quase todas as modalidades de policiamento e é comum ver nas ruas da cidade policiais da Ciclo Patrulha, do Policiamento ordinário (ou, a pé) e motorizado, da Cavalaria, dos grupos de operações especiais, tais como ROTAM e BOPE, embora estes sejam menos freqüentes, entre outros. As três primeiras são mais comuns.

Também foi possível observar que a instituição seleciona perfis de soldados para cada tipo de policiamento. Por exemplo, os soldados do policiamento ordinário são em sua maioria policiais mais velhos que andam tranquilamente pelas ruas centrais observando o vai-e-vem dos transeuntes. Os policiais do Ciclo Patrulha, por sua vez, são mais jovens, mais magros e tem um aspecto mais descontraído, impressão que pode ser causada pelas suas roupas, camisa branca de manga longa e bermuda, e por não utilizarem “armamento pesado”. Já os PM’s dos Grupos de Operações Especiais são soldados mais fortes, também jovens, cuja primeira impressão é a de serem soldados “mais fechados”, mais sérios, o que pode ser ocasionado pelo uso de roupas pretas e a notável presença do “armamento pesado”.

Outro fenômeno observado é a ausência das mulheres em grupos tais como o BOPE e a ROTAM. Durante a pesquisa se percebeu que é bastante comum encontrar mulheres na Ciclo Patrulha e nos setores administrativos, mas em grupos especiais, não. Em todos os dias de observação, apenas uma mulher foi vista no BOPE, no 10º BPM, com quem não foi possível estabelecer um diálogo, dada a rapidez com a qual ela e seus companheiros entraram e saíram da UOP (Unidade Operacional). Também é mais comum encontrar soldados mais antigos no policiamento ordinário e nos setores administrativos da instituição. Outras características do Polícia Militar foram identificadas a partir da observação nas ruas de Campina Grande e elas poderão ser citadas nos capítulos deste trabalho, nas análises acerca do soldado.

O segundo momento da observação *in locu* foi feito nas UOP’s visitadas, o que permitiu observar e entrevistar policiais e, conseqüentemente, visualizar o *modus operandi* administrativo da PMPB.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2013, no 10º e no 2º Batalhão da Polícia Militar da Paraíba (BPM-PB), selecionados pela localização na cidade de Campina Grande. Foram realizadas doze entrevistas: duas com Oficiais e dez com soldados. Dos Oficiais, um homem e uma mulher. Dos soldados, sete homens e três mulheres. Além destes informantes, foi mantido contato com outros policiais, através das páginas eletrônicas das UOP’s da PMPB e de redes sociais. A escolha da quantidade de

homens e mulheres foi feita considerando o total de soldados da PMPB, que tem o número de homens maior que o de mulheres. Os nomes dos interlocutores foram preservados e substituídos por pseudônimos, que aparecem ao longo do trabalho. Os Oficiais receberam os nomes de Alberto e Vilma. Os soldados, por sua vez, são chamados de Bento, Carlos, Denize, Joel, Kátia, Michel, Renata, Saulo, Tales e Silvio. A escolha dos pseudônimos foi aleatória.

Indispensável é pontuar que os soldados entrevistados, tanto homens, quanto mulheres são jovens e têm entre vinte e trinta e cinco anos. O critério de seleção dos soldados foi ter entrado na PM no processo seletivo para o CFSD-PMPB (Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba) de 2008, último concurso realizado pela instituição. Tal critério se justifica porque o segundo capítulo deste trabalho versa sobre o processo seletivo para o CFSD de 2008 e o terceiro capítulo trata das turmas formadas a partir dele. Dos dez soldados entrevistados, seis participaram de CFSD's em Campina Grande; três em Cajazeiras e um no Centro de Educação (CE) da PMPB. Todos os cursos foram realizados entre os anos de 2009 e 2011.

Em dois meses foram realizadas dez visitas às UOP's selecionadas: cinco no 10º BPM, três ao 2º BPM e uma ao Comando de Policiamento Regional 1 (CPR/1), todas localizadas em Campina Grande. O número de visitas se justifica devido ao enfrentamento de burocracia com os documentos, que me fizeram voltar mais de uma vez aos batalhões. Contatos constantes também foram mantidos com policiais, Oficiais e Praças, pela internet e por telefone.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semi-estruturado com doze questões. Nove foram gravadas em mídia eletrônica e depois digitalizadas. A pedido dos interlocutores, três não foram gravadas, mas foram registradas no diário de campo. Cada entrevista teve duração aproximada de trinta minutos. Os locais de realização das entrevistas foram as próprias UOP's da PMPB.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro está dividido em duas partes. Primeiro, realiza uma discussão das categorias identidade e instituição. A identidade é interpretada num diálogo com obras de teóricos que se ocuparam do tema, com destaque para a sociologia dramaturgic de Goffman, para quem o indivíduo não possui um "eu" único e imóvel, mas consiste num ator, que desempenha vários papéis na fachada social. Falar em identidade não é abordar um interior *a priori* do sujeito, mas considerar o contexto social onde o ator realiza suas representações. Nesta perspectiva, a identidade policial militar constitui uma, entre outras identidades que o soldado encena. Em seguida, a polícia é

apresentada em sua organização estrutural. O que é a PM e como está organizada norteia as discussões centrais.

Em seguida, o processo seletivo que classifica o tipo de soldado requerido pelo estabelecimento é avaliado. Isto é feito analisando o edital para o concurso público para o CFSD-2008, disponível no site da PMPB. Partindo da evidência de que o soldado passa por um processo seletivo, que requer um corpo e uma personalidade ideal para o desempenho do futuro papel, o segundo capítulo discute as fases deste processo de construção da identidade e as características cognitivas, físicas, psicológicas e morais, requeridas para este profissional específico da segurança pública.

A terceira parte versa sobre o processo de formação da identidade do soldado da PMPB. Os CFSD's pelos quais passaram os informantes desta pesquisa, ou seja, aqueles realizados entre os anos de 2009 e 2011 permitem diagnosticar como se dá a construção de tal identidade. O CFSD é apresentado em sua estrutura: arquitetura, recursos técnicos, humanos e metodológicos. Os discursos e as técnicas de educação do soldado são pensados a partir das falas dos informantes, de referenciais empíricos tais como Balestreri, da Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública e de outros referenciais teóricos selecionados para este trabalho.

O quarto e último capítulo apresenta os sentimentos, as experiências e os pensamentos dos policiais sobre sua profissão. Parte-se do pressuposto de que pensar a identidade policial militar é refletir acerca do universo do soldado, dentro e além da instituição. Pensando o soldado no trabalho de rua; no contato com a população; no relacionamento entre Praças e Oficiais, homens e mulheres policiais; nas suas condições de trabalho, entre outros fatores, espera-se compreender o que é ser soldado na Polícia Militar da Paraíba.

## PROCEDIMENTOS DA PESQUISA DE CAMPO

Como foi dito, a observação *in locu* deste trabalho foi realizada entre os meses de outubro e dezembro de 2013. Antes do início dos trabalhos de campo, dois ofícios foram redigidos pelo Coordenador Administrativo da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da UFCG (UACS-UFCG), Clóvis Alberto Vieira de Melo e encaminhados aos setores administrativos da PMPB, solicitando permissão para a pesquisa. Tais ofícios passaram por três setores da PMPB, a saber: dois Comandos de Policiamento Local, ou seja, o 10° e o 2° BPM; um Comando de Policiamento Regional, o CPR/1 e o Comando Geral, este último localizado na cidade de João Pessoa. A entrega dos ofícios ocorreu em dois momentos: primeiro foi entregue um ao 10° BPM e depois o outro ao 2° BPM, o que me fez voltar mais



de uma vez em cada batalhão para saber se ambos haviam sido aceitos. O caminho percorrido pelos ofícios denota que a PM é uma instituição eminentemente hierárquica e burocrática. Os Comandantes dos batalhões não possuíam autonomia para permitir a presença da pesquisadora na instituição, concessão feita somente pelo Comando Geral, setor administrativo de maior amplitude, a quem todos os outros setores, regionais e locais são subordinados.

O primeiro passo da pesquisa de campo foi buscar na internet páginas eletrônicas das UPO's da PMPB, em redes sociais. Quase todos os batalhões têm uma página eletrônica que fornece os contatos e as informações sobre seu funcionamento. Também foi realizada uma pesquisa na internet a procura dos nomes dos Comandantes dos batalhões da PMPB situados em Campina Grande. Após identificar os Comandantes, foram enviados convites de amizade para suas redes sociais, cujos pedidos foram aceitos.

O contato inicial com a polícia foi realizado informalmente com o Tenente Coronel Ysmar Soares, que no período era Comandante do 10º BPM-PB e hoje está no Sub Comando do Centro de Educação (CE) da PMPB. Pela internet, expus de forma breve o tema da pesquisa e o Comandante realizou um convite para comparecer à UOP. Após conversarmos por telefone, uma visita foi agendada. O Comandante reservou um horário depois do expediente para me receber, a saber, 14:00 horas, em uma sexta-feira. Na primeira visita ao 10º batalhão cheguei na hora combinada. O batalhão fica em um bairro central de Campina Grande, o Alto Branco (APÊNDICE A). O prédio é extenso, de dois andares e possui uma muralha que o cerca. Por ser um horário de funcionamento interno, os portões estavam fechados e tive que esperar alguns minutos do lado de fora, até que um policial que estava no interior do batalhão percebeu a presença do taxi e abriu os portões. Entrei e visualizei três policiais à sombra de uma árvore que fica na lateral prédio, que depois percebi que é uma espécie de guarita, onde sempre têm PM's vigiando a entrada do prédio.

Imediatamente fui abordada por um policial que solicitou minha carteira de identidade e tomou nota do meu nome e do número do documento. Ele indagou o motivo de estar ali e expliquei que tinha uma entrevista marcada com o Ten. Coronel Ysmar. O policial me acompanhou até a recepção. Chegando lá vi que uma PM estava na recepção, acompanhada por um Oficial, a quem expus os motivos de minha presença. Ambos informaram que o Comandante não estava e que provavelmente não voltaria. Expliquei que uma entrevista havia sido marcada. Aquele foi um momento um pouco tenso e fui desacreditada, já que aparentemente o Ten. Cel. não costumava voltar à UOP no expediente da tarde. Afirmei que esperaria.

O Oficial ligou para o Comandante, depois voltou e disse que ele pediu desculpas e que iria se atrasar um pouco, mas confirmou sua presença. Sentei na recepção e esperei em média quarenta minutos até a chegada do Comandante. Um fato chamou atenção: depois que o Ten.Cel. confirmou que viria, a soldado que estava na recepção, e que me recebeu com dúvidas acerca da entrevista, me tratou de forma mais receptiva. Dois oficiais, com muita cordialidade me abordaram e por duas vezes expuseram que o Comandante pedia desculpas pelo atraso. Aproveitei a oportunidade para observar o funcionamento da UOP.

O expediente da tarde é interno, portanto, de pouca movimentação. Neste dia, visualizei em média sete policiais que estavam no setor administrativo. A recepção é ampla, arejada e possui cadeiras confortáveis para as visitas. Chama atenção uma frase bíblica na entrada do ambiente. O acesso ao interior do batalhão se dá por corredores, tanto na parte esquerda, quanto na direita. O tempo que esperei foi marcado pelo silêncio, de forma que apenas ouvi vozes de policiais conversando de forma descontraída no interior do prédio, que depois conheci e vi que há uma pequena sala de lazer para PM's.

Os olhares curiosos em minha direção eram visíveis. O estranhamento à minha presença era notável. A impressão que tive é que os policiais, em silêncio, se perguntavam se eu era ou jornalista, ou da polícia, ou de alguma prefeitura, ou talvez até uma namorada do Coronel, dado o fato de que ele estava solteiro na época. O tempo inteiro permaneci sentada e calada. Quarenta minutos depois o Comandante chegou e logo me reconheceu, já que somente eu estava na recepção à sua espera. Pediu desculpas pelo atraso e num tom descontraído perguntou à recepcionista porque ela não havia me encaminhado para uma sala com ar condicionado, já que estava fazendo calor, e me oferecido uma água, ou um café.

Fomos para o interior do batalhão para a sala do Comando. A sala é ampla, a porta é de vidro, de modo que quem está no interior do prédio pode ver tudo o que se passa dentro da sala. Não só a porta é de vidro, mas há uma espécie de grande janela espelhada onde se pode ver toda a parte da frente do batalhão e toda a rua. É uma sala, lançando mão de uma expressão de Michel Foucault, de “aberturas e transparências”. Havia um birô com cadeira, computador, entre outros equipamentos; uma mesa redonda com quatro cadeiras e um sofá.

Sentamos e em duas horas de diálogo expus os objetivos da pesquisa e conversamos sobre a PMPB. O Comandante mostrou interesse e disponibilidade em contribuir com a pesquisa. Na oportunidade, o Ten. Cel. Ysmar solicitou um ofício acerca da pesquisa para encaminhar aos setores administrativos da PMPB. O Ten.Cel. pediu para que sua secretária viesse até a sala e tirasse duas fotos de nosso conversa, que depois ele postou em sua rede

social junto com outras fotos de atividades que ele havia realizado naquele dia. Combinamos que eu voltaria com o ofício na semana seguinte.

Na segunda visita ao 10º BPM, minha presença ainda era estranha. Do mesmo modo, quando cheguei, fui abordada por policiais que estavam à sombra da citada árvore, vigiando a entrada do batalhão. Desta vez fui pela parte da manhã, o que me permitiu visualizar outra dinâmica do funcionamento do batalhão. Neste horário, os policiais se encontram e dali saem para os locais onde policiam. É um horário de muito movimento. PM's e viaturas chegam e saem a todo momento, conversando, solicitando documentos, perguntando por pessoas, dialogando com descontração inclusive acerca de suas famílias, seus amigos, jornais, jogo de futebol, etc. Pude notar a presença de mulheres soldados entrando e saindo de outras salas do setor administrativo, que até então eu não conhecia, e também a presença de Oficiais, em sua maioria policiais mais velhos.

Os olhares para mim eram sempre de muita curiosidade, mas nenhum Praça se aproximou e indagou minha presença. Outra vez conversei com o Ten. Cel. Ysmar na sala do Comando e entreguei o ofício requerido (ANEXO A, p. 130). Neste dia o diálogo foi rápido e conversamos em torno de dez minutos. Nos dias seguintes foram mantidos contatos constantes com o Ten. Cel. Ysmar pela internet e por telefone. Três semanas após a entrega do ofício a pesquisa foi autorizada.

Neste período, o Comando do 10º BPM passou a ser responsabilidade do Major Sérgio. Na terceira visita ao batalhão, minha presença já não era mais estranha. Não fui abordada na entrada e o soldado que estava na recepção, que já havia me recebido em outra oportunidade, já me cumprimentou conhecendo o motivo de minha chegada: “bom dia doutora!”. Na oportunidade, o Ten. Cel. Ysmar me apresentou ao novo Comandante, um Oficial mais Jovem, a quem foi exposto o objetivo da pesquisa, novamente na sala do Comando. Na minha presença e na presença do novo Comandante, o Ten. Cel. Ysmar realizou várias ligações para diferentes setores administrativos buscando informações acerca do andamento do ofício. Neste dia, eu e o novo Comandante ficamos informados que a autorização para a pesquisa havia saído, mas o documento ainda não se encontrava no batalhão.

A quarta visita foi o dia em que mais tive oportunidade de observar a movimentação da UOP. Esperei, na recepção, quase duas horas para ser atendida pelo novo Comandante. Minha espera foi notada, com desagrado, por dois Oficiais. Um deles se dirigiu ao soldado que estava na recepção e em tom imperativo reclamou o fato de o Comandante ainda não ter “recebido a Senhorita que estava na recepção há quase duas horas”. O recepcionista informou

que já havia anunciado minha presença, mas o Comandante estava em reunião. Após a espera, o novo Comandante me recebeu e entregou o documento de autorização, informando as restrições que o Comando Geral impôs à pesquisa de campo (ANEXO B). De acordo com o documento eu não poderia: tirar fotos das instalações físicas do batalhão; ter acesso ao número de efetivos quer por Posto, Graduação, ou gênero; não ter acesso ao Plano de Articulação da Corporação; e ter, necessariamente, que esclarecer aos soldados que eles não estavam obrigados a participar da pesquisa.

Até receber o documento, eu ainda não havia conversado com soldados acerca da pesquisa, sob receio de que ela não fosse autorizada. Porém, assim que deixei a sala do Comando, com o documento na mão, me senti à vontade para iniciar o contato com os policiais. Durante o tempo que estava à espera, antes de falar com o Major notei a presença de duas soldados entrando e saindo de uma sala para outra. Reconheci que elas eram soldados pelas insígnias localizadas nas mangas dos uniformes, indicando suas Graduações.

Dirigi-me à recepção e perguntei o nome das policiais. Um Oficial me levou até a sala delas. Nesse momento, tive oportunidade de conhecer o interior da UOP, constituída por salas minúsculas, ocupadas por vários policiais, que até então não conhecia, trabalhando em computadores, provavelmente tratando da parte burocrática da instituição. Entrei em uma das salas, me apresentei e pedi para conversar com as duas soldados. Alguns policiais ainda não tinham me visto e olharam com estranheza. Todas as duas se mostraram receptivas ao convite e em apenas alguns minutos de conversa, marcamos as entrevistas para uma semana depois.

Na quarta visita ao 10º BPM foram realizadas as entrevistas com duas policiais militares. Quando cheguei ao batalhão elas estavam à minha espera. O horário era por volta das onze horas da manhã, período em que “o movimento do batalhão” é mais tranquilo. Informei que o Comandante havia disponibilizado uma sala para as entrevistas, mas as policiais me encaminharam para o alojamento feminino, localizado no interior do Batalhão. O alojamento é um quarto pequeno e tem em média quatro camas, um banheiro e ar condicionado. Primeiro entrevistei uma soldado, depois outra. Sentei em uma cama e cada uma delas na outra, de forma que o espaço entre entrevistado e entrevistador era mínimo.

Uma das entrevistas foi interrompida por outra policial que foi ao banheiro. Quando ela entrou no quarto, a soldado que eu estava entrevistando acenou pedindo silêncio, apontando para o tablet, em cima da cama. Ela logo percebeu que se tratava de uma entrevista sendo gravada. Seu olhar de curiosidade quando me viu, ou seja, uma civil sentada na cama do alojamento feminino do batalhão foi visível. Com um olhar de curiosidade, andando lentamente, entrou e saiu, sem nada comentar.

Na primeira entrevista que realizei percebi algumas posturas da informante que, para minha surpresa, se repetiram em todas as outras entrevistas. A partir disso adotei algumas práticas. Ora, em todas as entrevistas os soldados homens e mulheres estavam com um olhar e uma postura corporal acanhada, com desconfiança, possivelmente por imaginar que a pesquisa poderia ser da própria instituição, ou de algum setor de inspeção do governo, ou outras possibilidades, que pudesse prejudicá-los. Ao perceber o que classifico de medo no comportamento dos soldados, tomei o cuidado de deixá-los à vontade, quebrar a tensão inicial dos diálogos e explicar os objetivos da pesquisa. Para isso, me apresentei como pesquisadora da UFCG; falei sobre o objetivo do trabalho; pedi permissão para gravar as entrevistas, anunciando que suas identidades não seriam reveladas; informei que a pesquisa estava sendo aplicada em outras UOP's e quem tiver acesso a ela não identificará a que batalhão o entrevistado corresponde e, por último, que a pesquisa não tinha nenhum vínculo com a instituição.

Após realizar os esclarecimentos iniciais, os entrevistados ficaram mais à vontade, contudo ainda havia uma tensão nas suas posturas rígidas, imóveis e de olhar atento. Observando isto, decidi organizar a ordem das perguntas do questionário (APÊNDICE B), iniciando as entrevistas com perguntas mais pessoais, da questão um a três, depois migrando para aquelas relativas à instituição, da questão quatro a doze. Isto foi imprescindível para tranquilizar os informantes e quebrar a tensão inicial das conversas. Assim, falar sobre o que os levou a entrar na polícia foi despertar, na maioria dos informantes, boas recordações sobre familiares que os incentivaram a fazer parte da instituição, por exemplo; perguntar o que eles pensavam sobre a polícia, antes dela, e o que mudou, depois de estar nela, foi despertar sentimentos, ora bons, ora ruins, sobretudo sentimentos pessoais acerca da profissão. Após as três primeiras perguntas, todos estavam mais à vontade e isto foi perceptível tanto nas expressões faciais, quanto na voz e na postura do corpo.

O sexto e último dia de pesquisa consistiu numa visita à 4ª Companhia do 10º BPM, localizada na cidade de Soledade, uma entre as vinte cidades paraibanas que são responsabilidade do 10º BPM. A UOP foi escolhida porque os soldados que trabalham no 10º BPM não atuam em Campina Grande, mas nas cidades do entorno, exceto aqueles do setor administrativo. A visita, propositalmente, não foi agendada, para que o Comando não pré-selecionasse candidatos. Cheguei à UOP às 10:00. A unidade está localizada no centro da cidade e consiste em um prédio de primeiro andar, alugado pela prefeitura, com estrutura em boas condições de funcionamento (APÊNDICE C). Ao chegar, chamei na porta e ninguém

atendeu. Vi que o portão estava aberto e a passos lentos ingressei no ambiente, perguntando se havia alguém ali.

Ao ingressar, alguém ouviu minha voz e veio me atender. Era um soldado que estava de plantão, cuja responsabilidade era proteger a entrada da Companhia. Me apresentei, perguntei pelo Comandante, o Tenente Eduardo Gomes - já que previamente tomei o cuidado de obter informações acerca do Comando da unidade - e o soldado me encaminhou até sua sala, na parte superior do prédio. Me apresentei ao Comandante, um Oficial jovem, falei sobre a pesquisa, apresentei o ofício de permissão para realização da mesma e o Tenente a leu. Muito receptivo e questionador, o Comandante me fez várias perguntas acerca da pesquisa. Uma delas, dita com tom jocoso, foi: porque sua pesquisa trata somente das Praças e não dos Oficiais? Conversamos aproximadamente vinte minutos. Em seguida, ele permitiu o acesso aos policiais. No momento, havia apenas dois soldados na Companhia, pois o restante estava fazendo rondas. Me apresentei, fiz o convite para participarem da pesquisa e ambos aceitaram.

Os soldados foram entrevistados em uma das salas da secretaria da Unidade Operacional. A sala era pequena, mas confortável, com ar condicionado, mesa, cadeiras, computador, máquina de Xerox e outros equipamentos de trabalho. Nas duas entrevistas, sentei em uma cadeira e o entrevistado em outra, de forma que a mesa nos separava. Realizei todos os procedimentos citados em parágrafos anteriores. A porta ficou escorada, por causa do ar condicionado, de forma que qualquer pessoa tinha acesso à sala. As duas entrevistas foram interrompidas por policiais que buscavam informações acerca de assuntos administrativos. Em minutos as reivindicações foram atendidas e as entrevistas retomadas.

Um fato, especificamente, chamou atenção. Após terminar a primeira entrevista, nos retiramos da sala e pedi para que o soldado chamasse seu companheiro, o segundo entrevistado. Quando este chegou, o soldado que eu havia acabado de entrevistar bateu no ombro do companheiro e disse: “não se preocupe não, a entrevista é tranqüila”. Isto para mim representou mais uma pista para o que eu já havia imaginado, ou seja, os soldados estavam com medo de estarem sendo avaliados pela instituição e ser punidos. Após as entrevistas, novamente conversei com o Comandante e me despedi dos soldados.

Após realizar a pesquisa de campo no 10º BPM, iniciei as visitas ao 2º BPM. O primeiro contato com o 2º BPM foi feito pela internet com o Major Sinval Silva, que no período era o Sub Comandante da unidade, a quem comuniquei os objetivos da pesquisa e que me convidou a comparecer a UOP. A primeira visita ao citado batalhão também foi intermediada pelo Ten. Cel. Ysmar Soares, que anunciou minha ida ao Ten. Cel. Souza Neto,

que na época era Comandante do 2º BPM-PB. Hoje, seu Comandante é o Ten. Cel. Lívio, com o qual não tive contato. Cheguei ao batalhão por volta das nove horas da manhã. O 2º BPM está localizado no bairro São José, região central de Campina Grande. É um prédio antigo, de primeiro andar, cercado por uma muralha e com pátio extenso tanto na frente, quanto atrás (APÊNDICE D).

Entrei no prédio e logo na porta de entrada um policial, Praça, mais velho, me abordou e me dirigiu à recepção, onde comuniquei que o Major Sinval estava à minha espera. O soldado que estava na recepção pediu que eu me dirigisse ao primeiro andar, onde estava localizada a sala do Comando. Chegando lá, duas policiais estavam na secretaria do Comando, que está subdividida em três outras: a sala das secretarias, a sala do Sub Comando, e a sala do Comando.

Perguntei pelo Major e fui informada que ele estava em reunião com o Comandante. Uma das policiais pediu pra que eu esperasse. Na sala das secretárias há duas mesas com cadeiras, computadores, e outros instrumentos de trabalho. Havia também um sofá, onde sentei, e um bebedouro. A policial me ofereceu água e pediu para que eu ficasse à vontade. Agradei e esperei aproximadamente vinte minutos. Nesse tempo, observei a entrada e saída de alguns policiais da secretaria, resolvendo questões tais como pedido de dispensa de trabalho. Algumas pessoas chegaram perguntando pelo Comandante e do mesmo modo foram informadas que ele estava em reunião com o Sub Comandante.

Um fato me chamou atenção de forma distinta: um policial chegou, perguntou pelo comandante e a secretária informou que ele estava em reunião. O policial perguntou: “eles estão a portas fechadas?”. A secretaria respondeu sim. E ambos se olharam com tom de riso e ele disse: “então a coisa é séria”. Após alguns minutos, ouvi alguém bater na porta do lado de dentro da sala do Comando. A secretária, que estava sentada na cadeira de sua mesa, ao meu lado, se dirigiu à porta e a abriu. A fechadura da porta não é na parte de dentro, mas na parte de fora. De lá saíram o Sub Comandante, o Comandante e outro policial, ambos conversando em tom de descontração. Nesse momento, eu fiquei em pé e a secretária se dirigiu ao Sub Comandante e disse que eu estava à sua espera. Ele, por sua vez, olhou para o Comandante e disse: “ela quer falar com o Senhor”. Nesse momento, olhei para o Comandante, que estava no bebedouro ao meu lado, e ele me olhou, sem nada falar. Percebendo que ele esperava minha iniciativa, me apresentei. Ele olhou para o Sub Comandante e disse: “essa é a jovem da qual você me falou? O outro respondeu que sim. O Comandante, então pediu que eu me dirigisse à sala do Comando e me acompanhou. Me disse que o Ten. Cel. Ysmar havia

anunciado minha ida pela manhã e que ligaria para ele avisando que eu já estava lá. Nos sentamos e presenciei ele ligar para O Ten. Cel Ysmar.

A sala do Comando do 2º BPM é o oposto daquela que descrevi relativa ao 10º BPM. O ambiente mais parece um cofre. Não há janelas. Reconheci o ambiente assim que entrei, pela quantidade de símbolos da polícia na parede, pois já tinha visto em telejornais locais diversas entrevistas que foram dadas na sala. Há duas mesas, com cadeiras e instrumentos de trabalho. Eu e o comandante sentamos nas cadeias de uma das mesas. O Sub Comandante sentou na cadeira da mesa atrás de mim, de forma que nem percebi sua entrada na sala e só notei alguns minutos depois. Entreguei o Ofício ao Comandante (ANEXO C) e ele o leu, conferiu em voz alta meu nome e o nome do orientador. Sem perguntar mais nada, o Comandante chamou sua secretária e disse que estava despachando o documento para o CPR/I. Disse que quando o documento fosse aprovado eu voltasse e que estava disposto a contribuir com a pesquisa no que fosse necessário. Demorei, em média, dez minutos na sala. Percebendo a pressa do Comandante, me despedi. Após a visita ao 2º BPM foi mantido contato pela internet com o Sub Comandante, Major Sinval Silva, que informou acerca do “andamento” do documento.

Alguns dias após a visita ao 2º BPM, encaminhei um email para o Comando Geral da PMPB, localizado na cidade de João Pessoa, procurando informações sobre a permissão para a pesquisa. O email, em menos de vinte e quatro horas foi respondido pelo Major Glauco - assistente do Diretor do Centro de Educação, que no período era o Cel. Daniel Sales Silva Junior - que informou que o documento já havia sido despachado para o CPR/1.

Após o recebimento do email, resolvi ir à secretaria do CPR/I, localizada na parte superior do 10º BPM. Cheguei pela parte da manhã e me informei, com um Praça que estava na porta do Comando, acerca da localização da secretaria. Chegando, encontrei dois Oficiais que me receberam. Me apresentei e disse o motivo de estar lá. Enquanto eu falava, o Comandante, que na época era o Ten. Cel. Marcos Sobreira, ouviu minha voz, pois eu estava já na porta da sala do Comandante, sem saber. Ele pediu pra que deixassem eu entrar. Antes de me apresentar, ele me olhou e disse que já estava sabendo acerca da pesquisa, pois duas solicitações minhas haviam passado por aquele Comando. Me informou, de forma muito cordial, que o documento que eu procurava já estava na secretaria do 2º BPM. A conversa durou, em média, cinco minutos.

Todos os Oficiais com os quais tive contato me trataram de forma muito cordial. Os Oficiais mais velhos, contudo, aparentam ser mais gentis e têm uma postura corporal e vocal mais calma, elegante, despreocupada com minha presença. Alguns Oficiais mais jovens, como



pude notar, são mais imperativos; possuíram comigo uma postura que eu chamaria de desconfiada. Logicamente, isso foi percebido com muita sutileza e provavelmente passaria despercebido aos olhos de alguém que presenciasse nossos diálogos. Talvez, por serem jovens na instituição, conservem um pouco daquele temor que percebi nos soldados: medo de fazer, ou dizer algo errado e ser punido, embora, segundo os soldados que entrevistei, seja mais fácil um Praça ser punido, do que um Oficial. Em relação ao contato com os Oficiais, outro fato me chamou atenção: nos Comandos que visitei foi comum encontrar Tenente Coronel, Capitão(ã) e Major, mas Coronel, não me deparei com nenhum, dado o fato que eles representam apenas 2% do contingente da instituição e aparentam trabalhar na Capital e não no interior do estado.

Até então, eu já havia falado com três Comandantes da Polícia Militar da Paraíba. Em momento algum, nos três Comandos, alguém me revistou, ou examinou minha bolsa, ou feito algum procedimento para se certificar que minha presença não era nociva aos Comandantes. O fato de ser mulher e me apresentar como pesquisadora da UFCG não despertou, em nenhum dos policiais dos setores administrativos, curiosidade sobre minha procedência.

De volta ao 2º BPM, novamente fui abordada por um policial, mais velho, que estava na porta de entrada do batalhão. Informei que estava à procura do Sub Comandante e ele permitiu meu acesso à sala do Comando. Fui recebida pelo Major Sinval, já que o Comandante estava ausente e nos dirigimos para a sala do Sub Comando, que eu não conhecia. Ela consiste numa sala ampla que tem os mesmos equipamentos descritos na sala do Comando. O Major Sinval Silva leu, em voz alta, o documento que permitia a pesquisa no 2º BPM, atentou para as restrições que o Comando impôs à pesquisa e despachou o documento (ANEXO D). Minha intenção era voltar ao batalhão pela parte da manhã do dia seguinte e observar os soldados convidando-os a participar da pesquisa. Após me entregar o documento, ele pediu que sua secretária chamasse uma Oficial, que veio no mesmo instante, já que sua sala fica vizinha à sala do Comando.

O Sub Comandante me apresentou à Capitã Luciana e me informou que ela ficaria à minha disposição para atender às reivindicações da pesquisa. A Capitã pediu que eu a acompanhasse até sua sala. O local é amplo. Entrei na sala e vi quatro policiais homens, sentados nas cadeiras de suas respectivas mesas usando seus computadores. Os olhares de curiosidade eram notáveis. Eu e a Capitã sentamos nas cadeiras de sua mesa e os outros policiais ficaram em silêncio, ouvindo nosso diálogo. Com uma postura séria, face e voz rígidas ela leu o documento. Olhou para os policiais e disse para todos que estavam na sala, em tom de riso, que o Comando me proibiu de tirar fotos do batalhão para não comprometer a segurança dos policiais, mas um criminoso que havia matado um PM naquela semana teve

como pena limpar o batalhão, tendo acesso a todas as salas, podendo tirar foto de tudo, se quisesse. Como eu estava de costas para os policiais não pude notar se suas expressões acenaram de forma positiva à fala da Oficial. A Capitã perguntou quantos policiais eu precisava entrevistar, quantos homens e mulheres, quais os pré-requisitos dos candidatos. Expus as particularidades da pesquisa e após uns dez minutos de diálogo acordamos que eu voltaria ao batalhão na manhã seguinte para entrevistar os soldados. As entrevistas não iniciaram imediatamente porque os soldados já estavam na rua, nas rondas.

O 2º Batalhão da PMPB é responsável pela segurança da cidade de Campina Grande e suas zonas rural, urbana e distrital. Há muito movimento e os policiais entram e saem a todo o momento. É possível também ver civis entrando e saindo, provavelmente cidadãos campinenses resolvendo questões de responsabilidade do batalhão. Já no 10º batalhão é mais comum ver pessoas de cidades do entorno de Campina, tais como uma Senhora que sentou ao meu lado na recepção para entregar um Ofício ao Comandante, solicitando policiamento para uma festa que haveria na sua cidade.

Na terceira ida ao 2º BPM, cheguei cedo, às oito horas da manhã. Neste horário, os policiais se reúnem para sair em equipe para o trabalho. É um momento de muita movimentação no batalhão. Esperei alguns minutos na parte superior do prédio até a chegada da Capitã. Minha presença, aparentemente, era pouco notada, pois havia gente indo e vindo apressadamente. A Capitã Luciana não demorou a chegar e fomos para o interior do batalhão. Passamos por um pátio que dá acesso aos alojamentos e aos carros guardados na parte de trás do prédio. Logo vi dezenas de policiais entrando nas viaturas, saindo às pressas, conversando. Ela me encaminhou a uma sala pequena, com ar condicionado, computador, mesas, cadeiras, e outros objetos, e disse que as entrevistas poderiam ser realizadas lá. Ela própria recrutou quatro soldados para as entrevistas: uma mulher e três homens. A quantidade foi a meu pedido.

A soldado que entrevistei era, coincidentemente, a mesma que me recebeu na recepção do setor administrativo e que de fato eu pretendia convidar para as entrevistas. Entre os três homens, dois estavam trabalhando e interromperam suas atividades em prol das entrevistas. Um último estava saindo da Educação Física. Percebi que quase todos os policiais saíram às pressas e que poucos estavam no Batalhão. A capitã recrutou aqueles entre os poucos que estavam presentes. Nas entrevistas aos quatro soldados realizei o mesmo procedimento que descrevi páginas atrás. Duas entrevistas foram interrompidas. Em uma, o telefone do soldado tocou e ele atendeu, tratando de questões relativas ao seu trabalho. Na outra, a Capitã

interrompeu, para avisar que a equipe já estava à espera do soldado, mas o informante esperou terminar a entrevista para depois sair.

O intervalo entre uma entrevista e outra me possibilitava sair da sala e observar os transeuntes. Minha presença aparentemente não despertava olhares. Às dez horas da manhã o interior do batalhão já estava quase vazio. Sai de lá por volta das onze horas. Em todas as entrevistas, nos dois batalhões, os policiais pediram retorno do trabalho e se mostraram interessados em ver o resultado da pesquisa.

Há que se notar que entre outubro e fevereiro de 2014, todos os Comandos visitados sofreram alterações no que se refere à substituição de Comandantes e Subcomandantes.

Outros recursos de observação dos policiais também foram utilizados, tais como acompanhar os depoimentos, as opiniões dos policiais acerca de seu trabalho, tanto em telejornais locais, quanto nas redes sociais e site da PMPB.

## 1 SEGURANÇA PÚBLICA E IDENTIDADE

O primeiro capítulo deste trabalho apresenta uma discussão acerca das categorias identidade e instituição, lançando mão de um diálogo com teóricos das Ciências Sociais para pensar a identidade policial militar. Considera-se indispensável para um trabalho que versa sobre a identidade de um grupo, discutir em que consiste o estudo de uma identidade e o que se pode entender por esta categoria. Parte-se do pressuposto de que não é possível pensar a identidade de uma equipe destituindo-a do universo social onde atua. Identidade não é um fenômeno único, imutável e individual, mas resultado de interações sociais sujeitas a mudanças.

Esta parte inicial da pesquisa também apresenta a instituição policial militar paraibana em suas bases estruturais e valores, já que para entender o ser soldado da PM é viável conhecer as características da instituição à qual ele serve.

### 1.1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA PENSAR A IDENTIDADE POLICIAL

Apontar caracteres que identificam um grupo é uma proposta que parte de vários questionamentos. Por isso, nada é mais conveniente do que iniciar tal discussão questionando: quando um pesquisador se dispõe estudar a identidade de um grupo o que ele expressa com essa categoria: identidade?

Cada área das Ciências Humanas interpreta o “eu” de modo particular. A Filosofia, a Antropologia, a Psicologia, a Sociologia, as Ciências Humanas, de modo geral, cada uma interpreta a identidade do indivíduo, ou do grupo sob óticas diversas, com relevâncias diferentes.

Stuart Hall (2011) sugere três concepções de identidade que permeiam o conhecimento humano, ao longo dos séculos. O Iluminismo, século XVIII, apresenta uma concepção individualista do sujeito, independente, centrado nele mesmo. A Sociologia, século XIX, descentra o indivíduo e interpreta a identidade como o resultado da interação “eu” e os “outros”, “costurando o indivíduo à estrutura”. A segunda metade do século XX, também conhecida por modernidade tardia, ou mundo pós-moderno, interpreta o indivíduo como ator não de uma identidade, porém de várias, fruto do processo de Globalização (Ibid.).

Neste sentido, a modernidade dá margem a novas interpretações do sujeito que se no Iluminismo era unificado, hoje é concebido como fragmentado. Os estudiosos do século XX

afirmam que o mundo está vivendo uma crise de identidade, onde o sujeito é descentrado, tanto no mundo social e cultural, quanto em si mesmo.

Para aqueles/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido em si” estável é chamada de descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento - descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto em si mesmos - constitui uma “crise de identidade” (HALL, 2011, p. 9).

As principais teorias da segunda metade do século XX que abriram a discussão sobre identidade fragmentada são as novas leituras das obras de Marx, Freud, Saussure, Foucault - por vezes citado neste trabalho - e o feminismo (Ibid.). A partir deste período, falar em sujeito e identidade não é mais tratá-la em sua essência subjetiva, mas também falar do indivíduo biológico, “inconsciente”, histórico; das diferenças de gênero alertadas pelo movimento feminista; do corpo enquanto objeto de construção das identidades, e demais descontinuidades do sujeito unificado.

A teoria de Hall contribui para pensar a identidade policial militar paraibana na medida em que esta instituição é “filha” do século XX, momento em que não cabe mais assumir uma perspectiva de identidade “una”, mas de identidades em movimento, em estilos de vida diversos; identidades que acompanham as mudanças quase que cotidianas, oriundas dos tipos de sociedades complexas.

Nesta perspectiva, a identidade é um fenômeno social, submetido a metamorfoses constantes. Estudar a identidade de um indivíduo, ou de um grupo, não é buscar uma essência metafísica *a priori* que o determina, mas considerar que o estado subjetivo do indivíduo não pode estar desprendido da realidade social na qual está inserido (BERGER, 1985), pois está a todo momento desempenhando papéis. Desse modo, ele nasce indivíduo, com suas faculdades biológicas, físicas e ao longo dos processos de socialização, ou convívio social, torna-se pessoa (GOFFMAN, 1974).

Novamente com Hall (2011, p. 13), pode-se afirmar:

Esse processo (a descentração) produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e

transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentirmos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (veja Hall, 1990). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.

Pensar a identidade como um fenômeno social é destituí-la de atribuições metafísicas, imóveis, nucleares e imutáveis. O indivíduo não possui apenas uma identidade, mas diversas e estas identidades estão constantemente em metamorfose, se perpassando, conforme os contextos sociais nos quais se desenvolvem. A identidade do soldado da polícia, neste raciocínio, é uma entre as diversas outras identidades que o policial possui, a saber: pai, filho, esposo, sogro, amiga, brasileiro, católico, paraibana, e assim por diante. O soldado não é um fenômeno permanente, atual, mas sobretudo social: socializações anteriores, portanto, identidades outras, podem levá-lo a entrar para a polícia, tais como ser filho ou esposa de um policial; socializações futuras podem fazê-lo não mais soldado, tais como o desejo de fazer outros concursos e sair da polícia.

A questão primordial deste trabalho, que por sua vez faz surgir dezenas de outras perguntas, pode ser resumida nesta: o que é ser soldado da Polícia Militar da Paraíba? Ora, um estabelecimento social, ou, uma instituição é “qualquer lugar limitado pelas barreiras da percepção”, onde se realiza uma forma particular de atividade e pode ser estudado do ponto de vista de manipulação da impressão (GOFFMAN, 1974). Nele, atores representam papéis, em cenários específicos, para públicos particulares. Interpretar a identidade de um público é compreender como indivíduos, que são ao mesmo tempo atores e personagens, manipulam impressões para convencer os espectadores da validade de sua representação. Sendo um ator que representa para outros atores, na polícia e fora dela, os soldados informantes desta pesquisa serão questionados acerca da sua relação com Oficiais, familiares, mulheres e homens, e mais que isso, serão avaliados no que toca ao seu comportamento com a pesquisadora, sobre as impressões que deixaram nas entrevistas e que muito revelam de sua identidade.

O soldado será abordado no contexto social no qual está inserido. Segundo Berger (1985), o que torna possível a existência das instituições é a representação de papéis. O

indivíduo está constantemente “incorporando” e “representado” personagens. Sobre a dialética da exteriorização, objetivação e interiorização do mundo social, nos diz o autor:

As instituições incorporam-se à experiência do indivíduo por meio dos papéis. [...]. Ao desempenhar papéis o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele (BERGER, 1985, p. 103).

O processo de interiorização da realidade se dá pela socialização que é “a introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade, ou de um setor dela” (Ibid., p. 175). Nela se dá o contato inicial do indivíduo, que acaba de nascer, com o mundo: reconhecimento do outro, aprendizagem da linguagem, contato com primeiras instituições. A socialização primária, experimentada na infância, torna-o um membro social. A secundária inicia o “indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” e pressupõe o aprendizado de saberes para o exercício de funções específicas que acarretam, por sua vez, normas, símbolos e vocabulários específicos, oriundos da divisão do trabalho. Os capítulos dois e três deste trabalho analisam a socialização do soldado na Polícia Militar, a partir de dois processos: o de admissão e o de formação. Cabe lembrar que a identidade do policial não pode ser encerrada nestas fases de sua carreira moral, pois no quarto capítulo será visto que o que os contextos de interação do soldado antes e depois de passar sobre estes dois processos revelam caracteres primordiais de sua identidade.

A identidade pode ser abordada na perspectiva dramaturgica de Goffman que sugere, como foi dito, que a personalidade é resultado da manipulação de impressões na encenação de papéis. O eu do indivíduo é resultado da interação ator-cenário-público.

O eu, portanto, como um personagem representado, não é uma coisa orgânica, que tem uma localização definida, cujo destino final é nascer, crescer e morrer; é um efeito dramático, que surge difusamente de uma cena apresentada (GOFFMAN, 1985, p. 231).

O soldado neste contexto é um ator que dramatiza papéis e que pode desempenhar papéis diferentes, em cenários variados, para públicos distintos. Não é estático, definido, mas dinâmico. Seu comportamento com um Oficial da PM, no batalhão, por exemplo, pode ser o de subordinado, enquanto com o jovem da periferia, na rua, o de subordinador. Questões apresentadas aos soldados, tais como o que é o processo de formação do PM e como ele opera; quais são as atribuições dos soldados; como é seu relacionamento com a população, entre outras, tentam dar conta da identidade, ou das identidades do indivíduo cuja função é proteger os cidadãos.

O método weberiano de construção de um “tipo ideal” se constitui uma ferramenta valiosa na “tentativa de apreender os indivíduos históricos, ou os seus diversos elementos em conceitos genéticos” (WEBER, 2001, p. 138). Quando se diz que uma identidade não é algo homogêneo, único, imutável, não se quer afirmar seu contrário, ou seja, que o grupo em estudo é todo ele fragmentado, disperso, desconexo. Possuindo os atores características diversas, há que se reuni-las, avaliá-las, extrair seus elementos gerais e seguindo este caminho interpretar sua identidade.

Construir o tipo ideal soldado da PM não é descrever como o policial deveria se comportar, falar ou agir, mas consiste em um recurso conceitual, metodológico de interpretação do que é ser soldado na polícia. Segundo Weber (Ibid.), este esforço facilita o conhecimento do conteúdo empírico de setores particulares da realidade, ou seja, de grupos, de identidades. A partir dele é possível abordar elementos dispersos de um fenômeno e resumi-los num conceito genérico. Como construir esse “tipo”? Sintetizando características do grupo, tais como valores, normas, experiências pessoais, comportamento, sentimentos, símbolos, discursos; relacionando o que se diz, e o modo como é dito, e o que se faz e o modo com é feito, formando, portanto, um conceito abstrato, partindo de um fenômeno concreto.

Na pesquisa de campo o tipo ideal é construído. O discurso, o corpo, a face, o tom de voz dos soldados exalam informações sobre “seu ser”. O que a instituição diz; o que o soldado faz; as impressões manipuladas nas entrevistas, na presença da pesquisadora nas UOP’s, nas conversas particulares e públicas são todos elementos valiosos de interpretação da identidade que se por um lado é rica em elementos aparentemente dispersos, por outro, exprimem conceitos genéricos acerca de indivíduos denominados soldados da polícia ostensiva.

Uma instituição impõe uma maneira de ser, ou um eu para o indivíduo que dela participa (Id., 1974). Tratar da identidade não é buscar caracteres de um indivíduo encerrando-o nele mesmo; não é encontrar uma essência subjetiva que o diferencia de outros, mas achar as impressões da instituição no agente e vice-versa. O caminho para compreender a identidade policial militar não é enxergar o soldado determinado pela estrutura, ao mesmo tempo que não se pode pensar o policial independente dela. Em outros termos, a identidade de um grupo não é interpretada a partir de um “individualismo”, nem também consiste na superioridade de um sistema sobre o agente. Pensar a primazia da estrutura sobre a ação, ou desta sobre a estrutura não é o caminho indicado para “fazer” Sociologia. A teoria da estruturação de Anthony Giddens (2009) contribui para pensar esta problemática.

Giddens (Ibid.) se propõe relacionar ação e subjetividade com estrutura e coerção. À Sociologia não cabe a tarefa de pensar o imperialismo do agente, ou da estrutura, mas de



práticas sociais ordenadas no tempo e no espaço. O agente é aquele que monitora o fluxo de suas ações, que sabe por que age, ou seja, é capaz de explicar o que faz e pode ter motivações conscientes, ou inconscientes para a ação. Esta, por sua vez, pode ser intencional, mas suas consequências são impremeditadas. Não se pode pensar a agência do ponto de vista da intencionalidade, pois agir está mais ligado a uma espécie de capacidade, de poder, do que de intenções. A ação, neste caso, é aquilo que tem o agente por seu perpetrador. Conectar consequências impremeditadas da ação com práticas institucionalizadas é um dos objetos especiais da Sociologia.

Ser capaz de agir é ser capaz de intervir, influenciar. A ação envolve poder, de forma que este não é característico somente da estrutura. Não há uma força determinando o indivíduo. O poder em sistemas sociais pressupõe relações regularizadas de autonomia e dependência entre atores e coletividades em interação (Ibid.).

Aquilo que se chama de estrutura não tem um caráter fixo e mecânico. Os sistemas sociais não têm estrutura. Eles exibem propriedades estruturais, hierarquicamente organizadas no tempo e no espaço, que são as instituições. Nas atividades cotidianas os agentes reproduzem as instituições, mas a consciência das regras sociais por si explicita a cognoscibilidade característica humana. Pensar os sistemas sociais é pensar o dualismo estrutura-agente; é pensar as atividades de agentes reproduzidas no tempo e no espaço.

Claramente, este é um resumo insuficiente da teoria da estruturação de Giddens e apenas destaca alguns de seus elementos principais: uma instituição não é algo fixo dotado de papel eminentemente coercitivo; o agente não é determinado pela estrutura, mas não é independente dela, já que reproduz suas práticas no tempo e no espaço em contextos de interação.

Pensar a identidade policial militar à luz de Giddens é tentar compreender como um sistema social legítimo específico age para que seu servidor reproduza suas práticas, ao mesmo tempo em que o agente tem consciência, reflete e monitora suas atividades cotidianas. Ver-se-á no percurso deste trabalho que o soldado critica a organização, as relações interpessoais, as condições estruturais da instituição à qual faz parte, mas de modo inverso, está impregnado de valores e discursos da Polícia Militar, no momento em que mostra medo de falar e nos momentos que defende a instituição. O soldado não é um agente cuja agência é determinada de modo coercitivo. Pode-se pensá-lo como um ser que reflete sobre suas práticas - embora, talvez, não possua um controle de suas consequências -, que se posiciona frente à instituição e, por assim supor, concilia, ou conflita, sua cognoscibilidade com as regras

às quais se submete. Assim, “a estrutura não tem existência independente dos conhecimentos que os agentes possuem a respeito do que fazem em sua atividade cotidiana” (Ibid. p. 31).

A Polícia Militar promove a socialização do soldado e garante a interiorização dos valores e das regras institucionais, através de uma educação cuja estrutura é formal, com lugares e tempos determinados. Neste período, o soldado aprende suas funções, tais como uso de técnicas de defesa, de armamento, de estratégias de combate à criminalidade, de cuidado com o corpo, de interação com a população. Após a formação, o soldado inicia o trabalho de rua, ou no setor administrativo da instituição e é neste momento que pratica, ou não, os saberes adquiridos no curso. Por isso, para saber o que é ser soldado da polícia é viável conhecer a instituição através de suas leis, normas, educação, mas também o soldado, sua experiência resultante dos dias de serviço, seu pensamento acerca da instituição, suas percepções, sentimentos a respeito das atribuições do papel que representa, etc.

De acordo com Mary Douglas (2004, p 23), “as instituições não podem pensar elas próprias, em outros termos, não são realidades independentes dos agentes. Uma instituição é uma convenção originada do comum acordo entre as partes: “um agrupamento social legitimado”. Consistiria um erro interpretar a identidade da PM somente a partir do discurso da instituição, ocultando a voz do soldado. O discurso oficial da instituição de que se trata é aquele exposto no estatuto, no Código Penal Militar, na Constituição Brasileira, no site da polícia, nas entrevistas concedidas pelo Governador do Estado, ou pelo Secretário de Segurança Pública, e assim por diante. O discurso do estabelecimento, contudo, não define o sujeito e vice-versa.

## 1.2 ASPECTOS DA INSTITUIÇÃO POLICIAL

Dizem que ela existe pra ajudar. Dizem que ela existe pra proteger. Eu sei que ela pode te parar. Eu sei que ela pode te prender.  
Dizem pra você obedecer. Dizem pra você responder. Dizem pra você cooperar. Dizem pra você respeitar.  
Polícia para quem precisa. Polícia para quem precisa de polícia<sup>1</sup>.

Uma música popular, no Brasil, evidencia a opinião de um ator sobre a instituição e também de parcelas da população, dado o elevado grau de aceitabilidade que a canção tem no país. Muito se diz sobre as funções da polícia: proteger, prender, ordenar, calar, ajudar. Afinal, o que é e para que serve a polícia?

---

<sup>1</sup> “Polícia”, música do grupo de rock brasileiro, Titãs.

A música dos Titãs não interroga, exclama: polícia para quem precisa de polícia. Porém, a exclamação pode se revertida na seguinte interrogação: quem precisa da polícia? As pessoas que estão em dia com suas obrigações jurídicas, popularmente conhecidas como “pessoas de bem”? O Estado? Os criminosos? A resposta, curta e óbvia é encontrada em Balestreri (1998): “precisamos todos nós que somos cidadãos”.

A seguir, serão apresentadas características da PMPB. Discutir-se-á quem é esta instituição e o que ela diz a respeito de seus valores, servidores e serviço prestado à sociedade. Antes de tudo, é necessário pensar o que é uma instituição.

Apresentando as características do processo de institucionalização, Berger (1985, p. 79), nos conduz a pensar que toda ação humana está sujeita ao hábito. O processo de desenvolvimento das ações habituais precedem toda institucionalização. Uma instituição pressupõe que “ações do tipo X serão executadas por atores do tipo X”. Tais agências estão situadas no mundo objetivo, ou seja, elas são produtos de processos históricos. Através delas, um indivíduo pode prever o comportamento de outro.

As instituições são locais onde se desenvolvem atividades específicas. Embora toda instituição apresente “tendências de fechamento”, no Ocidente, algumas são caracteristicamente mais fechadas do que outras, denominadas Instituições Totais. Asilos, prisões, conventos, hospitais e internatos são exemplos delas (GOFFMAN, 1974).

A instituição Total, ou “fechada”, é um lugar fechado, que lança mão de saberes sobre o corpo, e utiliza o tempo o espaço para controle do sujeito (FOUCAULT, 1987). Nela, o indivíduo desenvolve suas atividades diárias: num local único; em grupo, unido a outros que lhe são semelhantes; em tempos minuciosamente determinados; supervisionado por um quadro de funcionários; com regras impostas por uma autoridade, tudo planejado racionalmente, segundo os interesses da instituição (GOFFMAN, 1974).

O discurso oficial da PM não autoriza sua classificação como uma instituição Total, mas o estudo de sua identidade encontra características de uma instituição “fechada”. Ora, no tipo de instituição denominada Total o indivíduo está enclausurado e possui um contato mínimo com outras instituições, tais como a família. O PM, ao contrário, trabalha na rua, tem contato com a população, amigos, familiares, etc. Porém, mesmo não sendo uma instituição que não enclausura o policial em uma arquitetura fechada, a PM possui vários outros caracteres de instituição Total, pensados de forma mais extensa nos capítulos dois e três deste trabalho.

A Polícia Militar não enclausura seu servidor, contudo tem um controle espacial deste, que não pode, por exemplo, se ausentar do seu Estado, sem antes comunicar aos superiores.

Há também, a busca de um controle do comportamento do PM que deve manter postura moral inquestionável. O Estatuto da PM (PARAÍBA, 1977) que fornece as bases valorativas da instituição prescreve a conduta do soldado na corporação e também nas ruas, na casa, no trabalho, com a imprensa, etc.

### **1.2.1 A genealogia da Polícia no Ocidental**

Antes de pensar a estrutura da PMPB, pode-se estabelecer um diálogo com Michel Foucault sobre a gênese da polícia. A teoria do filósofo sobre segurança pública no Ocidente é relevante porque contribui para se pensar os motivos que levaram a Europa a lançar mão deste “dispositivo de segurança”, adotado, hoje, por quase todos os países do mundo.

Bastante comum é o fato de cientistas - políticos, antropólogos, filósofos, etc. - utilizarem a obra *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1987) como referencial teórico para os temas Segurança Pública e Teoria Jurídica. No entanto Foucault possui uma obra, pouco citada no Brasil, intitulada *Segurança, Território e População* (FOUCAULT, 2008), onde discursa, entre outros temas, sobre a origem da polícia. Nele, o autor contextualiza o processo político-social-econômico que deu margem a seu surgimento na Europa, no século XVII. A teoria do filósofo francês possui notada relevância no âmbito das Ciências Sociais, porque embora consista num discurso de Filosofia Política, lança mão de uma série de fenômenos sociais que justificam a validade dos argumentos.

Contextualizar a polícia em “Segurança, Território e População” é realizar um esforço para compreender a teoria da Razão de Estado de Foucault. Tal hipótese consiste numa teoria da arte de governar, que pontua no contexto político europeu, no século XVII, a origem de um modo de governar não mais alicerçado nos direitos divinos, mas na racionalidade política.

Segundo Foucault (2008, p. 396-397), na passagem do século XVI para o XVIII surge, na Europa, uma preocupação não só de manutenção, mas também de ampliação dos Estados que passaram a se posicionar, “face a face”, não em uma relação de rivalidade - característica das monarquias imperiais - mais que isso: de concorrência. Tal posição dá margem ao surgimento de uma relação de força que passa a focalizar como objeto primordial das ocupações políticas, a utilização e o cálculo das forças. Ora, a compreensão de uma política que “se define no dinamismo entre as forças” é indispensável para entender sobre que horizontes o Ocidente cria dois “conjuntos de tecnologia política”, a saber, um dispositivo diplomático-militar e o dispositivo de polícia.

A polícia passou por vários processos e diversas foram as funções que desempenhou. No século XIX, tal instituição ficou responsável pelo que Foucault (1987) chamou de

“funções negativas”, ou “instrumento pelo qual se impedirá que certos números de desordens de produza” na sociedade. Nesta perspectiva, a supressão da desordem passa a ser a ofício da polícia, instrumento de intervenção social, direto, porém negativo, do Estado (Ibid., p. 475). Tal como o título da obra sugere, as questões políticas envolvendo *território* e força entre os Estados, o surgimento da *população* e a necessidade de criar dispositivos de *segurança* para controle social, são o cenário que condiciona o aparecimento da polícia ocidental.

Se na antiguidade e no medievo possuir honra, ou família estava entre os bens mais preciosos do indivíduo, na modernidade o direito à vida e à liberdade são seus bens inalienáveis. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição do Brasil o dizem. A polícia está diretamente envolvida com estes direitos, pois através do uso legítimo do armamento letal, tem de certa forma, permissão para tirar vidas<sup>2</sup> e privar indivíduos da liberdade, decisão que não toma sozinha, mas com o poder do sistema judiciário. Talvez por isso Foucault a tenha classificado de instrumento cujas funções são negativas, já que aparentam ir contra os direitos primordiais do sujeito moderno.

Desde seu surgimento, em meados do século XVI, na Europa, a polícia desempenhou várias funções, estando entre suas tarefas primordiais garantir a ordem social. Cada país que a institui, organiza-a de modo particular.

Sobre a função da polícia, destaca Balestreri (1998):

A polícia é, portanto, uma espécie de superego social indispensável em culturas urbanas, complexas e de interesses conflitantes, contenedora do óbvio caos a que estaríamos expostos na absurda hipótese de sua inexistência. Possivelmente por isso não se conheça nenhuma sociedade contemporânea que não tenha assentamento, entre outros, no poder da polícia.

No Brasil, a Constituição de 1988, art. 144, concede à polícia a responsabilidade pela segurança pública, que consiste na preservação da ordem e proteção dos indivíduos. Tal instituição divide seu trabalho entre Polícia Federal, Rodoviária e Ferroviária Federal, Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Militar<sup>3</sup>, cabendo a esta última a ação ostensiva na “preservação da ordem pública” (BRASIL, 2003, p. 90-91). Alguns países não realizam esta divisão na instituição policial, de modo que, em alguns contextos, ostensão e investigação é trabalho de um único servidor. No Brasil, ostensão é ocupação da PM, e investigação, tarefa da Polícia Civil e Federal.

---

<sup>2</sup> No Brasil, todo indivíduo tem o direito de matar, se for caso de legítima defesa.

<sup>3</sup> “No mesmo artigo, após disciplinar as atividades relativas a cada órgão policial e determinar a que esfera de poder pertence a sua manutenção, consta também, no § 8º, as Guardas Municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações” (BRASIL, 2008).

Na Paraíba, a Polícia Militar:

[...] subordinada, diretamente, ao Governador do Estado, e, operacionalmente, ao Secretário de Segurança Pública, é uma Instituição destinada à manutenção da ordem pública no Estado, sendo considerada força auxiliar do Exército (PARAÍBA, 1977).

Desse modo, o que diferencia a instituição Policial Militar da Policial Civil e Federal é sua atuação ostensiva, ou intensa com a população. A PM está diariamente em contato com os grupos sociais, presenciando e tentando resolver seus conflitos. Ao militar cabe a segurança do civil e do patrimônio público<sup>4</sup>.

Outro fato que distingue Polícia Militar, Federal e Civil, é que as duas últimas são modalidades de policiamento de bastidores - lançando mão de uma expressão de Goffman - ou seja, de escritórios, ambientes internos, enquanto a PM é uma polícia de fachada, ou seja, desenvolve seu trabalho, em grande parte, na rua, aos olhos da população.

### **1.2.2 Estrutura e valores da Polícia Militar da Paraíba**

A Polícia Militar da Paraíba (PMPB) está entre as instituições mais antigas deste Estado, com 182 anos de prestação de serviço. Guarda Municipal Permanente, Força Policial, Corpo Policial, Corpo de Segurança, Batalhão de segurança, Batalhão Policial, Regimento Policial e Força Pública foram as denominações da PMPB que desde 1832, foi responsabilizada pela segurança pública e apenas em 1947 ganhou a denominação que possui hoje (PARAÍBA, 2013). O referencial teórico mais indicado para conhecer a trajetória da PM na Paraíba é a obra “A Briososa”, do pesquisador João Batista de Lima. Nela, o autor realiza uma descrição da instituição no Estado, desde sua origem, pontuando os conflitos nacionais e estaduais onde a PMPB atuou e destacando sua importância para a segurança paraibana.

A Lei nº. 3.909, de 14 de Julho de 1977 (PARAÍBA, 1977) estabelece o Estatuto da Polícia Militar da Paraíba e dispõe as generalidades, as obrigações e os deveres, os direitos e as prerrogativas dos profissionais da área. Segundo o Estatuto, hierarquia e disciplina é a “base institucional” da PMPB.

Tal organização hierárquica está dividida entre Oficiais (Postos<sup>5</sup>) e Praças (Graduações<sup>6</sup>), concedendo ao Coronel a posição mais elevada da instituição e ao Soldado, a

<sup>4</sup> Neste caso, se não houver Guarda Municipal, a quem cabe a proteção do patrimônio público de uma cidade.

<sup>5</sup> “Posto é o grau hierárquico do Oficial conferido por ato do Governador do Estado da Paraíba” (PARAÍBA, 1977).

<sup>6</sup> “Graduação é o grau hierárquico do Praça conferido por ato do Comandante-Geral da Polícia Militar” (PARAÍBA, 1977).

mais baixa. O soldado aluno está na base desta hierarquia e compreende o indivíduo recém ingresso no Curso de Formação de Soldados (CFSD), após uma série de fases seletivas.

O PM é o servidor da instituição e encontra-se ou na Ativa, ou na Inatividade. Na Ativa estão: os soldados que desempenham suas funções “durante os prazos a que se obrigaram a servir”, os integrantes da reserva remunerada e os alunos “dos órgãos de policias militares da ativa” (PARAÍBA, 2013). O aluno soldado já é considerado um PM. Depois de formado, pode seguir carreira militar, obedecendo a seqüência da hierarquia institucional. Tal ascensão se dá via valorização do tempo de serviço, ou, “pela antiguidade no Posto ou na Graduação”. Na PM, o trabalho possui um valor excepcional, pois a ascensão do soldado a postos superiores baseia-se principalmente, no tempo de serviço prestado.

Há identidades segmentadas dentro da própria polícia. Assim, um policial pode ser policial da Banda de Música da PM, da Assessoria de Imprensa, da Força Tática, da Polícia Solidária, Oficial, Praça, da Reserva, Reformado, entre outras identidades. Resulta disto a importância de estudar sua identidade não de uma perspectiva única e imutável, já que ser Policial Militar também implica pensar se ele é da Ativa, ou da Inatividade, Oficial, ou Praça. Ocupar um posto entre os Oficiais, por exemplo, dá mais *status* social do que ser um Praça.

O uniforme, “com seus distintivos e insígnias”, é o símbolo da autoridade policial militar (PARAÍBA, 1977), de modo que é vedado a qualquer cidadão, ou instituição o uso de emblemas que possam ser confundidos com aqueles da polícia. O uniforme traz símbolos da Paraíba no braço esquerdo e direito, tais como o Brasão e a Bandeira do Estado, além de símbolos - que podem ser feitos, elegantemente, em *pin* de lapela - indicando o Posto, ou Graduação do policial.

**Figura 1 - Hierarquia da Polícia Militar da Paraíba e os símbolos que lhe correspondem.**



Fonte: Estatuto da Polícia Militar da Paraíba (1977).

Quem observa o cotidiano de um policial militar pode pensar que o fardamento do PM é somente o “clássico”, ou seja, aquele que o policial usa no expediente cotidiano: boina preta, japona cinza (manga longa), camisa interna preta, cinto de nylon e cinto de guarnição pretos, calça ou culote cinza, coturnos, cadarços e botas pretas. Porém, na polícia, há regulamento para tudo, inclusive para uniformes, que são variados.

Cada ocasião, formal ou informal, requer uma farda específica. Estas podem ser de cores (preto, azul marinho, azul bebê, branco, verde, camuflado de selva ou caatinga, vermelho, entre outros), tamanhos e formatos diversos. Há diferença entre os uniformes masculinos e os femininos, e também das unidades especializadas, a saber: Cavalaria, Polícia Ambiental, Ciclo Patrulha, Grupamento Aéreo, Canil, Choque, GATE, ROTAM, e alunos do Colégio Militar. Assim, por exemplo, enquanto os policiais da Ciclo Patrulha policiam de bermudão e tênis, os PM's da Tropa de Choque usam calças e botas. Aos uniformes dos PM's das unidades especializadas acrescentam-se outros subsídios, tais como: dragonas (distintivo militar usado nos ombros), talabarte, capacete anti-tumulto, bermudão, capacete ciclístico, entre outros.

Os uniformes masculinos e femininos estão organizados em uniformes para Eventos Sociais, Solenidades, Trânsito, Expediente, Serviços, Instrução, Aprovisionamento (serviço de cozinha, copa), Serviços Gerais (manutenção), Prática Esportiva e Quadro de saúde. Nos uniformes masculinos são comuns: brasão e bandeira do estado elegantemente bordados, alamar (cordão), platina (distintivo localizado no ombro), cinto comum e de guarnição, quepe, túnica, camisa interna (meia manga, ou longa), camiseta, gravata, calça, calção, meias, sapatos, botas (cano curto, ou longo), tênis, sandália, boina, cobertura (chapéu) aba larga, culote (calça de montaria), gorro (anteparo para guardar os olhos) com ou sem pala, luvas, japona (paletó), cachecol, toca, avental, jaleco, macacão, agasalho e sunga. Nos uniformes femininos há os elementos comuns aos masculinos acrescentando-se: boné, faixa para cintura, saia, meia calça, bata (para gestantes), top, short e maiô.

O soldado porta, além do uniforme, equipamentos de trabalho, aqui classificados de objetos de proteção e coerção. Os objetos de proteção são os capacetes, coletes balísticos e escudos. Os de coerção podem ser de dois tipos: não letais - algemas, tonfas, bastões, arma elétrica (taysar), granadas e/ou spray de efeito moral, jatos d'água - ou letais - revólver, pistola, carabina, espingarda, metralhadora, fuzis, e outros.

Curiosas são as mudanças nas denominações dos equipamentos de coerção, que sofrem suavizações para mascarar seus fins. Os objetos não letais são também denominados armas de impacto controlado, ou dispersão de efeito moral. Os nomes mudam de palavras



rígidas para categorias suaves, tais como “efeito moral”, mas tal finalidade, longe de atingir o “espírito”, se dirige ao corpo. Assim, o spray de pimenta impossibilita o uso da visão por instantes; a granada perfura a pele; o taser paralisa o corpo. De acordo com Foucault (1987), este tipo de fenômeno é característico do sistema jurídico ocidental, a saber, abrandar-se o discurso, mas a intenção continua a mesma: é do corpo que se trata, de sua manipulação, de sua sujeição.

Os equipamentos de proteção e coerção são foco de muitas polêmicas. Evidência disto é o fato de críticas em relação ao armamento da polícia ganharem facilmente aceitação da população, como se pode ver em um trecho de uma das músicas mais populares do Brasil, denominada “Selvagem”, da banda Paralamas do Sucesso: “A polícia apresenta suas armas: escudos transparentes, cassetetes, capacetes reluzentes e a determinação de manter tudo em seu lugar”. O alto índice de audiência que programas de jornalismo policial têm na Paraíba também pode ser destacado como evidência do interesse da população nas questões relativas à segurança pública<sup>7</sup>. O uso dos equipamentos de coerção geralmente estão no centro destas discussões.

Não se pode deixar de notar que a tonfa e o bastão são equipamentos de proteção e coerção que lembram, de modo muito próximo, os métodos primitivos de violência física, característicos do suplício, pois são instrumentos utilizados para atingir, de forma direta e bruta, o corpo de quem sofre a ação. O discurso jurídico ocidental moderno já não admite que ações infligidas ao corpo, pela dor, sejam práticas legítimas de coerção (FOUCAULT, 1987). A polícia, porém, ainda faz uso destes, popularmente conhecidos por porretes ou cassetetes, como um dos equipamentos primordiais de suas práticas.

A PMPB atua com aproximadamente 9.698 servidores (BRASIL, 2013c): 672 mulheres (6,93%) e 9.062 homens (93,7%), números que mostram uma instituição caracteristicamente masculina<sup>8</sup>. A razão entre população e policiais é de 391. A divisão de policiais, por categoria, pode ser visto no quadro abaixo.

---

<sup>7</sup> Embora apresentados de forma jocosa e sensacionalista, estes programas trazem o cotidiano daquilo que Michel Foucault (1987) chamou de “concubinação entre polícia e delinquentes”, e dão uma visão panorâmica de como está a Segurança Pública no Estado.

<sup>8</sup> A estrutura da PMPB, apresentada neste trabalho, foi obtida através do diagnóstico das instituições de segurança pública brasileiras, realizado pelo Ministério da Justiça (MJ), em parceria com a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública). Conhecida como pesquisa perfil, esta resume as condições de funcionamento, organização, recursos, orçamento, prevenção, capacitação e valorização profissional da Polícia Militar, Civil e Corpo de Bombeiros Militar. Os dados mais recentes são de 2011. Estes foram fornecidos pelas próprias unidades federativas, através de questionários formulados pela SENASP que depois os sistematizou e os publicou em março deste ano.

**Figura 2 - Quadro de servidores da PMPB, dividido por categoria.**

<b>CATEGORIA</b>	<b>QTDE</b>
Coronel	40
Tenente Coronel	53
Major	121
Capitão	246
Tenente	305
Cadete	117
Subtenente	125
Sargento	1.942
Cabo	2.920
Soldados	3.631
Aluno-soldado	198
<b>TOTAL</b>	<b>9.698</b>

Fonte: Ministério da Justiça (BRASIL, 2013).

Apenas 2.264 PM's possuem entre 18 e 30 anos. A faixa etária restante é acima dos trinta: 533 possui de 18 a 24 anos; 1.731 de 25 a 30; 2.014 de 31 a 35; 718 de 36 a 40; 2.306 de 41 a 45; 2.048 de 46 a 50; 327 de 51 a 55 e 21 de 56 anos, ou mais (BRASIL, 2013c).

A Polícia Militar é uma instituição que regula, minuciosamente, o ingresso e a permanência de seus agentes, através de um complexo controle da idade e do tempo do trabalho. Há uma idade limite para todos os atos relativos à carreira profissional. Pode-se citar os seguintes exemplos: o soldado só pode ingressar na instituição aos 18 anos, e permanecer na Ativa até 51; a passagem para a reserva remunerada<sup>9</sup> a pedido exige pelo menos 30 anos de serviço; a passagem para a reserva remunerada ex-officio<sup>10</sup> estabelece uma idade limite para cada Posto ou Graduação (PARAÍBA, 1977), assim sucessivamente.

A Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública feita pelo Ministério da Justiça (BRASIL, 2013c), revelou que a PM do Brasil é caracteristicamente da cor branca. Entre os soldados, categoria maior das PM's, 49.514 são brancos, 6.220 são pretos, 37.847 são pardos e 733 são amarelos e indígenas.

<sup>9</sup> Na reserva remunerada estão os policiais inativos que recebem remuneração do Estado e estão sujeitos à prestação de serviço, quando convocados.

<sup>10</sup> "A pedido" e "ex-officio" são duas formas através das quais o policial pode requerer sua passagem para a inatividade da reserva remunerada.

Os PM's da Paraíba trabalham em unidades operacionais (UOP's) dispersas nas regiões do Estado. A PMPB está dividida em Comandos de Policiamento. O Comando Geral está localizado na capital, João Pessoa. O Comando Geral está subdividido em Comandos Regionais, que por sua vez dividem-se em Comandos Locais. Os Comandos Locais podem ser Batalhões, ou Companhias Independentes, ambos subdivididos em Companhias, Pelotões, Destacamentos, e assim por diante. A PMPB possui quatorze Batalhões de Policiamento, dentre os quais dois, o Décimo (10ºBPM-PB) e o Segundo (2º BPM-PB), estão localizados na cidade de Campina Grande. O Segundo Batalhão é responsável pela segurança pública de Campina - tendo como auxílio a Guarda Municipal local - que compreende sua zona urbana e rural. O "Décimo" apenas possui sede na cidade, pois não é responsável pela segurança da mesma, mas de vinte cidades vizinhas à Campina.

A PMPB realiza o tipo de policiamento Rodoviário, Ambiental, Turístico, Escolar e de Trânsito, exceto o Aéreo (BRASIL, 2013c, p. 19), além de possuir bases fixas e móveis de polícia comunitária. Possui também, 9 unidades de ensino, segunda maior quantidade do Brasil, atrás apenas de Minas Gerais que tem 22.

O valor, a ética e os deveres do Policial Militar inclui obediência aos superiores, disciplina nas ações e apreço ao respeito mútuo. O serviço à comunidade estadual, a vontade de cumprir seus deveres, o devotamento à ordem, "mesmo com o risco da própria vida", fé, civismo, orgulho pela instituição, amor, entusiasmo à profissão e aperfeiçoamento profissional estão entre seus valores primordiais. O discurso oficial da instituição - presente no Estatuto - instiga os militares a uma conduta disciplinar, mas também "demasiado humana", perceptível nas indicações de apego à verdade, à justiça, à imparcialidade, à dignidade e à camaradagem, caracteres indispensáveis do "ser" policial (PARAÍBA, 1977).

A dramaturgia militar não se resume as ações dentro da instituição, ou no horário de serviço, já que transcendem em tempo e espaço a esfera institucional. As regras de decoro exigem discricção na fala e na escrita, cidadania, educação na vida pública e particular, chefiar a família de modo exemplar, não usar o título de PM para benefícios próprios, culto aos símbolos nacionais, respeito aos direitos humanos, entre outros.

A violação dos deveres militares está sujeita a sanções e resultam em crime, ou transgressão disciplinar. O Estatuto, seguido de várias outras disposições legais, tais como o Código Penal Militar, estabelece as normas norteadoras das ações do PM dentro e fora da instituição. Este é um dos motivos pelos quais a PM é tratada, neste trabalho, como uma instituição Total, pois busca o controle geral da vida de seu servidor.

## 2 QUEM PODE SER POLICIAL MILITAR?

Estudiosos da área de segurança pública realizam pesquisas acerca da formação do policial, do planejamento e execução de seu trabalho, assim como do impacto de suas ações no atendimento à população. No entanto, não são muitos os que tratam dos procedimentos de seleção dos soldados, neste trabalho visto como elemento valioso para compreensão do ser Policial Militar. A pergunta que abrange a problemática a ser exposta pode ser resumida: quem pode ser soldado da PM?

Partindo de tal premissa, este capítulo discute as características requeridas pela polícia para os candidatos ao CFSD. Ver-se-á que o caminho percorrido pelo candidato para entrar na instituição, ou seja, o processo seletivo revela que nem todo indivíduo pode ser PM e que tal identidade está “impregnada” de construções de tipos ideais de policiais militares. Antes, vejamos o que leva um indivíduo a querer ser soldado da PMPB.

### 2.1 “EU ME INSPIREI NAQUELE CARA”

Vários fatores levam um indivíduo a entrar para a PM. Cada soldado tem uma causa motivadora: simpatia por familiares que são militares e influenciam na escolha da profissão; contato com um, ou mais policiais que deixaram boas impressões acerca da polícia; necessidade financeira, entre outras possibilidades.

Se em alguns estabelecimentos, tais como a prisão e o hospital psiquiátrico, informações degradantes sobre o indivíduo o levam a entrar na instituição (GOFFMAN, 1974), dados que majoram as qualidades morais do ator o tornam aceitável para a polícia. Do mesmo modo, informações que elevam os atributos da instituição policial militar despertam em alguns atores interesse em fazer parte dela.

Ora, o contato pessoal com alguém que já faz parte da polícia é motivo para o indivíduo achar que se identifica com a profissão. Nos relatos seguintes, um sogro, um esposo, um avô e um professor serviram de referência para os soldados fazerem o concurso da PM.

O informante Michel acredita que já se identificava com a profissão, antes de fazer parte dela: “achava bem interessante aquela coisa de polícia e de criminalidade”. Casou com a filha de um militar e isto o fez “admirar mais ainda” a instituição e querer fazer parte dela. Outra vez emerge o assunto discutido em todos os capítulos deste trabalho e que aparece sempre nas falas dos informantes acerca da identidade policial militar: o entendimento de que o trabalho da polícia diz respeito ao combate à criminalidade. Quando questionado acerca da

visão que tinha antes de entrar na polícia e depois de estar nela, Michel diz que nada mudou, o que leva a crer que para o informante seu trabalho é combater o crime. Isto já foi discutido, agora novamente retomado. Há uma idéia recorrente de que à polícia cabe acabar com a criminalidade.

Wycoff (GREENE, 2007) afirma que a polícia é uma instituição limitada. Não se pode esperar que ela seja uma espécie de divindade que vai livrar a sociedade das mazelas que lhes são próprias. Os crimes sempre ocorreram e vão ocorrer, independente da existência da polícia. A criminalidade não está atrelada somente à eficiência da segurança pública, mas primordialmente a fatores sociais, econômicos e políticos. Ligar a polícia somente a crimes e esperar que ela os resolva é ter uma concepção limitada acerca das funções de um policial (Ibid.). Apaziguar conflitos entre vizinhos, ou famílias; visitar escolas e desenvolver ações de prevenção contra o vício e as drogas também são algumas destas funções.

Os familiares exercem considerável influência sobre a decisão dos soldados de fazer parte da polícia. Kátia entrou na PM porque seu esposo é policial e a incentivou a fazer parte da instituição. Renata e Denize, do mesmo modo. A primeira afirma: “meu pai foi militar. Desde pequena eu fui criada neste contexto policial, então escolhi entrar pra profissão”. Denize “sempre quis entrar na polícia porque seu avô era ex-combatente e ela foi “criada meio que num regime militar” e por isso achou que se identificava com a profissão.

Todas as mulheres consultadas nesta pesquisa afirmaram ter entrado na polícia por já ter contato com um parente que faz parte instituição. Elas acreditam que o convívio com eles as fez admirar e bem querer o estabelecimento, mas as policiais que admitiram aspirar à polícia são as mesmas que destacam sua indignação com a Semana Zero; que mostram surpresa, por desconhecê-la, e rejeição aos métodos de adestramento dos soldados. Fenômeno curioso, por assim dizer. Se ignoravam o treinamento militar, isto significa que seus familiares policiais ou não se comportam como militares no ambiente familiar, ou nada falam acerca das “mazelas” da polícia, passando somente impressões positivas desta, o que lembra Goffman (1985): os atores representam papéis de acordo com os cenários onde atuam.

A entrada de Carlos na PM também se dá neste contexto, pois para ele, através do convívio com um professor Policial Militar, isto fora da instituição, teve contato com valores, tais como fazer o bem e ajudar ao próximo. Diante disto, viu na polícia a possibilidade de praticar boas ações e ser um “homem de bem”.

[...] eu fui escoteiro e o chefe do grupo era um sargento [...] e o cara ensinou pra gente, trilhou a gente por um caminho pra ser pessoas de bem, entendeu? Ensinou valores, bons costumes e dava conselho direto pra gente não entrar

nessa vida de marginalidade [...]. Eu me inspirei naquele cara [...] e queria ser parecido com ele, ter uma conduta daquela, ser uma pessoa respeitada e que ajudasse os outros [...]. Assim, depois eu comecei a ver na Polícia Militar a oportunidade de ajudar quem tivesse precisando de ajuda, entendeu?

Os soldados estendem à instituição seu apreço por policiais e familiares militares e esperam encontrar nela as mesmas qualidades vistas em indivíduos particulares, aquelas visualizadas no pai, no esposo, no avô, no professor. A maioria destas concepções mudam quando eles entram na instituição. À frente será visto que quase todos os informantes afirmaram pretender sair da polícia, pois suas expectativas em relação ao estabelecimento foram frustradas. Seguindo o raciocínio de Giddens (2009), o indivíduo não é a estrutura e vice-versa, embora tenda a reproduzir suas práticas nas interações sociais. O parente policial pode mostrar nas interações familiares qualidades que lhes são particulares, notadamente suas, e não da instituição. Ao contrário, ele também pode ser reprodutor de práticas institucionais, mas mostradas em outros contextos de interação que não o familiar. Isto pode levar o civil a ver a polícia somente por perspectivas que não correspondem à realidade do estabelecimento.

Os casos onde boas informações sobre o estabelecimento levam o ator a procurá-lo não são unânimes. Ser soldado pode não ser fruto de um sonho, ou de uma inclinação, mas de busca de estabilidade financeira. Joel diz que não escolheu, a “profissão lhe elegeu PM”. Sempre fez muitos concursos e entre eles estava o da Polícia Militar: “não é uma profissão que escolhi pra minha vida. É uma profissão que estou, mas não sou”. Já para Saulo fazer o concurso “era a opção do momento”. Estava sem dinheiro para se manter na graduação de uma faculdade particular e uma das situações que lhe “apeteciam no momento era a polícia”. Ele achou que se identificaria com a profissão. Viu o edital e atendendo aos conselhos de algumas pessoas fez o concurso. A idéia de “estar”, mas não “ser” policial militar reaparece tanto no discurso de Joel, quanto de outros soldados que irão afirmar que querem sair da polícia. Uma identidade, portanto, marcada por processos entre o “querer ser”; “estar” e, em seguida, não mais “querer”.

Há também quem creia que possui tendência vocacional para a segurança pública. Este é o caso do informante Silvio que antes de entrar para a PM já havia trabalhado com segurança pública e também possui parentes na instituição. Silvio escolheu ser Policial Militar:

Primeiro, [por] tendência vocacional e também por causa da própria família, pois meu irmão foi militar, tenho três tios reformados na Polícia Militar e a minha vida pública dedicada à área de segurança pública [...], mas a tendência é vocacional mesmo.

Ora, Silvio não fazia parte da polícia, mas trabalhava na administração de um setor de segurança pública estadual, um cargo, portanto, de confiança política. Ele convivia com militares na família, mas não era um deles. Por ter contato constante com policiais militares e ter participado da administração de um estabelecimento de segurança, acredita que sempre admirou a instituição, continua a admirá-la e quer nela permanecer. Silvio foi o único soldado a responder de forma afirmativa a todas as questões realizadas nesta pesquisa e para ele: o relacionamento entre homens e mulheres na PM, pelo menos com aqueles com quem teve contato, é excelente; as condições de trabalho do soldado estão boas; O seu CFSD foi primoroso e ele dá sua vida por qualquer cidadão, se preciso for. Pensada à luz de Silvio, a Polícia Militar é uma instituição sem conflitos. Os relatos dos outros informantes contrariam suas perspectivas, que pontuam os sabores e desprazeres do ser soldado.

Pensando à luz de Berger (1985), a entrada do indivíduo na polícia é resultado de socializações passadas: primárias, no caso do contato, com o pai, a mãe, o avô; e secundárias, no caso do esposo, do professor, ou demais indivíduos que fazem parte da instituição. De todo modo, as motivações são externas, portanto sociais: sentimentos afetivos advindos do contato com outros atores e estendidos à instituição; necessidade financeira, e outras possíveis. A constituição da identidade policial militar é um fenômeno social e flexível, sujeito a socializações constantes. No capítulo quatro deste trabalho veremos que depois que entra na PM alguns destes sentimentos motivadores mudam e o apreço ao estabelecimento some, enquanto outros permanecem aparentemente inabaláveis.

## 2.2 O TIPO IDEAL DE SOLDADO

O soldado se torna policial por meio de um processo seletivo e um curso de formação que o habilitam a atuar na PM. Antes do ingresso na instituição ele é submetido a uma seleção que analisa se suas habilidades cognitivas, físicas e psicológicas condizem com aquelas requeridas pela Polícia Militar. O indivíduo pode ingressar na PM de duas formas: pelo CFSD, ou pelo Curso de Formação de Oficiais (CFO), cada um deles exigindo perfis delineados de candidatos. Aquele que almeja ser soldado deve se inscrever no processo seletivo para o CFSD.

O último concurso público para o CFSD, na Paraíba, foi lançado em 2008<sup>11</sup>. Todos os soldados formados entre 2009 e 2014 passaram por este processo seletivo. Através dele podem-se extrair algumas das características primordiais do Policial Militar paraibano.

---

<sup>11</sup> Contudo, em abril deste ano a PMPB lançou novo edital para CFSD, com seiscentas vagas para soldados, cujas provas serão realizadas ainda este ano.

Os pré-requisitos para se candidatar a soldado da PM, no Brasil, são: ser brasileiro; estar “em dia” com os deveres jurídicos; não ser PNE (Portador de Necessidades Especiais); ter idoneidade moral irrepreensível; se for mulher, ter no mínimo 1,60 m e se for homem 1,65 m; ambos ter idade mínima de 18 e máxima de 30 anos (PARAÍBA, 2008). Tendo estas características iniciais o indivíduo pode se inscrever no processo para o CFSD.

Ora, estas são exigências para o simples ato de se inscrever no concurso que, por si só, exclui milhares de pessoas que almejam entrar na profissão militar, pois ela é apenas o início de uma série de imposições que delineiam o perfil ideal de soldado. Sendo jovem, brasileiro, com estatura mediana, sem “passagem na polícia”, nem “limitações físicas”, um indivíduo pode concorrer a uma vaga na PM.

Um primeiro fenômeno que chama atenção acerca do processo para ingressar nos CFSD's no Brasil é o sistema de cotas para mulheres. Em média, 85% das vagas são para homens, restando aproximadamente 15%, ou menos, para mulheres. Isto caracteriza a Polícia Militar como uma instituição eminentemente masculina. O processo seletivo realizado em 2008 para o CFSD-PMPB destinou oitocentas e dez vagas para homens e cinquenta para mulheres, uma diferença de vagas de mais de mil e quinhentos por cento.

Os soldados que participaram desta pesquisa foram indagados acerca de tal sistema de cotas e pode-se ver que seus posicionamentos estão estreitamente ligados à concepção que eles têm do trabalho policial e da diferença entre os sexos. Alguns concordam com o sistema vigente; outros acham que as vagas devem ser iguais em quantidade e há também os que dizem que as vagas para as mulheres devem aumentar, mas não sugerem que sejam iguais à dos homens.

Michel, que trabalha no setor administrativo da PM, mas já passou pelo policiamento de rua avalia de modo positivo a redução das vagas para mulheres. Segundo ele, o trabalho na polícia condiz mais com o porte físico do homem, visto como mais resistente <sup>12</sup>.

Acho que tá bom, porque por ser um serviço meio que braçal, digamos assim, pra mulher fica meio complicado, até pelo fato de que, por exemplo, numa guarnição que tem três homens e uma mulher, querendo, ou não, agente fica com cuidado na mulher, entendeu? Mesmo sabendo que ela é policial, que ela pode trabalhar, [...] a mulher é mais frágil. Agente fica com aquele cuidado de, de repente, alguém chegar e querer agredir. [Então com] a mulher agente tem aquele cuidado, entendeu? (Michel).

---

<sup>12</sup> As falas entre colchetes, utilizadas nas citações recuadas durante todo este trabalho são da pesquisadora, cujo fim metodológico é auxiliar a compreensão dos discursos dos informantes.



Joel, policial “de rua”, pensa de modo semelhante: há mais vagas para homens porque o corpo da mulher é mais frágil. Contudo, as vagas para o feminino deveriam aumentar - não igualar - pois a polícia precisa de mais mulheres tanto no trabalho interno, quanto no “de rua”, já que a delinquência feminina vem aumentando e somente soldados mulheres podem revistar civis mulheres.

Eu acho legal. Este é um serviço que cobra muito da parte física da pessoa. Eu trabalho com praticamente quinze quilos de equipamento e pra mulher esse equipamento é pesado. Eu acho que esse número de vagas a tendência é aumentar, porque agente vê ainda muitos homens trabalhando na parte interna e este serviço interno a mulher faz muito bem [...], mas também por outro lado na parte operacional, tendo em vista que a criminalidade vem aumentando, não só na parte masculina, mas também feminina e a abordagem das mulheres tem que ser feito por [policiais] mulheres (Joel).

Ora, tanto Joel, quanto Michel pontuam a diferença do porte físico entre homem e mulher como justificativa para as cotas. Isto está estreitamente ligado a uma visão que os soldados têm do papel que desenvolvem na instituição. O soldado é, portanto, aquele que realiza tarefas braçais, o que exige porte físico varonil, resistente. Neste momento surge um fato que aparecerá em vários momentos desta pesquisa e permeia toda a discussão acerca da identidade policial: seria o papel do policial um fenômeno que tem a força física como um de seus componentes primordiais? O soldado usa, cotidianamente, a força física para desenvolver suas atividades? Em que contexto se dá esse uso da força?

O soldado Carlos, que trabalha “na rua” e percorre todo o estado da Paraíba - por fazer parte de um Grupo de Operações Especializadas - também considera o corpo da mulher mais frágil para o serviço de soldado e acha que as vagas para as mulheres devem aumentar, mas não se igualar a dos homens.

É isso aí que eu acho um absurdo, entendeu? [...]. Na minha turma eram cento e dez vagas para o masculino e dez pro feminino. Então, vamos aumentar esta cota para o feminino, cento e dez pro masculino e trinta pro feminino, ou quarenta. [...]. Tem situações que requer força e tem que ter uma ação bem rigorosa. Existem algumas mulheres que não conseguem fazer isso, certo? É um serviço, digamos meio que braçal, mas que aumente as vagas para o feminino e que aumente também o critério dos exercícios [da seleção], porque as mulheres já vão entrar sabendo que a função é aquela dali e pode se deparar com determinadas situações no cotidiano (Carlos).

Do mesmo modo que Michel, Carlos afirma que o trabalho do soldado é “meio que braçal”. As expressões “algumas situações requerem força física” e “algumas mulheres não conseguem fazer isso” atestam o fato. Deve-se notar, no entanto, que nem todas as tarefas que o soldado realiza, fundamentalmente exigem porte físico masculino, como será visto mais à

frente. De todo modo, os pensamentos dos soldados sobre as cotas estão estreitamente ligados ao modo como eles vêem o trabalho do soldado na polícia, visão, por assim dizer, equivocada acerca de suas atribuições, evento que também será discutido páginas adiante.

O Governo Federal lançou, em 2013, um estudo profissiográfico (BRASIL, 2012a) que mapeou as principais atividades dos policiais “através da voz de quem as executa”, ou seja, as próprias Praças. Zelar pela sua integridade física e pela dos companheiros, realizar policiamento motorizado, cumprir o regulamento disciplinar, praticar atividades de educação física, apreender menor infrator, preservar local de crime e confeccionar relatórios estão entre as ações mais frequentes do cotidiano das Praças. Tais atividades não envolvem necessariamente o uso da força e podem ser desenvolvidas tanto por homens, quanto por mulheres, independente de seu porte físico. Neste sentido, os soldados e a própria instituição justificam uma exclusão das mulheres na PM partindo de um discurso da diferença entre os corpos.

O MJ (Ibid.) introduz o estudo sobre Profissiografia na Polícia Militar dizendo que o Brasil está passando por uma mudança de paradigma na segurança pública, que envolve a consolidação da segurança cidadã. Isto sugere que a proposta da filosofia do policiamento comunitário seria refazer a concepção que se tem da polícia como um estabelecimento que tem o uso da força bruta como seu elemento crucial, fenômeno que anda paralelo as concepções que os soldados têm de suas tarefas concebidas como funções braçais. Ora, as contradições entre o que o MJ diz e o que a polícia faz perpassa toda construção do soldado da PM.

Embora não tratem especificamente da PM brasileira, autores como Vanagunas e Menke (GREENE, 2007) discutem o papel da polícia, questionando a visão que ainda se tem acerca do trabalho policial que, entre outros aspectos está atrelada ao uso da força e combate ao crime. De acordo com Vanagunas é bastante comum atribuir à polícia a tarefa de coibir crimes, de dar conta da delinqüência, mas suas funções não estão resumidas ao campo criminal. O combate aos crimes é apenas um dos aspectos do trabalho policial e não sua ocupação central. Segundo o autor, a mídia contribui para formar esta imagem que liga os atos policiais à resolução de crimes, “o que cria uma sensação falsa em relação à responsabilidade policial” (Ibid. p. 49). A polícia é, antes de tudo, “uma prestadora de serviços humanos” e o combate aos crimes é consequência disto.

Menke (Ibid.), por sua vez, pensa que o trabalho policial é orientado para três atividades: manutenção da ordem, defesa da lei e outros serviços que ele classificou de gerais.

O primeiro é consequência do segundo, ou seja, defendendo a lei se garante a ordem; o terceiro vai “do resgate de um gato na árvore até o salvamento de uma vida”.

O sistema de cotas na polícia é recusado pela informante Kátia, que também já esteve no trabalho de rua, mas hoje está no setor administrativo. Para a soldado, há estados brasileiros que já estão investindo na liquidação de tais cotas, ainda vigentes na PMPB: “eu não concordo. Se eu não me engano, no estado do Pernambuco não existe mais este sistema de cotas para homens e mulheres”. Renata, assim como Kátia, cita que a PM de Pernambuco excluiu as cotas nas suas seleções.

A quantidade de vagas é pouco né? Em Pernambuco não há mais cotas pra mulheres. Na Paraíba, cada batalhão tem, em média, dez vagas para mulheres. Já para os homens são duzentas vagas, trezentas vagas (Renata).

Ainda que o estado de Pernambuco tenha aniquilado tais cotas, não se pode esquecer que o Brasil tem 26 estados, mais o Distrito Federal, e aqueles que liquidaram as cotas são uma minoria. Carece também salientar que a maioria dos informantes não supôs que as cotas deveriam acabar, mas que o número de vagas destinadas a mulheres deveria crescer. Fala-se em aumento e não em aniquilação. Isto possivelmente está ligado a uma concepção da Polícia Militar como um estabelecimento destinado a homens.

Para Alberto, Oficial do setor de administração da PM, a questão é de ordem prática, estrutural. A PMPB ainda não tem estrutura física para comportar mulheres e isto seria uma justificativa para o fato do sistema de cotas ainda existir. Ver-se-á no capítulo três deste trabalho que, de fato, a estrutura física dos batalhões está em condições precárias para a formação da mulher policial. Em resumo, duas justificativas surgem para as cotas no processo seletivo do CFSD: a diferença entre o corpo do homem e da mulher e a falta de estrutura nos batalhões para acomodá-las. O quarto capítulo deste trabalho aprofundará tal discussão.

Após a inscrição no concurso para CFSD, o candidato passa por cinco etapas sucessivas: Exame Intelectual, De Saúde, De Aptidão Física, Psicológica e Avaliação Social. Cada uma delas é eliminatória e a cada fase o candidato “deve provar” que possui as habilidades tidas como inerentes à profissão militar. Tal processo centraliza na segunda e na terceira etapas, relativas ao corpo, as referências exigidas para o ingresso na instituição, de forma que reivindicações, minimamente descritas, fazem do corpo jovem, saudável e esteticamente bem o instrumento primordial de seleção dos soldados.

### 2.2.1 Caracteres morais e intelectuais para entrar na polícia

O Exame Intelectual, primeira fase do concurso, consiste numa prova escrita de questões de múltipla escolha e abrange saberes, tais como Língua Portuguesa e conhecimento acerca da atividade militar. Este tipo de avaliação é comum nos concursos públicos no Brasil. Nele, a polícia dá primazia ao policial de habilidades cognitivas desenvolvidas - ou como é dito na linguagem comum, um indivíduo inteligente - atualizado acerca de conhecimentos gerais; que conhece as regras formais de sua língua materna; que conhece o Código Penal e outras leis de seu país. Embora a PM seja uma polícia que lida com ações ostensivas, diferente da Civil que é uma polícia investigativa, ela também requer um ator que além das habilidades físicas, também porte qualidades cognitivas desenvolvidas para atuar na sociedade.

A Avaliação Social, por sua vez, avalia a conduta. No processo seletivo, o presente e o futuro dependem do passado. Segundo Goffman (1974), na prisão e no hospital psiquiátrico as informações degradantes a respeito do indivíduo justificam sua entrada na instituição. Na polícia, ao contrário, elas impossibilitam seu ingresso. Credita-se ao poder Executivo - ou seja, a órgãos que lhe representam, tais como a Secretaria de Estado e Defesa Social (SEDS) e a escola - e ao Judiciário a autoridade de afirmar se o indivíduo possui, ou não conduta moral.

Deste modo, o candidato deve dispor de:

Atestado de Bons Antecedentes, fornecido pela Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SEDS), ou Declaração de Conduta, se se tratar de Militar das Forças Armadas ou de outras PMs; Certidão Negativa de Ação Criminal, fornecida pela Justiça Estadual; Certidão Negativa de Ação Criminal, fornecida pela Justiça Federal; Atestado de Boa Conduta fornecido pelo Estabelecimento de Ensino em que estuda ou estudou (PARAÍBA, 2007).

Neste contexto, instituições públicas decidem se o candidato tem qualidades morais condizentes com o exercício militar. Disto surge uma questão: falar em conduta moral é encerrar a questão nas instituições representantes dos poderes Executivo e Jurídico? O fato de uma pessoa não possuir “passagem” na polícia, significa que ela seja moralmente boa? Um indivíduo pode ser violento e intolerante, por exemplo, e não possuir antecedentes criminais. O que é uma conduta moral? Quem a determina: o indivíduo, ou as instituições? Se é uma instituição, esta é a jurídica?

O fato moral, para Durkheim (1994), tem duas características: obrigação (dever) e desejabilidade (o bem). O objetivo da ação moral não é o indivíduo, mas a sociedade, que é algo desejável e se impõe a nós como dever. A sociedade é a finalidade da ação moral. A

realidade moral se apresenta de dois modos: impessoal e pessoal, ou objetiva e subjetiva. Do mesmo modo que há uma moral geral para todos os homens pertencentes a uma coletividade, há uma multiplicidade de outras e cada indivíduo, ou grupo as vê e compreende sob diversos ângulos (Ibid.). Ora, pensada neste raciocínio, a moral policial militar é aquela de um grupo que não representa os sentimentos morais coletivos, ou todas as instituições, mas a visão de indivíduos particulares sobre o ato moral. A instituição cria um tipo ideal de ação moral e estabelece-o como valor de seleção dos soldados.

Comparando o processo seletivo para o CFSD da PMPB, com outros de diferentes PM's brasileiras nota-se que as exigências gerais são as mesmas, entre elas, não ter antecedentes criminais. Alguns grupos sociais ligados ao candidato, tais como amigos e vizinhos também podem ser consultados. Na PM de Santa Catarina (2013), por exemplo, o indivíduo deve levar à polícia “o mapa de localização de sua residência, identificando as principais ruas e pontos de referência”, o que dá margem à interpretação de que vizinhos podem ser consultados acerca do comportamento moral do candidato.

No edital seletivo para o CFSD da PM de São Paulo (2013), as exigências sobre o perfil moral do futuro soldado são minuciosamente descritas. São diversas as condutas consideradas “inadequadas e reprováveis”, ou seja, que não condizem com a ética policial, tais como ser alcoólatra, ou qualquer outro tipo de toxicômano; ter convivência com pessoas de ficha criminal positiva, ou ter sido expulso por justa causa de qualquer emprego. Para a Polícia Militar o soldado ideal é aquele que tem “conduta moral irrepreensível”, antes e depois de entrar na instituição (PARAÍBA, 1977).

Um indivíduo com alguns tipos de estigmas não “tem vez” na PM. Um estigma, para Goffman (2004, p. 8), dito em termos breves é “uma característica diferente daquela prevista” pela sociedade, de todo modo, uma qualidade não apreciada socialmente. Um indivíduo pode ser estigmatizado pelo corpo, pelo comportamento, ou condição moral e também pelo grupo a que pertence. A PM se apresenta como reprodutora dos estigmas sociais recaídos sobre grupos tais como os alcoólatras, os atores de face desfigurada e os ex-presidiários.

As informações acerca da vida pregressa do candidato também aparentam ser de utilidade para uma espécie de controle que a instituição exerce sobre a conduta do soldado, tanto na seleção, quanto no pós-curso de formação, ou seja, durante a carreira militar. Para Silvio, o fato de já ter trabalhado com segurança pública, antes de ser soldado, lhe deu credibilidade para estar no setor administrativo da polícia.

A vantagem da instituição é esta: você sabe quem é quem. O que fez de bom, o que fez de ruim. Essa Avaliação Social, que é feita na matrícula do curso,

agente dá informações do endereço de amigos, de familiares [...]. A vida pregressa de cada um, agente sabe, né? Cada um tem uma ficha própria, então se houver qualquer deslize de conduta, algo que a pessoa faça de errado, vai pra ficha (Silvio).

O controle exercido pela instituição sobre o soldado será um tema também retomado no quarto capítulo deste trabalho, na parte relativa ao relacionamento entre Oficiais e Praças. Portanto, ser admitido no Exame Intelectual e a na Avaliação Social significa considerar, isto para a Polícia Militar, que o ator tem boa conduta, ou bom convívio social e é atualizado acerca de conhecimentos básicos sobre seu estado e país.

### **2.2.2 Atributos psicológicos para ser soldado**

Esta etapa avalia a personalidade do candidato. Dentre as qualidades requeridas podem-se destacar: capacidade de adaptação, cooperação, flexibilidade, estabilidade emocional, sociabilidade, resistência à frustração e sensibilidade.

Nos processos seletivos para os CFSD's no Brasil, três aptidões psicológicas aparecem como “essenciais” ao soldado: controle emocional, flexibilidade e sociabilidade. A análise do controle emocional permite ver, entre outros fatores, se o indivíduo tem condições de portar arma de fogo, atuar em condições de risco de morte e pressão psicológica característica de seu cotidiano (SANTA CATARINA, 2013). A sociabilidade, possivelmente, é resultante da necessidade de adaptação ao trabalho em grupo, supervalorizado pela polícia (PARAÍBA, 1977), e convívio com a população.

Tal ocupação com o “estado psicológico” do policial é justificada na fala de pesquisadores segundo os quais, o trabalho na polícia, em alguns aspectos, oferece riscos à saúde psicológica do indivíduo e favorece personalidades “alteradas”. Em entrevista concedida ao programa “Sem Censura”, da TV Brasil, a pesquisadora Maria Cecília Minayo afirmou que entre as categorias que mais cometem suicídio no Brasil estão os policiais militares e os médicos<sup>13</sup>. Balestreri (1998), por sua vez, afirma que a PM, assim como o Direito, a Medicina e o Magistério são profissões prediletas dos psicopatas que vêem nelas possibilidade de exercício legítimo de sua fixação por poder.

Segundo Balestreri:

Profissões magníficas, de grande amplitude social, que agregam heróis e mesmo santos, são as mesmas que atraem a escória, pelo alcance que têm, pelo poder que representam. A permissão para o uso da força, das armas, do

<sup>13</sup> O programa foi exibido no dia 27 de Junho de 2013, disponível no endereço eletrônico: [www.tvbrasil.ebc.com.br/semcensura](http://www.tvbrasil.ebc.com.br/semcensura).

direito de decidir sobre a vida e a morte, exercem irresistível atração à perversidade, ao delírio onipotente, à loucura articulada. Os processos de seleção de policiais devem tornar-se cada vez mais rígidos no bloqueio à entrada desse tipo de gente (BALESTRERI, 1998).

Há que se pensar, no entanto, que nem todo indivíduo que entra na PM, na docência, ou na Medicina apresenta personalidade sádica. No capítulo quatro deste trabalho, os soldados falam acerca do que os levou a fazer parte da polícia e a maioria pontuou o apreço por familiares policiais como a principal causa motivadora para fazer parte da instituição. Também deve-se notar que, segundo alguns informantes, a ocupação da instituição com o perfil psicológico dos soldados é questionável, já que o processo seletivo para o CFSD aparenta possuir pouca rigurosidade.

Os soldados divergem de opinião sobre esta fase do processo de ingresso na instituição. Em alguns momentos a credibilidade da seleção é questionada, em outros, inquestionável. Saulo, que trabalha “na rua”, afirma: “O exame psicológico deixou a desejar, no sentido de que as perguntas foram muito direcionadas à contradição”.

Do mesmo modo pensa Carlos, para quem o exame psicológico, que deveria ser mais rígido foi feito com dezenas de pessoas aglomeradas em salas de aulas.

O psicotécnico foi de bolo [...]. Eram, se não me engano, duas mil pessoas pra fazer esse psicotécnico no mesmo dia. [Eram duas escolas] e ficou um psicólogo numa escola e um na outra. A pessoa responsável pela prova explicou como era que fazia e disse: vocês podem fazer a prova que depois um psicólogo vem recolhendo. O teste psicotécnico foi só isso (Carlos).

Já Kátia considera positiva a avaliação psicológica: “o exame psicológico foi bem feito. Antes de eu entrar [na polícia] eu ouvi comentários negativos, mas foi muito bem elaborado”. Renata pensa o contrário: “a avaliação psicológica não foi uma entrevista pessoal. Agente preencheu um questionário e pronto”.

Na polícia, há psicólogos, assim como médicos e outros profissionais à disposição do PM, em caso de risco ao seu bem estar intelectual. Há o Hospital Militar, localizado na capital que tem Psicólogos para tratar dos PM’s que necessitem desses tipos de atendimentos. Contudo, não há médicos, nem psicólogos nas UOP’s e se alguém precisar de assistência é deslocado até a Capital. Desse modo, a análise das condições psicológicas do ator é componente de seleção dos soldados, contudo questionável, já que a qualidade dos exames é posta em dúvida pelos informantes, além do fato da instituição dispor de poucos profissionais da área para auxiliar o soldado na carreira militar.

### 2.2.3 O valor que a instituição atribui ao corpo

Segundo Goffman (1985), “o processo de institucionalização pressupõe que determinada fachada foi estabelecida para o desempenho de determinado papel”. Há dois tipos de fachadas onde ocorrem as representações: a cênica e a pessoal. O cenário geralmente é estático, ou seja, não acompanha o ator, tais como mobília e arquitetura. A fachada pessoal, ao contrário, segue o ator e permite que identifiquemos características que lhes são peculiares, a citar, sexo, idade, cor, roupas, entre outras.

Na PM, a fachada pessoal do soldado o distingue de outros atores e grupos sociais. Dificilmente alguém identificaria um homem, ou mulher, baixo, franzino, doente, etc., com um Policial Militar, embora existam PM's com estas características. No processo seletivo, a polícia requisita um tipo ideal de policial cuja fachada pessoal seja a de um indivíduo com altura mediana, saúde e estética aceitável. A escolha do tipo físico ideal de soldado é realizada durante as etapas de Exame de Saúde e Aptidão Física.

O Exame de Saúde é a parte mais longa do processo e está dividido em exames biométrico, odontológico e laboratorial, que verificam a funcionalidade e/ou anormalidade dos órgãos do corpo. Detecta, portanto, se há problemas no pulmão e no coração; tuberculose; anormalidades sanguíneas, tais como anemia e risco de hemorragia, glicemia; doença de chagas; sífilis; infecções nos órgãos e urinária; coordenação motora, flexibilidade, mobilidade e dezenas de outras verificações cujo propósito é expor que na polícia os corpos doentes, ou com deformidades não têm valor. Os exames são minimamente determinados e exigem, inclusive, uma quantidade de dentes na boca, determinado limite de decibéis para o ouvido, limite mínimo de motilidade dos braços, pernas, articulações e diversas outras exigências. Se o candidato entra no CFSD, significa que ele passou em todos os exames. Este fenômeno permite questionar como estes são feitos. Do ponto de vista médico é possível que tantos corpos, saudáveis em plenitude, existam? Este tipo ideal de corpo condiz com a realidade biológica, ou as condições físicas, dos candidatos?

Neste contexto, há um apelo a uma fachada pessoal que expresse pleno vigor físico. Porque tais características são necessárias? Que valor social isto agrega? Um corpo saudável facilita o exercício da profissão? Inspira mais confiabilidade na população acerca do trabalho policial? Porque não há vagas para Portadores de Necessidade Especiais (PNE's) na Polícia Militar? Isto é exclusão social? Ora, existem atividades no setor administrativo da PM, tais como o trabalho nas secretarias e na organização da escala dos plantões, que um indivíduo PNE poderia desenvolver. A instituição e os próprios policiais criam um tipo ideal de soldado e um tipo ideal de trabalho que não condiz com a realidade da polícia.



O Exame de Aptidão Física, por sua vez, avalia a resistência física, considerada indispensável para o exercício militar e consiste em provas práticas divididas em: flexões de braços na barra fixa, corrida rasa, corrida de fundo, abdominal e salto em altura. Os objetivos destas provas são constatar se o candidato possui força, resistência, potência e flexibilidade muscular, assim como aptidão cardiorrespiratória e coordenação neuromuscular (PARAÍBA, 2008).

Algumas provas não são as mesmas para homens e mulheres, havendo um abrandamento de esforço nas atividades destinadas ao sexo feminino. Em uma prova de corrida, por exemplo, pede-se que o homem percorra 2.400 m. em doze minutos, enquanto a mulher deve percorrer 1.800 m. no mesmo tempo (PARÁ, 2012).

Questionados acerca das provas do processo seletivo, alguns soldados vêem este amortecimento nos testes destinados às mulheres como um problema de gênero, ou seja, uma concepção errônea de que a mulher seria frágil. Há também quem considere tal abrandamento correto, já que a mulher possuiria um porte físico menos resistente que o do homem.

Carlos pensa que os testes deveriam ser iguais já que, quando está na rua, as situações que as mulheres enfrentam são as mesmas dos homens e devem estar preparadas para a ação.

Se tratando da profissão policial militar eu acho que deveria ser igual porque [...] a função é a mesma. Uma mulher numa guarnição vai ter a mesma função de um homem, entendeu? Se é pra entrar numa briga, pra separar uma briga, numa troca de tiros, a função dela é a mesma. O vagabundo num vai aliviar porque é uma mulher não, entendeu? (Carlos).

Assim, como na discussão acerca do sistema de cotas para mulheres, as respostas dos policiais sobre as provas físicas também possuem como “ pano de fundo”, concepções acerca dos atributos do PM. O soldado é aquele cuja ação requisita grande desprendimento de força física e combate à criminalidade. Neste momento cabe, mais uma vez, indagar se que as atividades que os soldados desenvolvem no seu cotidiano necessariamente envolvem confronto com criminosos e uso da força.

Michel ver o corpo da mulher mais fraco que o do homem e acha que isto justifica a diferença dos testes: “não tem como a mulher ter o mesmo porte físico do homem, né? Ela, dificilmente, vai ter a mesma força física que o homem tem. Então [as provas] têm que ser abrandadas”. O soldado Saulo aparenta ver o fenômeno como complexo e resultado de uma visão tradicional da fragilidade feminina, ainda presente na Polícia Militar. “complicado, porque pros mais antigos a mulher ainda é vista como um sexo frágil”.

Silvio, que trabalha na administração da PM acredita que os testes físicos do processo de seleção são construídos a partir de uma base científica. Não se trata, portanto, nem de discriminação de sexo, nem de suposições acerca do corpo feminino e masculino.

Eu acho que isso deve ter sido feito um estudo. Se faz uma preparação física de alguém, do limite entre o homem e a mulher pra depois eles seguirem este padrão. [Eles não iriam] colocar [essa diferença] aleatoriamente, por ser a mulher mais fraca. [...] Não é aleatório, nem discriminatório, mas algo onde são feitos testes antes (Silvio).

Ora, por duas vezes, a Polícia Militar distingue homens e mulheres no processo seletivo para entrar na instituição. Isto seria apenas a prudência de acatar a condição física da mulher, supostamente comprovada inferior à do homem? Revelaria discriminação de gênero no momento em se considera as mulheres incapazes de desenvolverem as mesmas atividades que os homens? Seria resultado de uma concepção militarista que delinea a PM com atributos do exército tais como o alistamento só para homens?

A diferença estabelecida no processo seletivo do CFSD entre o corpo masculino e o feminino encontra justificativa antropológica no pensamento de Bourdieu (2002) para quem a organização social alicerçada em uma visão androcêntrica do mundo é mais arcaica do que se imagina. Assim como Foucault, Bourdieu pensa o uso do corpo para a construção das relações de dominação. A diferença que comumente se estabelece entre o corpo masculino e o feminino encontra na antropologia, não na biologia, sua significação. O antagonismo entre os corpos são modos de lançar mão do fisiológico para reafirmar modos de construir o mundo (Ibid.).

A diferença entre o corpo do homem e da mulher é uma “justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros”. Através do corpo, ratifica-se a dominação masculina. Ver no corpo da mulher fragilidade e fraqueza e no do homem virilidade é resultado de construções simbólicas que atribuem ao homem o domínio das relações sociais. A visão masculina na ordem das coisas precede o antagonismo entre os sexos. Assim, não é a diferença entre o corpo do homem e da mulher que organiza simbolicamente o mundo, mas um recurso usado como fundamento para justificar o androcentrismo (Ibid.). A Polícia Militar utilizando um discurso do corpo reproduz uma visão já antiga da ordem social.

A soldado Denize diz: “Eu concordo [com o abrandamento das provas]. Eu não conseguiria [realizar os testes], porque a condição física da mulher é diferente”. No entanto, quando está relatando suas experiências no CFSD, ela destaca diversas situações nas quais teve que provar sua resistência física e saiu bem sucedida. Em um de seus relatos, ela afirma

que passou toda a aula de um instrutor militar em posição de apoio, que, por sua vez, requer forte resistência muscular nos braços e nas pernas.

Kátia segue a mesma linha de raciocínio:

Eu acho que o porte físico da mulher é diferente do homem. A anatomia é diferente. Não dá pra diferenciar as funções que eu posso exercer, diferenciar a capacidade, mas o porte físico não se pode negar: é diferente (Kátia).

O que se quer notar é que a força física, ou seja, a energia corporal possui um notável valor para a Polícia Militar. Segundo Foucault (1987), isto é característico das instituições Totais, e não somente delas, que fazem do corpo um instrumento primordial de classificação e manipulação dos sujeitos. Se os homens já entram na polícia sabendo que estão em maioria e interiorizando - nas fases dos testes físicos - que são mais resistentes que as mulheres, isso não influenciaria de modo prévio, um posicionamento em relação à condição das mulheres na polícia? As mulheres, por sua vez, ao entrarem na instituição já classificadas como grupo minoritário e menos resistente não estariam com seus lugares pré-definidos na instituição? Seguindo este raciocínio, o percurso de seleção para o CFSD revela valores institucionais dissimulados e reproduzidos pelos policiais.

Os testes de resistência mecânica não são um fenômeno isolado do processo seletivo para o CFSD. No capítulo três será observado que na primeira semana do curso de formação, os alunos são submetidos a provas de resistência corporal e que tanto homens, quanto mulheres sofrem as mesmas imposições. Aparentemente, no CFSD, ambos os sexos passam pelas mesmas provas o que revelaria uma espécie de igualdade no tratamento entre homens e mulheres na PM. No capítulo quatro, contudo, ver-se-á que os soldados divergem de opinião em relação ao valor das mulheres e dos homens, na divisão das tarefas. Obviamente, a discussão sobre gênero não é o núcleo deste trabalho, mas inquietações sobre o tema surgem, vez por outra, como elementos envoltos na compreensão da identidade policial militar.

#### **2.2.4 Elementos da estética militar**

O exame de aptidão física ultrapassa a constatação de resistência, ou de saúde, migrando também para uma avaliação estética do candidato, que não pode ter deformações ou “cicatrizes anti-estéticas” (SANTA CATARINA, 2013) na cabeça, ou no pescoço; nem deformações: no ouvido, na boca, no nariz, nos dentes e na pele. Proíbe-se, também, que o candidato possua cicatrizes e/ou tatuagens que o fardamento não possa cobrir (PARAÍBA, 2008). (APÊNDICE E).

A justificativa para tal exigência é que se trata de “uma questão de estética militar” (SÃO PAULO, 2013). Não é proibido o uso de tatuagens, mas no caso de possuí-las é vedado que elas “representem símbolos ou inscrições alusivas a ideologias contrárias às instituições democráticas ou que incitem a violência, ou qualquer forma de preconceito ou discriminação” (Ibid.). Tatuagens que expressem “obscenidade, ofensa, ou morte” além de comprometer os valores institucionais, também apontariam “desequilíbrios psíquicos” no indivíduo (SANTA CATARINA, 2013).

Ora, o fato de proibir o policial de usar tatuagens não é por si só uma espécie de preconceito, ou discriminação? Se tatuagens que representam morte e violência são indicadores de distúrbios psicológicos, o que justifica, hoje, no Brasil, diversos policiais militares utilizarem de forma legítima uma caveira como símbolo da causa que defendem? Entrando em contato e observando os policiais da PMPB por uma rede social na internet foi possível ver que o uso da caveira como símbolo da polícia é um fenômeno comum entre policiais não só Praças, mas também Oficiais. Expressões como “sou caveira” e “bandido bom é bandido morto” expressam apologia à violência e à morte, justamente as citadas ideologias que a polícia proíbe nas tatuagens dos candidatos ao CFSD.

Todos os soldados entrevistados conhecem alguém, ou já ouviram falar de candidatos que entraram no CFSD *sub judicis* por possuírem tatuagens e serem “barrados” pela instituição. Carlos cita um caso:

Conheço muitos. Eu conheço um policial que ia ser desligado desta última turma porque tinha uma tatuagem no braço. Quando ele botava a japonsa aí aparecia tatuagem. Ele ganhou a Ação e permaneceu no curso. Ele fez o curso todinho por liminar (Carlos).

Michel também cita um caso e lembra que nunca viu um candidato à PM ser desclassificado por ter tatuagens, até porque, vale lembrar, a pintura em si não é proibida, mas sua localização e seu formato. Afirma o policial:

Eu nunca vi ninguém não entrar na polícia por causa de tatuagens [...]. Tem um caso aí de um rapaz que entrou na Justiça [...]. Tavam querendo tirar ele, mas ele entrou na Justiça pra permanecer [na polícia] (Michel).

Joel também enfatiza:

Em relação a tatuagens, existe no edital que é proibido usar tatuagens. Na minha turma tinha três ou quatro alunos que entraram *sub judicis* porque tinham tatuagens (Joel).

É comum ver tatuagens em policiais à paisana e ouvir PM's dizendo que querem fazer uma, ou no ocaso de já possuir, outra tatuagem. Porém, no processo seletivo o fenômeno é polêmico. Todos os informantes conhecem, ou ouviram falar de alguém que teve atritos com a instituição por possuir pinturas no corpo. O que revela o posicionamento da Polícia Militar acerca das tatuagens nos soldados?

A situação pode ser novamente analisada a partir da teoria dos estigmas sociais que, segundo Goffman (2004), não é um fenômeno novo e existe em várias sociedades. Os gregos estigmatizavam indivíduos através de sinais “com os quais se procurava evidenciar algo de extraordinário, ou mau sobre o status moral de quem os apresentava”. O cristianismo medieval também fez uso de tais sinais impressos no corpo para se referir, ou à graça divina, ou distúrbios físicos. Na modernidade, o estigma foi expandido, de modo que “as desgraças que causam ocupação” social se tornaram amplas. Os estigmatizados são os desacreditados, aqueles cujo perfil não se assemelha ao seu contrário, os ditos normais. Exemplos de estigmatizados modernos são os toxicômanos, os portadores de limitações físicas, os homossexuais, as prostitutas, os ex-presidiários, etc. (Ibid.), como já foi pontuado páginas atrás.

O indivíduo tatuado não representaria, para a PM, um ator desacreditado, cuja moral não é adequada à instituição? Se a tatuagem é símbolo de valores que a polícia não preza, o que a primeira representa? Símbolo da liberdade de expressão; de autonomia; de grupos marginalizados? Neste contexto, pensar o processo seletivo para o CFSD-PMPB é perceber como indivíduos que carregam um estigma, físico ou moral, representam categorias desacreditadas pela instituição. Note-se que o fenômeno é perceptível tanto no Exame de Aptidão Física, quanto na Avaliação Social.

Joel classifica a atitude da polícia de discriminatória e sem fundamento já que, depois que entra na polícia, o soldado não é proibido de tatuar.

Eu acho que isso é discriminação. Quando você se forma, pode ter tatuagens, então eu acho que isso é uma cláusula do edital que não tem lógica, não tem fundamento (Joel).

Denize conhece uma policial que tem uma pintura no punho e que não foi punida por isso. Kátia, de certo modo, confirma os discursos de Joel e Denize, que dão margem à interpretação de que a proibição de tatuagens aparenta “nascer e morrer” no processo seletivo.

Eu conheço um policial que tinha uma tatuagem na panturrilha e ele trabalhava com uniforme que era de short e ele não foi impedido de trabalhar (Kátia).

De todo modo, as tatuagens são sempre motivo de disputas judiciais para entrar no CFSD. São dezenas de “tatuados” que a polícia tenta impedir de serem soldados, sob a alegação de que tais pinturas não condizem com a estética militar, notavelmente formal, ou fechada, já que não admite na fachada cênica dos soldados impressões acerca de outras instituições, ou estilos de vida, ou modos de pensar, e assim por diante. A coação a soldados com tatuagens pode contribuir para a reprodução de estigmas sociais. O sinal, impresso no corpo, desacreditaria moralmente aqueles que o possuem, isto na ideologia da Polícia Militar.

Alberto, Oficial da PMPB, não economizou palavras para tratar do assunto. Segundo o policial, a justificativa para o fato de a polícia exigir essa estética formal do policial é que se o soldado usasse utensílios tais como brincos e *piercing*, isso poderia prejudicar sua aceitação social. Para ele, nossa cultura ainda está atrelada a padrões estéticos tradicionais, estigmatizando indivíduos com tatuagens, cabelos coloridos, etc. Acrescenta que não só a polícia, mas outras instituições sociais reproduzem tais padrões estéticos, e questiona: o que as pessoas diriam se vissem um juiz, ou um padre usando brinco, *piercing*, ou tatuado no rosto?

Alberto afirma, ainda, que esse tipo de pensamento, tradicional, leva tempo pra mudar e realiza várias indagações à pesquisadora: se a polícia tomar a iniciativa de quebrar paradigmas, quanto tempo duraria para as pessoas aceitarem o policial? Porque outras instituições também não tomam essa iniciativa? O oficial conclui: a mudança de pensamento requer tempo para aceitabilidade, o que não é conveniente para a sociedade que precisa da polícia, cuja serventia é diária.

O discurso de Alberto é provocador. Por si só, proposta de outro trabalho científico. A partir da estética policial militar, o informante apresenta questões sociológicas de relevância considerável, tais como a resistência que instituições tradicionais apresentam a alguns valores sociais modernos e a segregação de grupos que compõem a fachada social. Representa, portanto, a opinião de um Oficial do setor administrativo da instituição, acerca dos padrões valorativos desta.

O processo seletivo para o CFSD determina o tipo ideal, ou quem pode ser soldado da Polícia Militar: o jovem, de preferência homem, que aparente virilidade, inteligência, boa conduta e boa aparência. O tipo ideal de soldado é aquele tem o “passado limpo”, sem estigmas determinados, tais como ter estado na prisão, ter “passagem na polícia”, ou ter sido expulso da escola. É também ser um indivíduo psicologicamente saudável, capaz de enfrentar situações de risco, de reagir bem a situações de pressão psicológica e estar apto a interagir

socialmente com a equipe que trabalha e com os cidadãos. Um tipo ideal de soldado que, como o nome sugere, se encontra apenas no campo simbólico.

### 3 A INTERIORIZAÇÃO DO ESTILO DE VIDA MILITAR

“Uma vez que a mente já está colonizada, devíamos pelo menos tentar examinar o processo colonizador” (Mary Douglas).

Enquanto o processo seletivo escolhe perfis ideais de policiais, o CFSD inicia o recém ingresso na instituição. Nesta fase, o aluno soldado dá início à carreira militar e passa a conhecer as regras que resumem seus direitos e deveres de policial. O curso de formação marca o que a polícia chama de passagem do “eu civil”, ou da identidade civil para a “militar”. Dito em outros termos, este é o momento da interiorização do estilo de vida policial.

Este capítulo destina-se a análise da formação do soldado, fenômeno indispensável para entender o processo de construção desta identidade. Que tipo de soldado o CFSD forma? Quais são os discursos e as práticas desta socialização? Onde ela ocorre e quais são as condições materiais desta ação? O que diz a SENASP acerca da formação policial militar? O CFSD-PMPB atende às suas reivindicações? O que diz a instituição sobre esta fase da carreira moral do policial? O que é o currículo oculto do CFSD? O que dizem os soldados acerca de sua formação? Há aplicabilidade do que se aprende na sala de aula no trabalho de rua?

#### 3.1 DISTINTIVOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS

A formação do policial militar é inicialmente realizada através de um curso planejado e organizado especificamente para o preparo deste profissional. A PMPB possui unidades de formação de policiais espalhadas por todo o estado. Como uma escola, possui disciplinas, monitores, conteúdos, discursos, práticas, tempos, espaços, técnicas, enfim, uma série de recursos materiais e não-materiais que constroem soldados.

Segundo a informante Vilma, os CFSD's realizados pela PMPB duram, em média, dez meses e têm aproximadamente mil horas aula. Eles são realizados nas próprias UOP's da polícia, tais como os batalhões e o Centro de Educação (CE) e as aulas podem ser realizadas nas salas de aula, ou em outros locais escolhidos pela instituição para realização das práticas de disciplinamento dos soldados (ANEXO G). Os principais personagens que envolvem o CFSD são os coordenadores, os alunos e os instrutores. Estes últimos são compostos por civis e militares. Sua metodologia de ensino está fundamentada em princípios institucionais de obediência hierárquica e disciplina.

Nesta parte, o CFSD será pensado a partir dos atores, dos cenários e dos equipamentos que o constituem, ou seja, através dos recursos humanos, físicos e metodológicos utilizados



para constituir soldados. Os candidatos que passaram no concurso de 2008 não foram convocados de imediato, mas em grupos. Portanto, de 2008 até 2013 a PMPB realizou diversos CFSD's em vários de seus batalhões. Os entrevistados desta pesquisa participaram dos CFSD's realizados entre 2009 e 2011, fenômeno que permitiu lançar um diagnóstico panorâmico do tipo de CFSD realizado na Paraíba. Ver-se-á que as condições materiais de educação são precárias; que o modelo de socialização proposto pela SENASP, que pode ser chamado comunitário, ou cidadão, fica em segundo plano em detrimento de uma educação militarista e que esta forma de educar compõe o currículo oculto, ou dissimulado, que ocupa grande parte do tempo empregado para realização do CFSD.

### **3.1.1 Estrutura física e tecnológica das unidades formativas de soldados**

Uma pesquisa realizada e divulgada pelo Ministério da Justiça (MJ), em 2008 (BRASIL, 2010a), analisou a estrutura física dos Centros de Formação das Praças em todos os estados brasileiros, diagnosticando os recursos materiais - além de outros elementos - usados para a formação dos soldados. As polícias indicaram possuir diversos subsídios de educação, classificados em estado regular, bom ou ruim, tais como: alojamentos (coletivos e individuais), auditórios, ginásios, laboratórios e equipamentos de informática, bibliotecas, quadras de esportes, refeitórios, salas de estudo, banheiros coletivos, salas de jogos, salas de aula, áreas de treinamento operacional, estande de tiros, veículos para transporte dos alunos, equipamentos de proteção individual, entre outros.

A amostra apresenta o arcabouço dos locais onde são realizados os CFSD's no Brasil e serve de modelo para pensar a estrutura física das unidades de formação de soldados na Paraíba. Para a realização deste trabalho, uma unidade de formação de soldados da PMPB foi visitada, a saber, o 2º BPM, em Campina Grande, com a intenção de diagnosticar as condições de seu funcionamento, se boas, precárias, ou regulares, tomando como base de comparação a pesquisa do MJ. Contudo, o acesso às salas de aulas, aos alojamentos, etc., foi negado pelo setor administrativo da PMPB, mas a informante Vilma apresentou dados acerca da estrutura do batalhão que, segundo ela, possui: alojamentos e banheiros para homens e mulheres (em condições de uso regulares); auditório; campo de futebol; três salas de aulas em condições regulares, de boa luminosidade e com cadeiras e quadros brancos em boas condições; estande de tiros, mas em número insuficiente; equipamento de proteção para todos os alunos; retroprojetor e aparelho de som. Não há nas salas de aula: ar condicionado, ventilador, TV nem DVD. Não há no batalhão nem biblioteca, nem ginásio. A localização da unidade é de fácil acesso, tem boa luminosidade noturna e tem ponto de ônibus.

A estrutura do 2º BPM para formação dos policiais é classificada pela informante como precária. Ao que parece, não só o 2º BPM, mas várias outras unidades de educação da PMPB não têm estrutura física adequada para uma educação de qualidade. Além dos instrumentos citados, há diversos outros em falta nas unidades de educação, tais como colchões, material de limpeza, cadeiras, tatames, entre outros, citados por outros informantes a seguir.

Carlos e Michel foram formados em Cajazeiras e analisam como precárias as condições da UOP no período de realização de seus respectivos cursos. Para Michel, a coordenação do curso é boa, mas a estrutura física, ou a “questão da logística” é “bem precária”. Carlos compartilha a opinião, pontuando:

[...] totalmente precária, porque agente tinha uma sala de aula que servia de alojamento pra vinte e nove [alunos] e tinha vinte colchões [...]. Tudo na base do improvisado. Pra fazer uma faxina no quartel não tinha uma vassoura. O CFSD teve que se juntar pra comprar uma vassoura, comprar um desinfetante. Tinha alojamento masculino e feminino, banheiros separados, mas o alojamento dos alunos era a sala de aula (Carlos).

Uma informação que é constantemente pronunciada pelos informantes é o fato de não haver nas unidades de formação salas que sejam específicas para aulas; quartos que sejam específicos para alojamentos. Assim, uma sala pode ser transformada em alojamento e um espaço de academia pode ser convertido em sala de aula.

Muito se improvisa, não só na estrutura física, mas também nos equipamentos. Kátia e Joel, formados no 2º BPM, dão ênfase à precariedade dos recursos físicos do batalhão. A soldado afirma que a parte material do CFSD “deixa muito a desejar”. Sua turma foi convocada pelo governador da Paraíba “de última hora” e o batalhão não teve tempo de se preparar para receber os alunos, com cadeiras, etc. Isto significa que não há uma estrutura permanente, pronta para a formação dos soldados. Quando há previsão de turma, o batalhão improvisa, inclusive recorrendo a outras instituições, os recursos necessários para as aulas. Isto é confirmado não só nos depoimentos de Carlos e Kátia, mas também no de Joel, que diz:

Em relação à parte física, deixa muito a desejar. As carteiras foram doadas pela UEPB. Os birôs, os quadros muito antigos, enfim, alguns equipamentos foram doados por um capitão. A televisão era muito antiga também, o DVD era só um para quatro turmas e o ideal seria um pra cada sala. [...]. Não tem um tatame, uma sala de musculação descente para os alunos (Joel).

Um dos referenciais empíricos que serviram para análise do CFSD foi uma revista de circulação interna da PMPB, relativa ao CFSD 2012/1013, realizado no 3º BPM, na cidade de

Patos. Na edição, há textos e imagens que apresentam o CFSD realizado recentemente (ANEXO G). Em uma das fotos os alunos realizam, em uma sala, atividades que aparentam ser da disciplina de Defesa Pessoal. No chão, visualiza-se o que aparenta ser um tatame em péssimas condições de uso, uma realidade então, não só do CFSD de Joel, mas de outras turmas de soldados da PMPB.

No CFSD de Denize também não havia de forma suficiente nem o elemento físico básico de um processo educador: salas de aula. Segundo a informante, a administração do curso improvisou “a antiga academia do quartel” para servir de sala. Como não foi projetada para tal, ela era escura. No início do seu curso, o alojamento era um quarto pequeno, “que só cabia uma cama”, para vinte e seis mulheres. Além do elemento básico da educação, não tinha o elemento básico da vida: água. A informante enfatiza: “água, agente tinha que trazer de casa”.

Note-se que é bastante comum perceber na voz dos informantes que o início dos cursos é sempre muito precário e que a coordenação vai, aos poucos, acomodando os recém ingressos. Parece que não há um planejamento prévio acerca da quantidade de alunos que o CFSD educará; a quantidade de colchões, salas de aulas, alojamentos, portanto recursos materiais básicos não só para as aulas, mas também para o período de confinamento dos alunos. A informante Renata enfatiza:

Havia uma sala de aula lá que comportava duas turmas que não tinha muita condição não. Não tinha ar condicionado, nem o ventilador funcionava direito. O comandante da época lá colocou agente temporariamente no alojamento das sargentos fens, aí depois fez uma alojamento pras alunas e depois melhorou mais (Renata).

Os soldados criticam as condições de funcionamento das UOP's ao mesmo tempo em que dizem que a coordenação dos CFSD's faz o que pode fazer dentro de suas limitações. A instituição é que não fornece os instrumentos elementares da formação do soldado. Todas as falas acima são de policiais formados no interior do estado. Tais unidades de ensino são precárias. No último capítulo deste trabalho falar-se-á sobre as condições de trabalho do policial militar e os soldados dirão que no Comando da Polícia, na capital, há estrutura física e equipamentos suficientes e em boas condições para a formação e o trabalho policial. O mesmo não se dá quando se trata das unidades do interior.

O CE, localizado no Comando Geral da PMPB, entre as unidades de educação da PMPB é aquela melhor preparada para a formação de policiais. Silvio, formado no CE, afirma que lá a realidade é outra, já que se trata de uma unidade de formação referência no país.

O [CE] se não for o primeiro, acho que é o segundo melhor do país que forma melhor, tanto policiais militares, como outros profissionais da área de segurança pública. Os conteúdos foram muito bem aplicados, dentro da grade curricular, do que estava previsto. [a parte física era muito boa] gramado, ginásio coberto, salas de aulas climatizadas (Silvio).

Os recursos que Silvio destaca no CE são justamente aqueles que não existem nas outras unidades de ensino da polícia no interior do estado. São duas realidades opostas. Se há uma pesquisa de âmbito nacional que classifica o Centro de Educação da PMPB como o primeiro, ou segundo melhor do Brasil, não tive acesso a ela. Contudo, há de fato uma pesquisa do Ministério da Justiça (BRASIL, 2013c, p. 72), que diagnosticou a estrutura física dos Centros de Formação das Praças de todo o Brasil, já citada páginas atrás. A Paraíba se destaca em tal pesquisa como o segundo estado que mais possui unidades de formação das Praças, a saber, nove. Contudo, deve ser notado: o diagnóstico aponta tais unidades do ponto de vista quantitativo e não qualitativo. De todo modo, a estrutura física e técnica de várias unidades de formação do policial da PMPB são problemáticas e não dão conta de uma formação de qualidade para o profissional da área de segurança pública.

### **3.1.2 Recursos metodológicos: a Matriz Curricular Nacional**

O modelo de Polícia Militar que se requisita hoje é de indivíduos cujas práticas e discursos estejam alicerçados nos Direitos Humanos. Busca-se uma polícia que aja com a população não apenas pelo uso da força, mas pelo diálogo, aproximação, respeito. Polícia Comunitária (SP), Polícia Pacificadora (RJ), Polícia Solidária (PB) e Polícia da Boa Vizinhaça (CE), são novas propostas de policiamento que apostam não mais no policial truculento, brigão, carrancudo, intolerante, mas no profissional aberto ao diálogo, ao respeito, ao contato passivo, dialogado com os civis. A Matriz Curricular Nacional é um recurso ou uma proposta do Governo Federal que orienta academias de polícia acerca da educação do policial alicerçada na cidadania, na filosofia do policiamento comunitário. Neste item, a estrutura curricular do CFSD-PMPB é pensada à luz da Matriz. Antes disto, é preciso fazer uma importante observação.

Os CFSD's realizados na Paraíba são orientados por dois tipos de metodologias: a primeira, oficial, que tenta seguir os padrões da SENASP e que é difundida pela instituição. A outra, oculta, dissimulada, que consiste em técnicas de adestramento dos soldados e que ocupa espaço considerável na carga horária dos cursos. O primeiro tipo será tratado neste

momento. O segundo, mais complexo, é discutido no item 3.2 deste capítulo, intitulado o “currículo oculto do CFSD”.

Segundo a SENASP, as ações formativas de segurança pública devem ser planejadas com base na Matriz Curricular Nacional e tem como objetivo central:

[...] favorecer a compreensão do exercício da atividade de Segurança Pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância (BRASIL, 2008, p. 14).

A “Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais de Segurança Pública” é “uma perspectiva além das competências técnicas e operativas” do profissional e apresenta orientações para “o currículo, a organização curricular, os espaços e tempos” (Ibid., p. 6) das ações de educação policial. Tais ações devem desenvolver nos profissionais competências cognitivas, operativas e atitudinais.

A Matriz sugere que os conteúdos, ou seja, as disciplinas dos cursos devem se ocupar não somente em preparar o soldado para agir com o corpo - nas aulas de auto-defesa, de manuseio de armas, etc. - mas também de um soldado que desenvolva suas habilidades, ou competências éticas. Três princípios fundamentam a educação policial: ético, educacional e didático-pedagógico. Juntos, eles contribuem para o diálogo entre polícia e Direitos Humanos; respeito às diferenças; qualidade; mobilidade; regularidade; flexibilidade; transformação das ações formativas; reflexão e respeito às experiências cotidianas dos profissionais; padronização dos métodos; interdisciplinaridade e transversalidade (BRASIL, 2008).

Os Eixos Articuladores das ações formativas são quatro: primeiro, Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública; segundo, Sociedade, Poder, Estado e Espaço Público e Segurança Pública; terceiro, Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública; e quarto, Diversidade, Conflitos e Segurança Pública. Eles fornecem a base dos conteúdos das disciplinas que são escolhidas pela sua pertinência social e “conduzem para a reflexão sobre os papéis individuais, sociais, históricos e político do profissional e das instituições de Segurança Pública” (Ibid., p. 15). Os temas pertinentes ao primeiro Eixo, por exemplo, dizem respeito a questões subjetivas tais como sensibilização, motivação pessoal e coletiva e integração de grupo, aspectos humanos da profissão, relações humanas, autoconhecimento e valores.

Na Matriz, as disciplinas com maior porcentagem de carga horária sugerida, são: Direitos Humanos (6%), Relações humanas (6%), Saúde e Segurança Aplicada ao Trabalho

(6%) e Ética e cidadania (6%). As demais compreendem: Sistema de Segurança Pública no Brasil (5%), Fundamentos da Gestão Pública (5%), Fundamentos da Gestão Integrada e Comunitária (5%), Abordagem Sociopsicológica da Violência e do Crime (4%), Criminologia Aplicada à Segurança Pública (5%), Análise de Cenários e Riscos (5%), Fundamentos dos Conhecimentos Jurídicos (5%), Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos (4%), Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres (4%), Língua e Comunicação (4%), Telecomunicações (4%), Sistemas Informatizados (4%), Gestão da informação (5%), Preservação e Valorização da Prova (4%), Primeiros Socorros (4%) e Uso da força (5%) (Ibid. p. 35-36). Cabe lembrar que a Matriz não estabelece todas as disciplinas a serem desenvolvidas no curso de formação, mas apenas as disciplinas teóricas que devem compor de “40% a 25% do número de horas/aulas total do currículo”.

O que se quer pontuar a partir dos três parágrafos acima é que há um apelo em formar policiais sensíveis às questões humanas de sua profissão, atentos aos Direitos humanos, à interação com a comunidade, etc. Nesta perspectiva, os CFSD's devem atentar não somente para o processo de disciplinarização do corpo - dos gestos, dos movimentos, das táticas - e preparo para a obediência hierárquica imanente ao exercício da profissão. Mais que isso, também devem se ocupar de um soldado destinado não apenas a interferir, mas também interagir com a população, tudo isto, vale salientar, na perspectiva da SENASP.

A grade curricular utilizada nos CFDS-PMPB não foi autorizada pela PMPB a ser revelada para este trabalho, porém, a informante Vilma, forneceu tal currículo. O quadro abaixo apresenta as disciplinas que compõem o currículo teórico do CFSD-PMPB.

**Figura 3 - Grade Curricular do CFSD-PMPB**

<b>DISCIPLINAS</b>	<b>CH</b>
Administração de Eventos Críticos de Massa	30
Atividade Física Desportiva	90
Cidadania e Direitos Humanos	50
Delinqüência e Fatores criminógenos	30
Direito Judiciário Militar	30
Direito Penal e Processual Penal	60
Doutrina de Polícia Ostensiva	75
Drogas e Criminalidade	30
Estado, Polícia e Sociedade	30
Exercícios de Ordem	30
Gestão em Relações Públicas e Humanas	30
Higiene e Saúde do Profissional de Segurança Pública	30
História da PMPB	30

Informática Aplicada à Segurança Pública	30
Legislação e Organização Institucional	30
Língua Estrangeira	30
Meio Ambiente e Segurança Pública	30
Noções de Criminalística	30
Noções de Inteligência Policial	30
Noções de Prática Bombeirística	30
Operações de Segurança	30
Português Instrumental	75
Prática de Polícia Ostensiva	30
Prática Policial Reflexiva	30
Psicologia Aplicada a Atividade Policial	30
Sistema de Justiça Criminal Brasileiro	30
Socorros de Urgência	30
Técnica de Contenção e Uso da Força	45
Técnica de Tiro Defensivo	45
Técnicas e Tática de Intervenção em Situações de Risco Iminente	30
Telecomunicação Operacional	30
Violência, Cultura e Criminalidade	30
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>

Fonte: Polícia Militar da Paraíba.

Ora, a grade curricular acima atende as sugestões da Matriz Curricular destinando em média 25% de carga horária para disciplinas teóricas que contemplam os eixos - Cidadania e Direitos Humanos; Estado, Polícia e Sociedade; Violência, Cultura e Criminalidade; Gestão em Relações Públicas e Humanas e Psicologia aplicada a Atividade Policial estão entre elas. Todo o restante do conteúdo, mais teórico que prático, diz respeito aos exercícios operacionais, ou seja, grande parte da carga horária total das disciplinas do CFSD é composta por conteúdos de prática policial.

Pelo fato de possuir a maioria de sua carga horária de disciplinas teóricas, o CFSD é amplamente criticado pelos policiais, segundo os quais tais conteúdos não contemplam a “realidade das ruas”. Michel pensa que disciplinas do campo do Direito deveriam ter tido mais horas aula e que outras disciplinas teóricas deveriam ter sua carga horária diminuída em detrimento daquelas. Carlos, por sua vez, pensa do mesmo modo e diz que disciplinas de Direito e de Prática Policial poderiam ter uma carga horária maior, já que os policiais devem, necessariamente, estar “a par” do código de leis do seu país e preparados para o trabalho de rua.

[...] a prática foi pouca e foram muitas cadeiras teóricas. Porém, de todas estas cadeiras teóricas que nós usamos na rua, nós só aproveitamos a questão do Direito. Direito Penal era uma disciplina com uma grade de cento e vinte créditos. [...] O que era pra ter sido bem mastigado, na minha opinião era pra

ser Direito Penal, Direito Penal Militar, Direito Processual [...], a questão de Direito, de uma forma geral, Defesa Pessoal e Prática de Tiro [...]. Isso aí era pra ser mais mastigado porque nos deparamos com mais situações deste tipo aí no dia-a-dia (Carlos).

Há um apelo dos PM's não só pelo aumento da carga horária de disciplinas de Direito, mas também de disciplinas de treinamento operacional, tais como Defesa Pessoal e Tiro, destacadas não só por Carlos, mas também por Kátia, que sugere uma reformulação na grade curricular do CFSD.

A parte teórica é muito grande: várias cadeiras: Direito, Higiene Pessoal, História, Inglês, então é uma diversidade muito grande. Eu acho que ela deveria ser reformulada, porque tem cadeiras, por exemplo, que são trinta horas e você vê só algo inicial. Eu acho que a atividade policial deveria priorizar mais o que agente vai precisar na prática. Por exemplo, Defesa Pessoal e Tiro (Kátia).

Os soldados pensam que há disciplinas teóricas em demasia. Joel reconhece a importância de tais disciplinas, mas reclama que Prática de Tiro e Defesa Pessoal deveriam ter sua carga horária aumentada. Este reclame foi quase unânime nas entrevistas e merece reflexão. As atividades que soldados da PM realizam em seu cotidiano envolvem, necessariamente, uso da força e da arma de fogo?

Há um trecho do depoimento da informante Renata, que contradiz a reivindicação dos soldados por disciplinas práticas. Quando a informante está reclamando o excesso das disciplinas teóricas, ela diz que na PM falta reciclagem para os soldados mais velhos e argumenta: “tem gente aí que tá aqui há dez, vinte anos e não atira; que vêem armas novas, mas não sabe manusear direito”. Ora, esta não seria uma evidência de que a prática de tiro, que os PM's tanto reivindicam no CFSD, não faz parte de seu cotidiano?

Os soldados reivindicam disciplinas que contemplem a prática cotidiana policial, contudo a grade curricular do CFSD-PMPB já é composta por uma quantidade considerável de horas destinadas a tais conteúdos operacionais. Disciplinas teóricas que abordem Direitos Humanos, Ética e Cidadania e Polícia Comunitária não são reivindicações dos soldados.

Os soldados classificam Prática de Tiro e Defesa Pessoal como as disciplinas de maior relevância para a formação do soldado, ou seja, aquilo que tem aplicabilidade em seu cotidiano. Cabe perguntar: será que trocar tiros com criminosos e usar a força física são situações do dia-a-dia dos soldados e por isso merecem mais atenção do que disciplinas, tais como Ética, Prática Reflexiva, Polícia Comunitária e Direitos Humanos? Que concepção o soldado tem acerca de suas funções, de seu cotidiano que justifiquem tal exigência? O que



aparenta estar como “pano de fundo” desta discussão, e não somente desta, mas de várias outras tratadas ao longo destas páginas, é a concepção que se tem da função do soldado da PM atrelada ao combate ao crime, ao confronto com delinquentes, ao uso da força física.

Ora, assistindo telejornais do tipo policialesco, ou sensacionalista na Paraíba é possível ver o que os soldados da polícia fazem no cotidiano: atender ocorrências nos bairros, se dirigir até o local dos crimes, encaminhar vítimas e suspeitos para as delegacias e realizar rondas, por exemplo. O contato com a população e o diálogo com esta é inevitável. O dia-a-dia do soldado envolve o contato com criminosos, com aquilo que se pode chamar de momentos de ação, mas acima de tudo abarca a relação com os cidadãos, seja ou para pedir informações a testemunhas, ou atender ocorrências, entre outras possibilidades. Soares (2014) afirma que no “cotidiano das atividades das PM’s, confrontos armados que exigem pronto-emprego representam menos de 1%”, de forma que “não faz sentido estruturar toda uma organização para atender a 1% de suas ações”.

O que se vê, por um lado, são policiais questionando que uma disciplina como Direitos Humanos tenha uma carga de cinquenta horas, enquanto Socorros de Urgência tenha trinta; que a disciplina de Português Instrumental tenha setenta e cinco horas, enquanto Técnica de Tiro Defensivo e Técnica de Contenção e Uso da Força tenham quarenta e cinco. Por outro lado, pesquisadores de segurança pública buscam uma formação de soldados alicerçada na cidadania, que por sua vez não é reivindicação dos soldados. Nenhum dos informantes citou disciplinas de educação policial comunitária, ou cidadã como discussão teórica indispensável à prática de policiamento ostensivo.

Tal fenômeno é problemático e motivo de críticas de estudiosos da segurança pública, tais como Brasil (2011, p. 111) para quem chegou a hora “de repensar as ações formativas necessárias e fundamentais para a reforma e qualificação das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública”. Para a autora, uma formação policial “orientada pelo paradigma dos direitos humanos e da cidadania” é indispensável para a solução dos conflitos e “pacificação dos espaços sociais”. O que fazer se os principais atores deste processo transformador, ou seja, os policiais não estão conscientes da necessidade deste mudança?

### **3.1.3 Recursos humanos do CFSD**

Desde o concurso realizado em 2008, a PMPB formou policiais militares em todo o estado. Só no 2º BPM foram, em média, 274. Os alunos são aqueles que passaram por todas as etapas do processo seletivo. Os professores são militares e civis convidados para ministrar as disciplinas, escolhidos de acordo com sua especialidade. Segundo a informante Vilma, os

instrutores civis recebem uma “remuneração simbólica”, de modo que sua participação no CFSD é “quase voluntária”. Do mesmo modo, os instrutores militares também são gratificados.

Os soldados têm percepções diversas sobre os professores dos seus respectivos CFSD's. Alguns questionam a aptidão do instrutor civil para dar aula aos soldados e outros, a dos professores militares. Michel e Carlos foram formados no mesmo estabelecimento de ensino da PM, em Cajazeiras, e divergem de opinião sobre os instrutores. Michel acredita que o “militar” conhece melhor o dia-a-dia da PM e por isso tem mais condições de preparar o soldado para a realidade de rua. O “civil” assumiria mais uma postura voltada para Direitos Humanos que, segundo o soldado, não condiz com a realidade do trabalho policial.

O instrutor militar já conhece [...], já passa o dia-a-dia do serviço pra gente. O civil não. O civil [...] protege mais a sociedade, já é mais Direitos Humanos, entendeu? E já o da polícia não. Ele passa como é mesmo. É porque, assim, ele não tem partidarismo. Ele não defende a sociedade [...]. Ele diz: a sociedade pensa assim, mas a polícia deve agir assim (Michel).

A partir do discurso de Michel três questões podem ser pontuadas. Primeiro, a concepção de que Direitos Humanos não condiz com o dia-a-dia das práticas policiais. Segundo, a polícia e a sociedade representam lados opostos do convívio social e a primeira deve agir de modo diverso da segunda. Terceiro, o instrutor civil nada conhece do cotidiano policial. O que há no cotidiano do PM que o instrutor civil desconhece? Seriam discursos e práticas que somente os policiais conhecem, portanto sigilosas? Se elas existem, porque são confidenciais?

Já Carlos, pensa que o instrutor civil está mais disposto a passar os conteúdos das disciplinas, enquanto o militar está mais preso aos muídos, assunto que será tratado, neste trabalho, mais adiante.

Tem instrutor que sabe diferenciar as coisas; que sabe que aquilo ali é um curso, que tem que passar conhecimento “pros” alunos, no caso dos instrutores militares, mas tem instrutor militar que acha que os alunos têm que pagar porque eles estão ali. É humilhação, é tratamento desumano. Este tipo de coisas, entendeu? Os instrutores civis, o tratamento é outra história, porque os civis vão pra lá com o intuito de passar o conhecimento, entendeu? Eu acho o seguinte: se você é professor e se você vai para uma sala de aula, você vai querer multiplicar o conhecimento, né verdade? Então, o pessoal que é de fora da instituição policial militar tem essa mentalidade, chegava lá de cabeça aberta e queria passar realmente o conhecimento, mas o pessoal da Polícia Militar vai pra lá, a maioria não passa o conhecimento. Vai dar só muído [...]. O conhecimento da aula é trinta por cento. O resto é enchimento de lingüiça, ou muído (Carlos).

Como será visto algumas páginas à frente destas, o CFSD recebe fortes críticas dos informantes no que toca à organização das disciplinas e ao modo de os instrutores militares ministrarem os conteúdos. Aquilo que Carlos classifica “enchimento de lingüiça” são as práticas de adestramento dos soldados que, para os informantes, ocupam grande parte do tempo do CFSD. Seguindo este raciocínio, o instrutor civil cumpre seu objetivo e ministra de forma didática os conteúdos a que se dispôs ministrar, enquanto os militares se ocupam menos dos conteúdos e mais das práticas daquilo que será visto a diante como o currículo oculto do CFSD. Isto sugere, vale adiantar, que a educação do soldado é menos cidadã e mais militarista.

Silvio, formado no Centro de Educação (CE), não distingue os instrutores civis dos militares, mas dá ênfase às aulas dos professores policiais que, para ele, repassam “situações próximas do real”.

Todo o conteúdo não fica parado à sala de aula. É dada uma dinâmica aos conteúdos. Os professores estão na rua há muito tempo. São professores da ROTAM, do CHOQUE, da própria RP, então como lá o ambiente é bem maior e têm mais militares especializados, então isso faz com que eles retratem mais a vivencia deles, criando situações próximas do real (Silvio).

Novamente, o instrutor militar é aquele que passa para o soldado a realidade da rua, enquanto o civil aparenta nada saber de tal cotidiano. Um fenômeno se destaca na voz de Silvio: no Centro de Educação quem ministra aula para os soldados são policiais de grupos especializados da polícia. Obviamente, as funções de tais grupos, como o nome sugere, são específicas. O soldado da polícia vai desenvolver as mesmas atividades que um soldado do BOPE e do CHOQUE, por exemplo? Estes são grupos especiais criados para atender demandas outras que não aquelas condizentes com o dia-a-dia dos soldados: as rondas nos bairros, nas ruas, o contato face a face com a população, com famílias, etc..

O soldado Joel não vê diferença entre os dois tipos de professores, mas diz que os alunos percebem esta diferença e que alguns “civis” sentem dificuldade por causa de sua condição. Joel foi formado no 2º BPM. Para ele, o instrutor policial “entende o lado militar”. Já o civil é inseguro e às vezes por um mecanismo de auto defesa tentam se impor, possivelmente para ganhar o respeito dos alunos.

Se os instrutores militares são exaltados quanto à sua aptidão para ministrar as aulas do CFSD, o mesmo não dá em relação a sua pontualidade e presença nas aulas. Michel, à medida que diz que os militares são melhor preparados para dar aulas na polícia, reclama a presença dos instrutores Oficiais que faltam as aulas e prejudicam o aprendizado dos alunos.

[...] E era pra ser fiscalizado para os professores vir dar aula mesmo, entendeu? Porque às vezes o camarada vai, mas por ser uma pessoa de alta patente, às vezes falta aula, bota outra pessoa e aquela pessoa não vai dar a matéria da forma que ele ia passar, entendeu? Isso influencia no aprendizado, um pouco (Michel).

Carlos, do mesmo modo, afirma que teve um professor Coronel instrutor que foi substituído. Segundo o informante tal instrutor deu em média, quinze horas aula de sua disciplina. Ele acredita que o Oficial preencheu o ponto dos professores como se tivesse ministrado toda a carga horária da disciplina. Há que se notar que sua voz é contraditória, pois se o Coronel foi substituído, isto significa que outro instrutor ministrou as aulas restantes.

Ao mesmo tempo em que alguns soldados dão preferência aos instrutores militares, criticam sua presença e pontualidade nas aulas. Não foi possível identificar nos depoimentos nenhuma crítica relativa à pontualidade dos professores civis.

Denise também afirma que no seu CFSD “a maioria dos professores não eram pontuais”. Alguns que se preocupavam com a questão da hora, da aplicação do tema, mas a maioria não era pontual. Habitualmente, os alunos ficavam em sala de aula aguardando os instrutores e o atraso deles poderia durar “uma hora, duas horas, porque a maior parte são militares e tem muitos compromissos”.

Além de mostrar insatisfação com a pontualidade dos instrutores militares, os alunos também mostram desagrado com o comportamento militarista de tais instrutores.

Teve um instrutor [militar] que eu passei a aula dele inteira em posição de apoio [levanta e simula o que é tal posição corporal]. [...]. Porque eu era muito questionadora, pois tava saindo da faculdade. Tanto, que fiquei muito travada depois que entrei na polícia. Antes eu falava mais, eu era mais aberta pra conversar e tudo. [...]. Hoje, eu tenho medo. Acho que isso foi um trauma do curso, porque eu num era assim não (Denize).

Neste contexto, questionar o instrutor militar aparenta ser falta de disciplina. O depoimento de Renata se assemelha ao anterior. Para ela “com o instrutor militar você fica muito preso”, ou seja, não há abertura para os alunos se pronunciarem; não há diálogo, mas obediência. As técnicas de adestramento dos alunos perpassam todo o CFSD. As propostas dos eixos articulares da Matriz, discutido páginas atrás, a citar uma, a reflexividade das práticas de policiamento são realidades distintas do processo de socialização do soldado da PM. Não seria descabido supor que a Matriz, toda ela, ainda é apenas uma proposta e não uma prática dos CFSD’s das PM’s brasileiras.

Desse modo os instrutores civis são uma parcela mínima dos instrutores do CFSD. São trinta e duas disciplinas e o depoimento dos informantes sugere que em média três delas são ministradas por civis. No seu CFSD Renata só teve um instrutor civil que foi o de Educação Física. Denize afirma que teve dois, “muito bons”. Um ministrou a disciplina de Direito e outro, Estado, Polícia e Sociedade.

Quem educa os policiais são os policiais. Isso por si só revela o “fechamento” da instituição a propostas humanísticas de educação da PM. O comportamento dos policiais frente às entrevistas pode assinalar o medo que sentem de serem punidos por transgressões disciplinares, que aparentam serem comuns na PM. Se por um lado, professores civis responsáveis por disciplinas tais como Direitos humanos e cidadania se esforçam para propor uma educação humanística, por outro lado professores militares reforçam as proposta de disciplinarização dos regimentos da polícia.

A Matriz propõe uma educação humanista para as polícias. Isso é perceptível pela proposta dos eixos, mas na prática não funciona. Ela está entre as iniciativas do governo federal de redemocratizar a formação do profissional de segurança pública, “contrária à formação jurídico-positivista e militarista mantida pelo conservadorismo das academias de polícia” (BRASIL, 2011, p. 114).

Brasil (Ibid.) afirma que a inclusão de disciplinas de Direitos Humanos, Cidadania, Ética não é o único caminho para redemocratizar a polícia, mas há que se repensar o papel desta instituição nas sociedades democráticas. Segundo o autor (Ibid., p. 26) essa reformulação da grade curricular na formação da Polícia Militar não terá reflexos positivos enquanto a polícia permanecer com valores militaristas que podem ser vistos no Código Penal Militar e nos Estatutos das Polícias Militares, além do fato de a Constituição brasileira qualificar a PM como força de auxílio do exército.

### 3.2 A SEMANA ZERO E O CURRÍCULO OCULTO DO CFSD

Há páginas atrás foi dito que o CFSD possui duas estruturas metodológicas, de forma que uma atende às indicações da SENASP, enquanto a outra foge desta que é embasada nos valores humanos. Este segundo tipo de metodologia será classificada de oculta, também conhecida por pesquisadores de segurança pública como “currículo oculto” da PM.

O currículo anônimo do CFSD era um fenômeno até então desconhecido para mim, em outros termos, uma realidade distante, portanto desacreditada. A proposta inicial de análise dos CFSD’s realizados pela PMPB era discutir a Matriz Curricular, sua aplicabilidade em tais cursos, a estrutura física e humana, em resumo, as questões apresentadas nos itens

3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3 deste capítulo. Antes de conversar com os soldados acerca de sua formação, dialoguei com Oficiais da PMPB acerca do CFSD; fiz pesquisas no site da PMPB onde há dezenas de fotos tiradas em CFSD's e publicadas; consultei uma revista de circulação interna da PMPB, relativa ao CFSD 2012/1013, realizado no 3º BPM, na cidade de Patos, Paraíba; além da análise da Matriz Curricular para profissionais de segurança pública. Nem nos discursos dos Oficiais, nem na Matriz Curricular havia evidência do currículo oculto, pois dele não se fala e nada se mostra: é como se não existisse. Nas fotos visualizadas no site da PMPB e na citada revista há algumas evidências, ainda que muito discretas de tal currículo, tais como fotos de soldados à noite, fora do batalhão, em volta de uma fogueira, aparentemente fazendo vigília e também fotos dos soldados, também à noite, sujos, fazendo flexões num local que aparentemente é o interior do batalhão (ANEXO G). Os instrutores, sempre em pé, em volta dos alunos. Dissimulado, ou escondido pela instituição, o currículo oculto foi mostrado pelos soldados, que muito disseram acerca dos métodos, das técnicas e das falações que perpassam o tempo empregado para constituir a identidade policial militar.

Tal currículo anda paralelo àquele que se pode chamar de Oficial, ou seja, às aulas onde se ministram as disciplinas escolhidas para compor “a grade” do curso. Ele consiste em métodos de adestramento, disciplinarização, rebaixamento, etc., utilizados pela instituição para educar os soldados e transcorrem toda a formação destes, embora a primeira semana do curso seja o período onde tais métodos são usados em sua plenitude, como será visto a seguir.

O primeiro capítulo deste trabalho apontou a possibilidade de encontrar várias características das instituições Totais na Polícia Militar, que não está sendo classificada como instituição “fechada” pelo fato de não possuir um de seus principais distintivos, a saber, a clausura total, ou o controle espaço-temporal inflexível do indivíduo. Porém, há artifícios utilizados pela PM na educação dos policiais que são semelhantes àqueles utilizados nas instituições do tipo “fechadas”, tais como o afastamento do mundo externo - neste caso não permanente, mas momentâneo - a mudança do nome, as mudanças na aparência, as técnicas de disciplinamento, entre outras.

De acordo com Goffman (1974, p. 24), quando o indivíduo adentra uma instituição Total ocorre um processo denominado mortificação, ou “mutilação do eu”, outrora construído “por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico”. Isto se dá afetando o corpo e a moral - aparência, pensamentos, sentimentos, conduta, etc. - e constitui o momento em que o ator é “despojado de suas defesas, satisfações e afirmações usuais” para depois interiorizar os valores da instituição.

Algumas destas disposições estáveis, ou seja, concepções que o ator tem acerca de si e da sociedade, podem ser vistas na consciência que o indivíduo tem de merecer respeito, dignidade e tratamento igual; ter autonomia para se comportar e falar livremente, logicamente, obedecendo às regras legítimas de sua nação; não sofrer maus tratos físicos, nem verbais; não agredir, nem desrespeitar os outros, etc. Ora, seguindo o raciocínio de Goffman (Ibid.), são justamente estas crenças usuais dos atores que a instituição Total mutila, abala, confronta, para isso lançando mão de instrumentos, discursos, técnicas e equipamentos adequados. Relatos de indivíduos que passaram por hospitais psiquiátricos, conventos, internatos, quartéis e prisões descrevem como o ingresso e a permanência nestes estabelecimentos são marcados por ataques que degradam a personalidade dos internos.

Na Polícia Militar, a “Semana Zero” é o momento em que o estabelecimento lança mão de métodos característicos de instituições Totais para socializar os soldados. Ela consiste na primeira semana dos novatos na instituição. Neste período, eles são enclausurados e iniciam a aquisição dos papéis militares. Após a Semana Zero, o “cárcere” de sete dias é encerrado e os PM’s podem ter contato externo, mas durante esse período o confinamento é total.

Segundo Goffman (1974), as ações de desfiguração da personalidade civil não são aleatórias, mas padronizadas. O filósofo Michel Foucault (1987), ao tratar dos métodos de adestramento das Instituições Totais afirma o mesmo e considera que a racionalização destas práticas é o que diferencia as disciplinas “antigas”, daquelas utilizadas a partir do século XVIII.

A perda do nome, destaca Goffman (Ibid.), está entre os primeiros danos à personalidade do indivíduo que adentra uma instituição Total. Na polícia, há mudança de nome e não uma perda completa dele. O nome de “guerra” do soldado é seu sobrenome civil. Por exemplo, se na identidade civil o indivíduo se chama Jorge Medeiros Neves, na polícia será soldado Neves. Desse modo, o nome de guerra do policial é seu sobrenome na identidade civil, por sua vez anulada em detrimento de outra que o soldado recebe, a saber, a identidade militar.

Na farda do policial não existe os nomes Jorge, Amélia, Patrícia, Evandro, Geraldo, etc.. Existe Soldado Neves, Cabo Medeiros, Tenente Nóbrega, Coronel Barbosa, e assim por diante. O nome de guerra não é tirado de apelidos que provavelmente o soldado adquire antes, ou durante o curso de formação, mas são nomenclaturas legítimas e formais. A Polícia Militar é uma instituição de padrões formais, como pode ser visto na aparência física dos candidatos, discutido no capítulo dois e no nome e nos padrões de deferência entre Oficiais e Praças.

Quando entra na polícia, além de ter um nome institucional, o soldado perde o direito de votar e a carteira de trabalho é retida.

A perda do nome, junto com o distanciamento do mundo doméstico está entre as fases iniciais de ataques à identidade civil. Na Semana Zero, a clausura representa este afastamento do soldado de tudo que lembra sua identidade anterior, tais como sua casa, suas roupas, seu nome, seus direitos civis, sua aparência e objetos pessoais. O processo é parecido com aquele analisado por Goffman (1974, p. 28) nas instituições Totais:

Um conjunto de bens individuais tem uma relação muito grande com o eu. A pessoa geralmente espera ter certo controle da maneira de apresentar-se diante dos outros. Para isso, precisa de cosméticos e roupas, instrumentos para usá-los ou consertá-los, bem como de um local seguro para guardar esses objetos e instrumentos - em resumo, o indivíduo precisa de um estojo de identidade para o controle de sua aparência pessoal [...].  
No entanto, ao ser admitido numa instituição total, é muito provável que o indivíduo seja despido de sua aparência usual, bem como dos equipamentos e serviços com os quais a mantém, o que provoca desfiguração pessoal.

A desfiguração da fachada pessoal pode ser vista como uma das técnicas mais eficazes de destituição de papéis. Na polícia, isto é perceptível nas exigências relativas à estética do policial e presentes tanto antes, quanto depois do ingresso na instituição. Este evento foi tratado no segundo capítulo, ou seja, nas exigências do processo seletivo sobre a aparência do soldado, cuja fachada pessoal não permite tatuagens, cabelo longo e barba, esta para os homens; para a mulher requisita cabelo atado, pintura de unhas, cabelos e maquiagem discretos, sem cores extravagantes, entre outras citadas. No CFSD, as roupas pessoais dão lugar às fardas; objetos pessoais tais como jóias e celulares são retidos; no caso dos homens, as “cabeças são raspadas”, enfim, o novato é levado a se despir de alguns caracteres de sua fachada pessoal cotidiana.

Antes de prosseguir na análise do CFSD, algo merece atenção. Falar da passagem do “eu civil” para “o militar” é uma forma de se referir ao processo de socialização do soldado. Como já foi dito, Goffman (1974) sugere que ao entrar numa instituição Fechada, o indivíduo passa por uma espécie de aniquilação da identidade anterior, para aquisição de outra, nova. Ora, um processo de socialização secundária não dá conta de aniquilar as socializações primárias. Não há como anular no soldado tudo o que ele viveu antes de entrar na polícia. O próprio autor afirma que, alguns papéis que por hora são abaladas, podem ser retomados posteriormente. A identidade militar abala a civil em diversos aspectos, mas não a aniquila definitivamente.



No CFSD, os testes de obediência esclarecem ao noviço sua posição na instituição: a de subordinado. Na Polícia Militar, tais testes são chamados de “muídos”. Nas entrevistas, todos os informantes falaram sobre eles. A Semana Zero pode ser classificada de “semana dos muídos”, pois é nela que aqueles são usados em toda intensidade. Eles são dirigidos ao corpo e ao psicológico.

A informante Denize fornece a definição dos muídos:

A Semana Zero é o início, a questão da adaptação à vida militar. Agente fica lá a semana inteira. No meu batalhão pegaram até os celulares da gente. Uma semana sem celular, sem se comunicar com ninguém. [...]. Uma semana de exercício físico. Faxina, muita faxina, essa questão de punição, que agente chama de pagação, pagar; correr muito, pagar flexão muito. Só muído, muído que agente chama, muendo com o psicológico da gente (Denize).

A palavra muído vem do verbo moer, e significa “reduzir a pó”; “triturar”, “reduzir a pedaços mínimos”, “maltratar com pancadas” ou, ainda, “cansar-se”, “atormentar-se”<sup>14</sup>. A expressão é popular na Paraíba e quando se diz que alguém está “muendo” quer dizer que está ou incomodando, ou arrumando confusão, ou discutindo. A Semana Zero é a semana dos muídos porque neste período os alunos são maltratados e reduzidos moralmente, como será visto durante o todo o desenvolvimento deste capítulo.

Os testes físicos da Semana Zero não se comparam àqueles do processo seletivo, pois não são simples testes de resistência física, mais que isso, são testes de exaustão, onde aluno é levado a provar o limite de suas habilidades fisiológicas. Ficar sem dormir, rastejar na lama ou na terra, estar exposto ao sol, ser obrigado a comer alimentos estragados, levar tapas e empurrões e correr léguas são apenas alguns dos tipos de imposições feitas aos alunos para testar sua resistência. Estes tipos de testes, delineados por Balestreri (1998) e outros estudiosos da formação do PM brasileiro, foram confirmados nos depoimentos de todos os soldados entrevistados para este trabalho.

Os muídos levam os alunos ao extremo da exaustão física e também psicológica. Suportar gritos, xingamentos, humilhações, desmoralização e rebaixamento público estão entre os testes cujo objetivo, segundo Goffman (1974), é colocar o indivíduo em conflito com suas concepções de mundo, no caso da Semana Zero, anular, “zerar” suas crenças, para depois adquirir um novo papel: o de soldado.

---

<sup>14</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa. Coordenação e Edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; lexicografia, Margarida dos Anjos. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.

Há que se notar que o nome “Semana Zero” é poético, ou alegórico, já que a instituição Total não substituiu uma cultura por outra, ou socializações por outra. A mudança que ocorre na vida do soldado quando ele está na Semana Zero, e depois dela, no serviço policial militar, é que não será conveniente ter comportamentos que lhe eram habituais fora destes contextos, embora, quando estiver com familiares, amigos, ou à paisana, se comporte como um civil. De todo modo o que se quer notar é que a Semana Zero, assim como todo o período do CFSD, não zera as socializações passadas, apenas cria uma “tensão entre o mundo doméstico e o institucional (GOFFMAN, 1974).

O soldado Michel descreve o que para ele foi uma das provas mais exaustivas da Semana Zero do seu CFSD, em Cajazeiras. Os métodos são rígidos e os alunos expostos a situações de esgotamento fisiológico.

A mais pesada no meu ponto de vista foi agente ter rastejado o chão, na areia, na faixa de cinqüenta metros no meio dia. No primeiro dia, agente com a cabeça rapada, teve gente que desmaiou por causa do sol quente (Michel).

Ora, quem vive no estado da Paraíba sabe que a região do Sertão é aquela que possui o clima mais quente. Ficar exposto ao “sol do meio dia” em Cajazeiras, sem proteção para o corpo é um verdadeiro penar. Alguns muídos causam danos físicos, tais como o desmaio sofrido por um aluno, citado por Michel, e o mal estar físico de outro aluno descrito por Carlos, que destaca a exaustão à que foi submetido:

Na Semana Zero o que mais ficou marcado foi o dia do nosso batizado, né? Nós vínhamos já de três dias sem dormir, setenta e duas horas sem dormir, e quando anoiteceu levaram agente pra dormir de meia noite e duas horas da manhã invadiram a sala, soltando bombas de gás lacrimogêneo, dando chute em alunos, tapas, empurrão, jogando aluno em parede e teve um aluno que caiu com uma granada de gás lacrimogêneo e tiraram ele de dentro da sala quase apagado e o cara ficou vomitando muito lá fora. Eu fiquei impressionado porque quase não tinha assistência médica. Tinha uma fem. que era enfermeira, mas se o cara tivesse tido uma coisa mais séria como uma parada cardíaca, não tinha estrutura nenhuma. Tinha o pessoal do corpo de bombeiros, mas não tinha equipamentos [...]. Aí, depois disso, nos colocaram num banheiro, vinte e nove pessoas num banheiro, e tome gás! [...]. Eu não sei a noite dos outros, mas aquela foi a pior noite da minha vida (Carlos).

O depoimento de Carlos é impressionante. A violência utilizada pelos instrutores para disciplinar os alunos é evidente, o que leva a perguntar: que serventia tem para a instituição estas técnicas de educação? O gás lacrimogêneo utilizado pela polícia para dispersar multidões e manter a ordem é a mesma arma usada para educar os alunos. Os tapas, os chutes,

os empurrões sofridos pelos alunos representam um tipo de tratamento que fere os Direitos Humanos dos soldados e sugere que tais profissionais vão trabalhar em uma guerra entre nações e não com a população. Um estudo realizado recentemente em Fortaleza pelos pesquisadores Sá e Neto (2011) mostra que o comportamento de alguns grupos da Polícia Militar na cidade é marcado pela truculência, configurada no uso de técnicas tais como tapas e chutes nas práticas de baculejo, acrescente-se, as mesmas técnicas usada pela PM para educar os soldados. O baculejo é uma prática cotidiana dos Policiais Militares através da qual os PM's revistam indivíduos à procura de entorpecentes, objetos roubados, etc. Um fenômeno usado tanto para o combate à criminalidade, quanto para abuso de poder por parte da polícia, como foi demonstrado por Sá e Neto, e Barcelos. Pode-se estabelecer uma relação entre ambos os fenômenos e questionar se as atitudes dos policiais não seriam, de forma inconsciente, ou não, estimulada pela instituição e reproduzida pelo soldado no trabalho de rua. Há que se notar ainda, na fala de Carlos, a irresponsabilidade da instituição com o bem estar físico e psicológico dos soldados configurada na falta de assistência médica no CFSD.

Como já foi dito, a polícia não revela publicamente que lança mãos destas técnicas, dissimuladas. A instituição permitiu que a pesquisadora deste trabalho dialogasse com os soldados, mas, aparentemente, não esperava que detalhes do currículo oculto do CFSD fossem revelados. Nos diálogos estabelecidos com os Oficiais Vilma e Alberto, antes das entrevistas com os soldados, nada se falou acerca da Semana Zero, pois nem a pesquisadora tinha conhecimento do fenômeno, nem os Oficiais aparentavam ter intenções de revelá-lo. Após as entrevistas com os soldados, em um novo diálogo com Alberto, ele foi questionado sobre tais métodos. Sua reação foi de surpresa. Após a pergunta, ele pára e exala um sorriso meio que “sem graça”, deixando a impressão de que não esperava pela pergunta. Aquela foi a primeira vez que sua voz, sempre cordial e elegante, sofreu nítida alteração. Sem perder a elegância que lhe é peculiar e falando um pouco mais alto, Alberto proferiu o que pode ser classificado de justificativa da instituição acerca do currículo oculto.

Alberto diz que a semana inicial do CFSD é um período onde a instituição convida o soldado a pensar se é aquilo que ele quer pra sua vida. Precisa-se, portanto, “martelar isso na cabeça do soldado”. Este é o momento de convidá-lo a pensar se ele quer realmente passar noites acordado nos plantões; dele saber que pode estar de plantão e acordar com o batalhão sendo explodido. Os muídos, neste contexto, são simulações de possíveis situações reais.

O Oficial acrescenta, ainda, que a polícia é uma instituição diferenciada e logo no início o soldado tem que decidir se quer aquilo para a vida dele. A finalidade não é eliminar, mas fazer com que o indivíduo reflita. No CFSD, existem excessos cometidos por instrutores

que devem ser proibidos. O problema é que às vezes os alunos não fazem a denúncia ao setor administrativo, que acaba não sabendo que tais excessos ocorrem. Alberto conclui, dizendo que existem situações particulares de alguns alunos que não estão com a preparação física que o trabalho requer e que recaem nos testes. Portanto, às vezes, não é o teste que é rigoroso, mas alguns alunos que são fracos e não suportam. As simulações não podem deixar de ser feitas por causa de casos particulares.

Os métodos de exaustão, na perspectiva da instituição, são meios escolhidos para convidar os soldados a refletirem sobre o futuro cotidiano. Ora, observando o dia-a-dia dos soldados da PM, a probabilidade de um policial de plantão acordar com a UOP sendo explodida é mínima. Obviamente, esta possibilidade existe, tais como os casos recentes de ataques às Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) no Rio de Janeiro<sup>15</sup>. Há que se pensar, contudo, que este é um caso isolado, resultante de problemas locais entre polícia e traficantes.

Existem outras situações mais prováveis de ocorrer no cotidiano de um policial como, por exemplo, resolver conflitos em bairros, entre vizinhos, ou famílias. Os próprios informantes deste trabalho revelam isto quando falam dos prazeres e dissabores do contato com a população - que serão pontuados no capítulo quatro. Alguns deles podem ser adiantados. No seu cotidiano, os soldados têm contato com crianças e jovens, em especial aqueles que fazem parte da Patrulha Escolar; mediam conflitos entre vizinhos que reclamam, por exemplo, de alguém que está com o aparelho de som ligado muito alto; abordam indivíduos que estão de motocicleta sem capacetes; atendem chamados de violência doméstica. Obviamente, embora não tenham sido citados, há os casos de combate à criminalidade; há as trocas de tiros; os momentos que exigem destreza e habilidade física. No entanto, eles não são únicos e uma formação baseada em uma realidade fictícia pode preparar os soldados para uma guerra que dificilmente ocorrerá, deixando para segundo plano aquilo que também compreende o cotidiano do soldado, a saber, o convívio com os cidadãos.

A violência com que a instituição forma seus soldados pode ser uma, entre outras possibilidades de justificativas para a bestialidade de grupos de soldados no modo de agir com a população. Visto à luz de Anthony Giddens (2009) o sujeito não é totalmente coagido em suas ações, ou seja tem noção de suas práticas. Porém, não é independente da estrutura, já que reproduz suas práticas no tempo e no espaço em contextos de interação. Não sendo um

---

<sup>15</sup> Entre maio e abril de 2014 algumas UPP's do Rio de Janeiro foram alvo de criminosos em resposta às querelas locais entre policiais militares e traficantes de drogas. O fato foi noticiado nos principais telejornais do Brasil, da América do Norte e Europa.

fenômeno isolado, mas presente em diversos grupos de policiais militares há que se procurar uma causa social que justifique o comportamento truculento de grupos de soldados.

Não só os testes físicos, mas também os de provocação psicológica são sentidos pelos soldados como fenômenos que deixam traumas após o CFSD. Segundo Goffman (1974), os períodos iniciais nas instituições Totais podem ser constituídos de atos, padrões de deferência, palavras, tarefas, ordenações que obriguem os novatos a praticar atos e dizer palavras que o deixem em situação de humilhação, tais como gritos, xingamentos, gozações, cujas conseqüências são simbólicas. Para Kátia, o modo como os instrutores do seu CFSD se dirigiram aos soldados, ou seja, o tom da fala, ou a falta de respeito são espantosos, principalmente para mulheres que, diferente dos homens, não prestam serviço militar e não estão habituadas com este tratamento, característico dos treinamentos do exército.

Eu acho que é muito traumatizante pra quem nunca foi militar. Para os meninos nem tanto, porque alguns serviram ao exército e já têm uma noção do que é o serviço militar, mas para as mulheres ele é traumatizante. Pra mim pelo menos foi. Você chegar e tudo é no grito, rápido, por ordem, não existe por favor. É muito chocante (Kátia).

Cabe salientar que Kátia não é a única a destacar o fato de os muídos serem mais traumatizantes para mulheres, porque elas não prestam serviço militar, obrigatório para homens no Brasil. Vários soldados partilham a mesma opinião e para eles, o fato dos homens já terem conhecido os muídos no exército, facilita sua adaptação à Semana Zero. Importante notar que o currículo oculto não é um método que a polícia absorve especificamente do exército, pois não só ele, mas também os hospitais psiquiátricos, internatos e as prisões constroem e manipulam identidades, há séculos, utilizando-se de tais meios (FOUCAULT, 1987).

Ricardo Balestrei (1998) não vê de forma positiva a relação que pesquisadores fazem entre a PM e o exército. Entretanto, a Polícia Militar, de acordo com a Constituição brasileira (BRASIL, 2003) é uma instituição força de auxílio do exército e isto por si só já é motivo de estabelecer uma ligação entre tais instituições. Acrescente-se a isso o fato de que as evidências de sua ligação vão além da definição exposta na Constituição, já que tanto o currículo oculto, quanto as relações hierárquicas revelam práticas militaristas reproduzidas pela instituição. Ver-se-á também, no quarto capítulo, que ao se referir ao relacionamento entre Oficiais e Praças o militarismo está entre as principais causas de descontentamento dos soldados com a instituição.

Michel Foucault se revela um grande pesquisador das técnicas utilizadas pelo exército para disciplinar os soldados. Comparando a metodologia do CFSD-PMPB com aquelas descritas em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1987), conclui-se que a primeira muito tem em comum com as segundas. O capítulo terceiro da citada obra é uma análise que o filósofo faz das ferramentas de adestramento do sujeito, utilizadas pelas instituições Totais, na Europa e na América do Norte, em meados do século XVIII. Neste trabalho, a Polícia Militar é pensada à luz das instituições Totais porque seus métodos de construção, de educação da dramaturgia militar são semelhantes àqueles usados pelos estabelecimentos “fechados” para adestrar seus internos. Os rebaixamentos morais, as humilhações, os testes de exaustão, para Foucault são investimento político do corpo, para compor sujeitos, amplamente usado por estabelecimentos tais como o exército.

O corpo, nesta perspectiva é um instrumento político de grande valentia. Segundo o filósofo, a partir das investidas no corpo, domesticam-se sujeitos. As políticas de disciplinarização seriam invenção da sociedade burguesa (1979, p. 187). Obviamente elas já existiam na antiguidade: na escravidão (apropriação do corpo), na domesticidade (uso constante, porém limitado e não-analítico do corpo), na vassalagem (obediência) e no ascetismo (renúncias). Contudo, no século XVIII, as disciplinas surgem solidificadas em métodos analíticos, racionais, saberes específicos que requisitam corpos dóceis e úteis, para tirar proveito econômico-político dos sujeitos (NÓBREGA, 2011, p. 14).

A técnica da clausura, nas instituições Totais, cria identidades e as controla a partir de organização, classificação, divisão de tarefas, observação, exercícios, todas técnicas de adestramento, cujo resultado é o domínio e constituição do sujeito.

A partir da utilização de técnicas específicas, a disciplina constrói individualidades. Pelas táticas que lança mão para manipulação dos corpos, concebe personalidades. O investimento político do corpo, na medida em que direciona suas estratégias para o físico humano, revela propósitos que vão além do mero controle do corpo [...] (NÓBREGA apud FOUCAULT, 2011, p. 23).

A sociedade disciplinar moderna lança mão de três recursos de adestramento dos sujeitos, que são a vigília, a sanção e o exame, adotados nos internatos, nas prisões e pelo exército. A vigília obriga o sujeito “pelo jogo do olhar”. A sanção coíbe os gestos, os comportamentos indesejados, as desobediências às normas. O exame “vigia, qualifica, classifica, normaliza e pune. Possui, por assim dizer, quase todas as características da disciplina” (NÓBREGA apud FOUCAULT, 2011, p. 28). O que faz a Semana Zero, senão

adestrar sujeitos? Nela, os instrutores vigiam, avaliam e punem os indisciplinados, como disseram as informantes Denize e Renata, muitas vezes por “motivos banais”. Cabe questionar: com que finalidade? Se na prisão, no exército, no hospital psiquiátrico e nos conventos as disciplinas servem para controlar identidades, o que pretende a polícia com o uso dos mesmos métodos? Ter controle de seus subordinados? Mostrar para eles o lugar que ocupam na instituição?

Durante a realização das entrevistas houve um fenômeno intrigante em relação à postura dos entrevistados com a pesquisadora e que pode ser uma possibilidade de resposta a tais questionamentos. O início das entrevistas com os soldados foram momentos de muita tensão. Como foi dito na introdução deste trabalho, a ordem das perguntas foi um fator crucial para deixar os soldados à vontade. Todos os informantes, sem exceção, ao sentar diante de mim apresentavam um olhar que pode ser classificado de desconfiado e medroso, deixando a impressão de inquietude acerca do motivo da entrevista e da natureza das perguntas. O que tais posturas rígidas e olhares atentos revelam? Temor de falar da instituição? A posição do subordinado que nada pode dizer por medo de ser punido? Pensando a Semana Zero sob a ótica das instituições Totais de Foucault (1987), este seria um período em que a instituição lança mão da disciplina para coibir e controlar o soldado não só em tal período, mas por toda a sua carreira militar. O soldado adestrado, manso, temeroso é de grade valentia para a instituição.

A soldado Kátia, além de destacar o que mais lhe incomodou nos muídos, ou seja, o modo de tratamento “mal educado” e “grosseiro” com os alunos, ela questiona a validade da Semana Zero, como se pode ver:

Eu acho que era mais a forma de falar: agora! Vai! Essa forma de falar que é meio humilhante, mas que depois você vai entendendo que aquilo não passa de um teatro. Eu acho que está arraigado na instituição militar que tem que ser daquele jeito, tem que ser grosseiro, mal educado, chocante. É só a primeira semana, depois você vê que aquilo não faz parte do nosso cotidiano, nem da instituição. Dizem que aquilo é “pra” o pessoal mais fraco desistir, mas deve ter uma finalidade, qual eu não sei, mas deve ter (Kátia).

O tipo de educação utilizada pela polícia na Semana Zero - e não somente nela, mas em todo o processo educativo do soldado - não têm serventia para o dia-a-dia do trabalho do soldado e faria parte de uma cultura militar arraigada na instituição, isto não apenas para Kátia, mas também para autores como Balestreri (1998) e Brasil (2011).

Já Michel, demonstra estima por este período inicial da carreira do soldado, já que o valor dos muídos é perceptível somente quando o soldado está “na rua”.

Na minha opinião [a Semana Zero] deve ter, porque tem gente que vai pra polícia e depois fica com corpo mole e sabe que no serviço vai se deparar com situações que [pausa a voz], né? Tem colega nosso que em determinadas situações [...] não sabe fazer nada, porque não tem aquele aperto no curso. Aí quando se depara com a situação de “vamu” ver, na agonia, aí o camarada fica sem reação nenhuma. Então no meu ponto de vista deve ter sim, agora na medida de ser uma coisa que não vai machucar, não vai deixar hematoma (Michel).

Ainda que concorde com os métodos de disciplinamento dos soldados, o informante não deixa de pontuar que há excessos cometidos pela instituição no disciplinamento dos policiais. Lembre-se que Michel é o informante que relatou o desmaio de um companheiro seu no CFSD. Joel, do mesmo modo, manifesta-se favorável aos métodos da Semana Zero. Para o informante, o soldado só vai entender sua serventia quando já está no trabalho de rua, dando plantões, passando a “noite em claro, “pegando peso”. De fato, há situações simuladas no treinamento do PM que tem sua serventia na prática cotidiana, tais como adquirir o hábito de passar a noite sem dormir, passar horas em pé e ter condicionamento físico resistente, agüentar o peso dos equipamentos de trabalho, entre outros, tudo isto pontuado pelos próprios informantes. O que se quer notar, contudo é o excesso de uso de tais métodos, que aparentam perpassar toda a formação dos soldados. O informante Carlos não economiza palavras para expressar sua insatisfação como CFSD que para ele só tem “trinta por cento de instrução durante o curso todo”. Para ele os outros setenta por cento são o que denominou “enchimento de lingüiça” e “idiotice”.

Todos os discursos apresentados acima são de policiais formados em UOP's do interior da Paraíba. Silvio, formado no CE em João Pessoa, apresenta outra realidade do seu CFSD, onde, segundo o soldado, não há Semana Zero com muídos, métodos chocantes, testes de exaustão física e psicológica e rebaixamento moral.

Segundo Silvio, no seu CFSD:

[...] não houve praticamente Semana Zero. Na turma da gente os Oficiais que estavam à frente, coordenador e diretor de Centro de Educação [...], houve determinação para não haver aquela batida, não houve nada disso não. É tanto que agente não chamava de Semana Zero, mas de semana de adaptação [...]. Não houve essa ralação que o pessoal fala (Silvio).

Segundo o soldado, o Centro de Educação da Polícia Militar adota outros métodos de formação de soldados, não tradicionais, que não submetem os alunos às práticas de desgaste físico e mental. Ora, a formação de Silvio foi em 2011, a mais recente de todos os outros informantes. Estaria a Polícia Militar reformulando a metodologia dos CFSD's de 2011 pra



cá, ou haveria dois tipos de educação do soldado, uma mais tradicional e militarista utilizada no interior do estado e outra, cidadã, humanística utilizada no CE?

Como se pôde ver, alguns informantes afirmam não entender a validade dos métodos da Semana Zero e outros vêem neles relevância para a profissão. A experiência de Ricardo Balestreri com segurança pública e Direitos Humanos rejeita esta metodologia disciplinar, que para o autor: não forma, mas deforma; estimula instintos violentos no PM; corrompe os valores militares e viola os Direitos Humanos.

Em muitas academias de polícia (é claro que não em todas) os policiais parecem ainda ser “adestrados” para alguma suposta “guerra de guerrilhas”, sendo submetidos a toda ordem de maus-tratos (beber sangue no pescoço da galinha, ficar em pé sobre formigueiro, ser “afogado” na lama por superior hierárquico, comer fezes [...]).

Por uma contaminação da ideologia militar [...] os futuros policiais são, muitas vezes, submetidos a violento estresse psicológico, a fim de ativar-lhes a raiva contra o inimigo (será nesse caso, o cidadão?).

[...] Além disso, como os policiais não vão lutar na extinta guerra do Vietnã, mas atuar nas ruas das cidades, esse tipo de formação (deformadora) representa uma perda de tempo, geradora apenas de brutalidade, atraso técnico e incompetência (BALESTRERI, 2008, p. 1998).

O currículo oculto da polícia, neste contexto, não é um fenômeno local, mas presente em vários centros de formação de Praças brasileiros. Esse tipo de educação está mais voltada para o combate em uma guerra entre nações e menos para as rondas nas ruas das cidades. Aquilo que Balestreri classifica de “contaminação da ideologia militar”, os informantes Kátia e Carlos denominam “idiotice” e “teatro”. De todo modo, críticas ao modo de constituir a identidade policial militar.

Os relatos sobre os chamados muídos foram extensos. Renata diz que, o tempo todo, os instrutores jogavam bombas nos seus pés; que foi obrigada a pegar sapos e andar com eles; a pegar galinhas também, isto com os olhos vendados. Ela conta as situações que vivenciou de forma descontraída, sorrindo, mas apesar do riso, afirma que na época foi uma situação temerosa. À medida que pronuncia suas críticas à Semana Zero, a informante reconhece que os muídos “realmente valeram a pena”, já que o policial precisa de resistência física: “se é pra tá trabalhando a tarde inteira em pé no sol quente; se é pra tá numa viatura com equipamento pesado e muito quente, com esse calor todo”.

Denize, do mesmo modo, mostra insatisfação com o excesso dos muídos e afirma que saiu do seu CFSD “PHD em faxina”. Para a soldado, o curso que dura dez meses poderia “ser enxugado” em quatro. Denize cita as situações que mais lhe marcaram na primeira semana do seu CFSD. Ela foi formada no 2º BPM. Nas lembranças da informante há destaque especial à

presença de uma instrutora que durante todo o curso a humilhou: “teve uma vez que ela botou o dedo no meu nariz, me disse que eu não chegava lá. Ela me chamou só pra dizer isso. Eu acho que ela não queria que eu chegasse lá, mas graças a Deus, cheguei”. Outra situação que a soldado cita foi um rastejo na lama, de madrugada. “A ida do rastejo eu levei até na brincadeira. Quando eu terminei, ela me fez voltar e ficou me humilhando, gritando e eu fiquei bolando na lama feito uma panqueca suja. Isso pode ser besteira né? Mas eu num gostei não”. A pergunta que Denize faz ela mesma responde em outro momento da entrevista quando diz que, hoje, tem dificuldade de se expressar; “ficou travada” depois do CFSD. Antes, se considerava mais espontânea. Sinais, portanto, da violência psicológica que deixa marcas no Policial Militar.

Denize cita, ainda: “outra coisa que me incomodava era bomba. Eu tinha medo de bomba. Uma vez ela soltou uma sem eu esperar, aí eu me mexi e ela percebeu e disse: ah, tá com medinho? Tá com medinho de bomba?”. Nesse momento, os olhos da soldado se enchem de lágrimas e sua voz embarga. Denize para de falar e chora. Baixa a cabeça, enxuga as lágrimas. Segundos depois, recupera a voz e diz: “eu acho que não precisava de tudo aquilo”. O que a informante quer dizer com “tudo aquilo” são as humilhações. Note-se que ela não foi a única a pontuar como traumatizante os rebaixamentos morais, pois Kátia, reproduz de forma quase idêntica sua fala: “eu acho que não precisava daquilo”. Do mesmo, Denize: “poderiam ter sido um pouco menos”.

Palavras e frases tais como “traumatizante”, “chocante”, “humilhante”, “grosseiro”, “pior noite da minha vida”, “fui obrigada”, revelam os sentimentos dos soldados acerca do processo de socialização policial militar. Ora, foi dito páginas atrás que uma revista de circulação interna da polícia foi consultada para dela extrair características da formação do soldado. Na edição, há uma definição para expressão Semana Zero, que seria um período no qual todo o psicológico e físico dos alunos são colocados ao extremo; um “momento em que os instintos mais primitivos se evidenciam”, onde “os instrutores estimulam de forma hábil os sentimentos de união, disciplina e companheirismo”. Contudo, em momento algum, nos discursos dos informantes, tais sentimentos foram pontuados como aprendizados da Semana Zero, mas sim aqueles descritos nas duas primeiras linhas deste parágrafo.

Há que se pensar os reflexos dessa formação militarista nas práticas cotidianas dos soldados. O que esperar de um policial que durante dez meses é submetido a um constante processo de adestramento, de disciplinamento, de testes de provação física e psicológica? Se grande parte do curso se constitui pelos muídos, a educação do policial ainda está alicerçada

em práticas disciplinares. O currículo oculto, tal como foi descrito pelos soldados, nega as possibilidades de uma educação cidadã, embasada na filosofia comunitária.

Balestreri (1998) acredita que a violência com a qual se comportam alguns grupos de policiais é resquício de uma formação baseada em princípios militares, resquícios do regime de governo autoritário que dominou o Brasil na década de 70. Caldeiras (2000), porém, pensa o fato olhando não para o passado, mas para o presente. Os abusos cometidos por policiais não estão necessariamente ligados à história sombria do país, mas a “decisões administrativas e opções políticas”, estas, por sua vez, criadas para ter os efeitos que têm: a manipulação da população pelo estímulo medo. Lembre-se que o filósofo Michel Foucault (1987) considerou que este tipo de exploração foi uma das maiores estratégias do sistema jurídico-político europeu e norte-americano anterior ao século XVIII, expressa nos suplícios. Voltando a Caldeira (2000), a violência policial deve ser pensada atrelada a políticas de segurança pública não necessariamente do período militar, mas, sobretudo aquelas usadas no próprio processo de democratização do país. Hoje, o Governo Federal apóia a integração dos Direitos Humanos à polícia, mas passou a adotar tal atitude já da década de 90 para cá. Pensar violência policial é também olhar para as ações dos governos e do sistema judiciário que apóiam este tipo de comportamento (Ibid.).

Os soldados reclamam o que chamam de excesso de disciplinas teóricas do CFSD, reivindicando aulas de Prática de Tiro e Defesa Pessoal que para eles aparentam ser mais relevantes para seu cotidiano do que disciplinas como Ética e Direitos Humanos. À medida em que reivindicam aulas práticas para o CFSD, denunciam excessos de rebaixamentos morais e testes de exaustão física e psicológica a que são submetidos na instituição. Esta, por sua vez, justifica seu currículo oculto lançando mão de um discurso da união, do companheirismo, de conscientização do soldado acerca de sua profissão que exigiria destreza física e controle psicológico.

O que emerge como “pano de fundo”, ou como “marca d’água” de tudo é uma concepção da identidade do soldado de polícia atrelada aquela de um combatente que precisa saber atirar, se defender, resistir fisicamente e psicologicamente às situações de perigo, de conflito, exaustão, pressão.

## 4 EXPERIÊNCIAS DO SOLDADO NO ÍNTIMO E ALÉM DA INSTITUIÇÃO

Este último capítulo trata das experiências dos soldados, antes e depois da Polícia Militar. Nele, os policiais falam sobre o que os motivou a entrar para a instituição; o que pensam de seu futuro; como se configura o relacionamento com a família e os amigos; como vêem suas condições de trabalho e a interação entre Oficiais e Praças e homens e mulheres na PM.

As relações fora da instituição afetam e são afetadas pela identidade policial, ora estreitando, ora afrouxando laços de interação social. No interior do estabelecimento, tais conexões são conflituosas e ser Oficial ou Praça, homem ou mulher, “da rua” ou do setor administrativo são condições de definição do papel que o ator ocupa no cenário da dramaturgia militar.

### 4.1 “Antes de entrar na polícia, eu tinha outra visão”

A ator não é um fenômeno fixo, mas aberto as influências externas de outros grupos e indivíduos que entram, ou permanecem, ou saem, podendo depois voltar, para o cenário de suas representações. Foi visto no capítulo um que autores como Hall (2011) e Giddens (2009), cada qual a seu modo, dialogam sobre o que podemos chamar de dinamismo dos contextos de interação, da relação agente/estrutura, da mobilidade da identidade. Ela está sujeita “às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. É resultado de processos históricos e não biológicos. Dentro de cada indivíduo “há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”. Não há identidade unificada, completa, segura e coerente (HALL, 2011, p. 13). Visto deste ângulo, o soldado da Polícia Militar é um ator sujeito às mudanças advindas de seus contextos de interação, de sua realidade histórica que delinea sua identidade: ao entrar na polícia os PM’s têm uma visão predefinida dos valores e funcionamento desta e tendem a idealizar um apreço por ela. Ao permanecer na instituição, tais pré-julgamentos são confirmados, ou reformulados.

A voz do informante Saulo está entre as mais problemáticas das entrevistas. Questionado sobre o que pensava da polícia antes de fazer parte dela ele apresenta, sem perceber, duas visões: uma acerca dos PM’s, outra da instituição. O informante primeiro diz que antes via os policiais como indivíduos truculentos e da política, o que mudou.

Eu pensava na polícia como um monte de gente da política, gente mal educada, gente ignorante intelectualmente [...]. Eu tinha essa visão da

polícia. Hoje, passei a ver a polícia de uma maneira diferente. [...]. Hoje, eu vejo que a polícia é uma bomba de pensamentos [...], de muita coisa boa [...] (Saulo).

A expressão “gente da política”, chama atenção especial por um fator decorrente da observação desta pesquisa. Os dados empíricos deste trabalho foram coletados entre os meses de outubro e dezembro de 2013. Entre outubro de 2013 e o presente momento, abril de 2014 os quatro Comandos da PMPB visitados nesta pesquisa, receberam novos Comandantes, a saber: o 10º BPM, o 2º BPM, o CPR/1 e o CE. Há, notadamente, uma mobilidade política nos Comandos da PMPB, que são os chamados cargos de confiança do setor da segurança pública. Tais cargos são ocupados por Oficiais. O que tais mudanças significam? Descentralização de poder? Divisão política de cargos de confiança? De todo modo quem os detém, liga-se de forma direta, ou indireta, à política institucional.

Saulo continua, dizendo que “via a polícia como fonte de repressão, então nunca quis fazer parte dela, mas hoje vê “que isso está mudando”. Minutos depois, respondendo a outra pergunta da pesquisadora acerca da relação entre Oficiais e Praças, profere a frase: “a Polícia Militar ainda é um sistema de controle, porque para a sociedade civil a ditadura acabou, mas para agente, que vive aqui dentro, a ditadura permanece”.

As respostas de alguns informantes muito revelam da instituição e do papel que o soldado representa nela. Os informantes sentem medo de revelar alguns de seus sentimentos sobre a instituição. Embora não exponham respondendo a perguntas diretas, revelam através de respostas a outras perguntas, através dos discursos contraditórios, das atitudes rígidas, dos olhares desconfiados, das vozes trêmulas. Diversas posturas dos soldados vistas ao longo desta pesquisa - tal como as tensões iniciais das entrevistas - revelam os temores, o medo de falar da posição do subordinado; do elemento mais baixo da hierarquia em uma instituição que tem a obediência como um de seus valores primordiais e a punição, uma realidade diária.

Michel Foucault e Goffman revelam-se grandes estudiosos das instituições Totais e suas obras relativas a estes tipos específicos de instituições são indispensáveis para qualquer pesquisador que se disponha a estudar o papel destas instituições no Ocidente. Em ambas as teorias a clausura física se configura em umas das principais características dos estabelecimentos “fechados”, e por que não dizer, aquela da qual depende o sucesso destas instituições. Já foi dito que este trabalho não trata a PM como uma instituição deste tipo por não possuir seu elemento primordial, a clausura. No entanto, ampliando os horizontes desta leitura e as possibilidades de compreensão da identidade policial militar, se pode pensar que

na polícia este controle é exercido no campo simbólico, ou psicológico, ou moral. Isto justificaria o comportamento temeroso dos soldados diante da pesquisadora.

Antes de entrar na polícia, Carlos tinha uma visão acerca da hierarquia militar e depois de fazer parte dela, percebeu: que as Praças “fazem tudo” e têm pouca valorização profissional; que há uma diferença visível entre Praças e Oficiais e que as primeiras fazem o “serviço pesado” da segurança pública brasileira.

Antes de entrar na polícia eu tinha outra visão. Eu achava que eles valorizavam mais as Praças e que valorizavam mais o profissional, a pessoa do Policial Militar, mas aí depois que eu entrei, comecei a ver que a realidade é diferente: que existem duas polícias; que os Oficiais são uma polícia e as Praças são outra; que as Praças fazem tudo, que são a ponta da lança [...] das execuções penais, pois se você for pegar o Código Penal e ver a estrutura todinha, você vai ver que a Polícia Militar é a ponta da lança das execuções penais. Tudo começa na Polícia Militar, entendeu? Se vai cumprir um mandando de prisão, de busca e apreensão, se pega um cara em flagrante, entendeu, tudo começa com agente (Carlos).

Quando o informante classifica as Praças de “ponta da lança das execuções penais”, quer dizer que elas são o elemento primeiro do serviço policial militar e das outras instituições de segurança pública, a saber, as polícias estaduais e federais e o Sistema Judiciário. A expressão “as Praças fazem tudo” sugere que na Polícia Militar os soldados trabalham mais que os Oficiais. Ora, o trabalho no setor administrativo da instituição envolve atividades relativas à organização e ao planejamento e menos à execução que de fato é a parte mais densa da atividade policial militar.

Em uma conversa com um informante Oficial, a pesquisadora foi questionada acerca do fato da pesquisa estar voltada aos soldados da PM e não aos Oficiais. Sorrindo, dissimulando a seriedade da pergunta, o Oficial surpreende a pesquisadora inquirindo o que ela pensava acerca dos Oficiais. Sem dar espaço à tentativa de resposta, ele mesmo responde seu questionamento, dizendo, em outros termos, que Oficial também vai para “a rua”; também faz parte de Grupos de Operações Especializadas; que não é um indivíduo inábil escondido atrás de uma mesa dando ordens. A pergunta e as respostas foram tão rápidas que não houve espaço para respondê-las. O comportamento do policial foi auto-defensivo. O Comandante antecipou o que se pode chamar de apologia dos Oficiais ao juízo de que eles pouco trabalham e que as Praças fazem tudo. Isto revela que o juízo de Carlos não é isolado, mas recorrente, por sua vez constatado pelo Comandante.

Ainda neste capítulo será visto que o relacionamento entre Oficiais e Praças é conflituoso o que para Goffman (1974) é um fenômeno comum em instituições Fechadas,

resultante das representações entre subordinados e dominadores. Ora, tais conflitos aparentam ser realidades desconhecidas para alguns soldados que almejavam entrar na instituição. Este é o caso de Denize. Ela convivia com seu avô, ex-combatente, e via na profissão a possibilidade de ajudar aos outros. Depois que entrou na PM e vivenciou os conflitos da hierarquia militar, isto mudou consideravelmente.

Eles deixaram de ser super heróis para ser pessoas normais, com melhorias, muitas melhorias a serem feitas. O militarismo eu achava muito bonito como no desfile do sete de setembro, todo mundo marchando bonitinho. Mas na prática, viver o militarismo não é positivo. [...]. Porque se fosse só o militarismo, tudo bem, mas o problema é que as pessoas não sabem viver o militarismo da forma correta. Algumas usam disso pra tentar ser superior a outras pessoas (Denize).

O militarismo a que se refere a informante será melhor discutido páginas à frente, no item destinado ao relacionamento entre Oficiais e Praças. Observe-se que antes da pesquisadora realizar de forma direta a pergunta acerca da interação entre os dois grupos, os soldados já revelam seus posicionamentos em respostas a outras questões. O fenômeno está arraigado no soldado: o incomoda, o descontenta. Guarde-se a voz de Denize, que será retomada mais à frente.

Cada informante aponta aquilo que mudou na sua forma de ver a instituição depois que passou a fazer parte dela. Para Renata, a legislação brasileira não contribui de maneira positiva para o trabalho da polícia.

A visão que eu tinha da polícia é que nela havia pessoas mais corretas, pessoas mais ligadas a desenvolver melhor seu trabalho. Eu não pensei que as leis fossem da maneira que é, né? Ao invés de ajudar, dificulta nosso trabalho. Nós trabalhamos de mãos atadas, essa é a realidade dos fatos.

Vale destacar que a frustração de Renata com o Código Penal vigente no Brasil não é um fenômeno particular, mas comum na polícia. É corriqueiro ver Policiais Militares afirmando que a polícia trabalha de “mãos atadas” e “enxugando gelo”, expressões metafóricas que significam prender infratores que não ficam presos porque “a Lei protege”. Em conversas informais com alguns policiais, nas opiniões que eles publicam na internet, em redes sociais, é comum vê-los se posicionando a favor da diminuição da maioria penal, que segundo o Código Penal brasileiro é 18 anos. Quando Renata afirma que a polícia “trabalha de mãos atadas” sua crítica é relativa a este fato específico.

A convivência dos soldados com menores infratores é diária. Só no 2º BPM, entre janeiro de 2012 e novembro de 2013, 443 jovens infratores foram apreendidos em Campina Grande, uma média de 0,65 ao dia (ANEXO F). Junte-se a isso o fato de que diariamente telejornais policiais, tais como o programa Correio Verdade, da Rede Record-Paraíba, que tem a relevante audiência domiciliar de 46,18%, no horário, no estado (NÓBREGA, 2014, p. 16), exhibe menores infratores que são apreendidos, mas não ficam presos, motivo de desagrado dos policiais. Muitos destes menores debocham da polícia, diante das câmeras, gozando de seus direitos de não serem presos, o que é combustível para o aumento do aborrecimento dos PM's e compreensão da fala de Denize.

Alguns informantes dizem que nada mudou na sua forma de enxergar a PM. Michel, de forma breve, afirma: “Não mudou nada. Sempre gostei, sempre admirei, sempre quis fazer parte”. Apesar de dirigir críticas aos Oficiais, ao CFSD e ao relacionamento da PM com a população, Michel também dirá que não faz planos de sair da polícia. Do mesmo modo, Silvio diz: “eu já via ela com os mesmos olhos que eu vejo hoje”. Os dois informantes respondem à pergunta não só com a voz, mas com o corpo. Acenando com as cabeças e exalando sorrisos de satisfação, passam a impressão de que, apesar dos conflitos advindos da permanência na instituição, sentem prazer de afirmar suas identidades de soldados da PMPB. Vale acrescentar que ambos foram os únicos informantes a dizer que, além de sentirem orgulho da profissão, não pretendem deixar a Polícia Militar.

#### **4.2 “Estou estudando para outros concursos”**

O processo de socialização de um indivíduo “nunca é total, nem está jamais acabado” (BERGER, 1985, p. 184). A biografia do indivíduo não está encerrada nele mesmo, mas nos processos de interação social dos quais ele faz parte, construídos, destruídos e reconstruídos, no fluxo de interiorização e exteriorização da vida social. O soldado muda. O que foi querido em uma socialização pode ser renegado em outra. Muitas vezes, o soldado chega à polícia em busca da realização de um desejo bem querido, alimentado no ambiente doméstico. Depois de um tempo quer sair da instituição, motivado pelo anseio de conquistas que passam a substituir o sonho, tornado realidade, de ser Policial Militar. Com o tempo sentimentos de entrar na PM são substituídos pelo desejo de sair dela.

Joel afirma que não quer ficar na polícia, pois não está satisfeito com as condições de trabalho. Ele está estudando para outros concursos. Do mesmo modo pensam Denize e Renata, que afirmam, com convicção, que querem sair da polícia e também estão tentando outros concursos. Renata afirma: “eu me identificava como militar. Hoje, eu penso em outro



concurso público. Eu não quero mais. Antes eu sonhava fazer o CFO, mas agora nem CFO eu quero”. Carlos diz: “depois do que eu conheço, com o salário que é pago, não”.

A resposta de Kátia, apesar de mostrar um discreto apreço pela instituição, também é negativa. Ela diz que se fosse necessário, se submeteria ao concurso novamente, “apesar de pretender sair da polícia”, desejando “galgar coisas melhores”. Saulo, por sua vez, não tem certeza sobre seus sentimentos, e diz: “eu tenho medo desta resposta. Eu não sei. Eu acho que a profissão é apaixonante, mas eu sinto saudade do ambiente acadêmico [...]. Eu estou estudando para outros concursos”.

Nem todo soldado quer sair da polícia. Silvio e Michel mostram satisfação com a condição de soldados e demonstram interesse em permanecer na instituição. Seus posicionamentos podem ser resumidos na fala de Michel que, sem acrescentar nada mais, fala com convicção e repete: “estou satisfeítíssimo, satisfeítíssimo”.

De todas as perguntas realizadas nesta pesquisa, as respostas para esta - se você tivesse que escolher uma profissão hoje, seria PM? - chamam atenção por terem sido, em unanimidade, breves. Mesmo indagando os soldados, novamente perguntando por que eles querem, ou não, sair da polícia, as respostas ainda permaneceram sucintas. A expressão vocal e facial daqueles que disseram “não” deram impressões de certeza e insatisfação. Do mesmo modo, os poucos que disseram “sim” expressaram certeza e total satisfação com a profissão, com exceção de Saulo, que teve dúvidas.

Os informantes que manifestam desejo de sair da polícia são maioria. Algumas das respostas foram acompanhadas de expressões faciais e vocais que ao mesmo tempo que exalaram certeza, difundem tristeza. Ser soldado é resultado de um desejo querido, posteriormente frustrado pela realidade da rua, das relações interpessoais, de problemas na instituição. Um esforço para compreender o comportamento dos policiais é feito voltando à causa motivadora que os levou à instituição: o ambiente doméstico.

Primeira fonte de socialização, os pensamentos e sentimentos ligados à família são aqueles arraigados no indivíduo, cujo desafio dos processos de socialização posteriores, ou secundários é afrouxá-los. Segundo Berger (1985), a anulação da socialização secundária é “relativamente fácil” quando comparada à aniquilação da primeira, mais forte, o mundo doméstico carregado de “alto grau de emoção” (Ibid. p. 176). Os soldados que entraram na PM motivados por irmãos, avós, tios, indivíduos constituintes do seu âmbito familiar vêm anseios de infância desconstruídos, porque não dizer frustrados, quando tornados realidade. A expressão de angústia, ainda que disfarçada, na face dos informantes; a fuga das perguntas, expressa em frases curtas, mostra que os soldados não quiseram se alongar naquilo que lhes

incomoda, frustra, mas que é uma decisão tomada: deixar de ser soldado. Sair da PM contraria nobres sentimentos adquiridos no ambiente doméstico, arraigados na identidade primeira e corrompidos pela nova socialização. Sonho tornado rejeição, o soldado recua ao falar naquilo que lhe entristece.

#### **4.3 “Polícia quando está perto incomoda, quando está longe faz falta”**

Do ponto de vista da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), os soldados da PM são os servidores da instituição policial militar que “realizam policiamento ostensivo preventivo fardado e atendem e solucionam ocorrências”. Eles desenvolvem ações operacionais e policiamento administrativo e são responsáveis pela ordem pública, pelo controle de distúrbios civis e “garantem cumprimento de mandado judicial” (BRASIL, 2013)<sup>16</sup>.

A definição da CBO apresenta uma noção resumida das funções do soldado, porém a SENASP veicula uma noção mais abrangente sobre as funções do soldado e que permite pensá-lo na sua relação com a população. Através de um estudo sobre profissiografia policial militar, a SENASP (BRASIL, 2012a) perguntou às Praças brasileiras quais são atividades que elas realizam com mais frequência e quais são as mais importantes e mais difíceis de serem executas. Na Paraíba, quinhentos policiais responderam à pesquisa.

A partir das respostas das Praças é possível visualizar que as atividades que os soldados realizam em seu cotidiano, envolvem, necessariamente, o contato com a população. Algumas delas são: fazer controle de distúrbio civil; efetuar prisão em flagrante; fazer abordagens, buscas e vistorias em pessoas e em veículos; apreender jovem infrator; acompanhar oficial de justiça em mandatos de busca e apreensão; registrar ocorrência de crimes; desenvolver atividades educativas e ações sociais; realizar policiamento dentro das comunidades rurais; realizar policiamento comunitário, motorizado, de bicicleta e a pé, estes últimos representando o contato mais direto do PM com os civis. Esse contato face a face é em alguns contextos marcado por conflitos, isto em qualquer sociedade onde ela exista.

As práticas de baculejo são aquelas onde este atrito mais se evidencia. Autores como Leonardo Sá e João Pedro Neto (SÁ, 2011) estudaram tais práticas feitas por Policiais Militares de Fortaleza, pontuando a violência com a qual os PM's tratam cidadãos de bairros periféricos da capital. Para os autores, qualquer indivíduo pode atrair o baculejo, porém os jovens da favela, dos bairros periféricos, negros, usuários de drogas, entre alguns outros

---

<sup>16</sup> BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília: Ministério do Trabalho. Disponível em: [www.mteco.gov.br](http://www.mteco.gov.br). Consulta: 16/07/2013.

grupos, são alvos especiais da polícia. A violência policial com estes grupos se configura pelo uso de tapas, chutes e torturas que violam os direitos Constitucionais e Humanos destes jovens. Tais práticas denotam um ritual de poder, “revelador das difíceis e intrincadas relações de poder entre policiais e jovens no cotidiano da cidade” (Ibid., p. 150). As práticas de tortura utilizadas por policiais para ferir suas vítimas são minimamente descritas pelos autores e revelam que há toda uma técnica de omissão de marcas, tais como o tapa com as mãos abertas e os chutes no abdômen, que não deixem evidências para que se condene o PM.

Outra pesquisa que relata a violência policial com cidadãos de bairros periféricos é a obra “Rota 66” do jornalista Caco Barcelos (BARCELOS, 2002) que vivenciou o cotidiano de jovens de favelas da cidade de São Paulo, definindo a polícia como “esquadrão da morte oficial”; “matadores equipados pela própria sociedade”, diga-se de passagem, termos muito fortes para se referir ao grupo que deveria proteger e zelar pela vida da população. Do mesmo modo que os pesquisadores de Fortaleza, Barcelos revela que o jovem da favela paulistano é o alvo preferencial das práticas de baculejo.

De modo contrário há os pesquisadores que lançam um olhar para a interação polícia-civis como uma possibilidade de sucesso, destacando experiências prazerosas com policiais. Este é o caso de Balestreri (1998), que na obra “Direitos Humanos: coisa de polícia” investe no policial cujo estandarte dos Direitos Humanos seja o símbolo de suas práticas. Experiências, portanto, distintas e que revelam a complexidade da conexão polícia-sociedade.

A seguir, serão apresentadas as impressões dos policiais sobre sua interação com a população paraibana. Importante é destacar que os policiais que responderam aos questionários realizam tipos de policiamento diversos, em diferentes cidades paraibanas e que, por isso, tiveram contato com populações de perfis variados. São policiais que trabalharam, ou trabalham na Ciclo Patrulha, na Patrulha Escolar, na Patrulha Rural, na Força Tática, nos policiamentos motorizado e ordinário, assim como em diferentes setores administrativos da PMPB. Ver-se-á que há diferentes formas de pensar o problema e que policiais e pesquisadores de segurança apresentam olhares ora parecidos, ora distintos das representações do PM com a população e vice-versa.

Segundo Saulo, a interação da polícia com a sociedade vem mudando. Antes ele via a polícia como violenta e hoje a vê “prestando socorro”, pois “tudo que a população faz precisa da polícia”. O informante diz que gostou das manifestações que ocorreram no Brasil em julho de 2013, porque a partir delas a população mudou seu olhar e se antes achava que a polícia só se voltava para “preto, pobre e puta”, agora a vê como “polícia de todos”.

Quando Saulo diz “a população parou de ver”, não estaria estendendo aquilo que ele mesmo pensa ao que a população ajuíza? Que a polícia tem por alvo preferencial indivíduos selecionados por cor e classe social, isto é um fato atestado por três teóricos citados neste trabalho, a saber, Barcelos (2002), Sá (2011) e Calderia (2000). O informante sugere que isto não é um fato real, mas uma visão que os civis tinham da polícia. Ora, longe de atenuar o conflito polícia-cidadãos, as citadas manifestações evidenciaram a falta de intercâmbio entre os setores de segurança pública com instituições representantes dos Direitos Humanos, com jovens estudantes e demais grupos que comparecem às ruas para reclamar acerca dos sistemas político, social, econômico e cultural vigentes no Brasil. Não se pode negar, contudo, que houve fenômenos pacíficos que denotam o início de uma mudança no tratamento dos PM’s como os civis e vice-versa, como pode ser visto nas imagens, veiculadas em quase todos os jornais de âmbito nacional, de cidadãos entregando flores aos soldados. O conflito existe e ainda há muito que ser feito para que a Polícia Militar se torne e passe a ser vista como “polícia de todos”.

Enquanto o discurso de Saulo está embasado no que se pode chamar de visão idealista da relação entre polícia e civis, o informante Michel, conta um pouco de sua experiência em uma cidade do interior da Paraíba:

A prefeitura [...] criou uma lei pra o pessoal que anda de moto andar de capacete. Muita gente tá gostando, que é pra organizar a cidade, mas esse que tá gostando no dia em que ele for abordado e tiver sem capacete e for multado, ele vai ficar com raiva da polícia. Ele não fica com raiva da prefeita e do vereador, mas da polícia. Infelizmente é assim. A sociedade quer um país mais justo, critica os políticos de Brasília que rouba, mas a maioria [...] querendo ou não está contribuindo com a corrupção.

Michel versa sobre polícia e sociedade como se ambos fossem lados opostos que se repelem, sendo a sociedade, corrupta. A opinião de Michel sobre interação polícia-civis, apresentada na sua fala cima é completada na afirmação de que “polícia quando tá perto incomoda, quando tá longe faz falta”. Para o informante, “quando o povo precisa e que a polícia atende”, a população sai “falando bem da polícia, mas no dia que o camarada faz algo errado e é chamado, fica com raiva”. Guarde-se a voz de Michel, que será retomada adiante.

O informante Carlos, por sua vez, reproduz quase que na íntegra o discurso de seu companheiro. A população aceita a polícia quando é favorecida: “é aquela história: a Polícia Militar é igual a menino: quando tá longe o povo sente falta e quando tá perto, incomoda”, agrada “dois por cento e desagrada noventa e oito por cento da população”. Agrada, quando se precisa dela, mas “quando você arruma uma briga com seu vizinho e está errado e a polícia

chega lá pra mediar, e leva todo mundo pra delegacia”, os civis acham ruim, porque foram desfavorecidos.

Ora, Carlos e Michel sugerem que a população tem um duplo relacionamento com a polícia e aprova seu trabalho somente quando tira vantagens. Pensamento bem parecido é encontrado em Balestreri que sugere que a sociedade vê o policial sob duas perspectivas. Dada a complexidade do problema, vale ouvir o argumento do autor:

[...] a sociedade se escandaliza com episódios como os de Diadema porque, ao vê-los, imagina seus próprios filhos como vítimas potenciais. No entanto, aprova quando um policial fuzila, com um tiro na nuca, atrás de um furgão, um assaltante já algemado e imobilizado. Os policiais desatentos podem sentir-se os “heróis” desse clamor público, de uma sociedade onde os poderes, incluindo aí o Judiciário, funcionam muito precariamente. “Matou um bandido e fez a justiça que o sistema não faz”, diz o canto da sereia popular, que nem sempre é “a voz de Deus”. O policial, desesperado, às vezes desequilibrado e desesperado diante do clamor social, às vezes com tendências psicopáticas, pode dar ouvido a esse canto de sereia e sentir-se como dissemos, o herói. Enganado: será o anti-herói. A mesma sociedade que o empurrou para a violência vai temê-lo, ao invés de respeitá-lo, vai odiá-lo, por ser a sombra do que carrega de pior no seu inconsciente, vai isolá-lo, por que acreditou precisar do crime, mas não deseja conviver com o criminoso (BALESTRERI, 1998).

As vozes de Michel, Carlos e Balestreri alavancam uma série de problemas relativos à interação polícia-sociedade que extrapolam os limites deste trabalho. De seus argumentos, contudo, dois fatores são extraídos: primeiro, a idéia de que a população é corrupta; segundo, ela possui um relacionamento de dois gumes com a polícia: precisa dela pra fazer o trabalho ostensivo, mas quando esta ação recai sobre “um dos seus”, ela desaprova. As orações fazem a apologia da polícia, já que justifica-se a “querela” entre os grupos acentuando a corrupção civil. Isto é comum nos discursos dos policiais. Há que se pensar que se o conflito existe, os PM’s têm sua “parcela de culpa”. A corrupção policial é um fenômeno concreto, já problematizado neste trabalho nas pesquisas de Barcelos (2002) e Sá (2011). Neste sentido, é justo explicar o mal relacionamento da população com a polícia apontando somente os erros da primeira? Em momento algum do discurso dos informantes o problema foi pensado à luz das práticas ilegais dos PM’s, mas somente do comportamento dito errado da população.

O comportamento ambíguo dos civis com a polícia também é citado por Caldeira (2000) que tratando do crime na cidade de São Paulo afirma que os abusos da polícia contam com “significativo apoio popular”. A autora também destaca a relevância que os jornais policiais têm na “defesa da polícia”. Este tipo de jornal, o sensacional, por ter a Polícia Militar como uma de suas principais fontes de informação (NÓBREGA, 2014) tende a supervalorizar

o trabalho da polícia incitando a aversão da população à marginalidade e aos criminosos, tidos como a escória da sociedade.

Ora, não são todos os policiais que pensam sua relação com a população a partir das contendas. Cada soldado tem sua experiência com os civis. Se alguns destacam aquelas desagradáveis, outros dão primazia às prazerosas. A soldado Kátia, que hoje trabalha no setor administrativo da PMPB, guarda boas lembranças de suas ações na Patrulha Escolar:

Eu trabalhei na Patrulha Escolar e agente era muito bem recebido. O pessoal gostava quando a polícia tava por perto. Agente fazia patrulhamento nas escolas. Nós éramos muito bem recebidos. Dávamos palestras sobre drogas, tráfico. Lá tinha filhos de usuários, de traficantes, de presidiários (Kátia).

Outros informantes deste trabalho trabalharam na Patrulha Escolar, nas zonas urbana e rural de Campina Grande. Eles afirmaram sentir prazer no contato com crianças e jovens e acreditam que tal sentimento foi recíproco. Não se pode negar que há iniciativas da PM para melhorar seu relacionamento com a população. Além da Patrulha Escolar há o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas), projeto comunitário que a polícia brasileira incorporou da polícia norte americana, cujas ações são desenvolvidas nas escolas públicas, no ensino Fundamental. O Programa interage os soldados com as crianças em atividades preventivas contra as drogas e a violência. Segundo a informante Denize, a aceitabilidade da PM pelas crianças é considerável. Denize é monitora do PROERD e assim como Kátia destaca experiências felizes nos momentos de sua carreira militar dedicados à ação. O Oficial Alberto, também falando sobre o PROERD, diz que os PM's passam por um treinamento especial para atuar no PROERD e que não há palavras para descrever a satisfação que o soldado sente nos sorrisos das crianças que o programa atende.

O soldado Joel acredita que a polícia tem mudado seu comportamento em relação à população. Se a polícia de uma década atrás era truculenta, hoje ela inspira mais confiabilidade na população que não teme se aproximar do policial e estabelecer um diálogo com ele. Atitudes de policiais tais como “ficar com a cara fechada, não falar com ninguém, não dar um bom dia, tentar impor uma moral”, está sendo substituída pela conversa com a população: “o pessoal fala com agente, oferece café, chama pra conversar, diferente de uma polícia de há dez anos atrás”. Joel trabalha na Patrulha Rural e descreve uma realidade diferente daquela citada páginas atrás por Michel, que trabalhou em cidades do interior e por Carlos que percorre todo o estado na Força Tática. São cenários e públicos diferentes, cujo resultado são experiências diversas: ser policial da Força Tática, ou monitor do PROERD, ou dos destacamentos das cidades do interior; atuar na zona rural, na zona urbana, nos bairros

periféricos; interagir com crianças, idosos ou criminosos, são aspectos diversos que revelam as múltiplas faces da conexão da polícia com os civis.

O fato dos soldados terem experiências distintas com populações distintas é um fenômeno crucial para pensar sua relação com a sociedade. Para Carlos e Kátia, existe diferença entre policiar em bairros periféricos e bairros centrais de uma cidade, pois o modo como a PM é recepcionada nestes locais é diferente. Na percepção de Kátia, a população da periferia já vê a chegada da polícia como sinônimo de baculejo, pois “quando você passa, elas já olham meio desconfiadas, como se estivessem esperando abordagem”. Nos bairros centrais, ao contrário, “as pessoas nem olham pra você”.

De modo semelhante, Carlos, diz:

[...] a maioria das ocorrências que você atende é na periferia. No centro tem ocorrência também, mas a maioria é na periferia. Você estando na periferia o pessoal de lá já tem aquela aversão à polícia, aí diz: só vem aqui, só prende pobre [...], só que eles não vêm também as ações que acontecem no centro, mas a maioria dos delitos acontecem na periferia, geralmente com o pessoal pobre. É como diziam a gente no curso de formação: rico não tem Maria da Penha, não tem som alto, não tem briga de vizinho [...]. Em periferia só é o que se encontra. É por isso que a periferia tem mais aversão à polícia, porque tem mais ocorrência lá (Carlos).

A afirmação de que em bairro nobre não há violência doméstica, nem conflito de vizinhança é genérica, portanto questionável. Mais que isso, os alunos já saem do CFSD com uma concepção pré-formulada acerca da periferia. Carlos e Kátia sugerem que o policiamento na periferia de Campina Grande é marcado por sentimentos antagônicos, advindos de uma falsa impressão que os civis têm da Polícia Militar. Isto é comum no discurso dos policiais: a origem do conflito está sempre na população e não na polícia, ou seja, a apologia da instituição é constante. Os soldados pontuam suas desavenças com a instituição no momento em que falam de suas condições de trabalho, do relacionamento interno, de sua formação, mas na hora de falar de seus contatos face a face com os civis, as atitudes são de autodefesa. Seria porque, neste caso, eles falam de si mesmos?

Se há uma desconfiança dos civis em relação à presença dos soldados, há que se pensar qual sua causa motivadora. Há desconfiança, seguindo os passos de Carlos, porque há abordagens frequentes, ou seria medo dos civis, decorrente de um comportamento inadequado da polícia com a população destes bairros? Seria apenas uma impressão dos policiais que já saem do curso de formação com uma concepção pré-formulada dos bairros periféricos, como também sugere o discurso de Carlos?

Para os informantes, a relação da polícia com os grupos dos bairros periféricos é diferente porque lá é um lugar onde a polícia atua com mais constância e por causa disso recebem uma recepção diferenciada. A associação que os informantes realizam entre crimes e pobres não é um fato isolado e é objeto de estudo de Caldeira (2000), para quem os crimes “estão associados aos espaços que supostamente lhes dão origem” que são as favelas, os morros, enfim, os bairros periféricos. Ora, a fala do crime é acompanhada de “categorias preconceituosas” que o associam a pobreza, dando a impressão de que é nos bairros periféricos que está a origem dos males sociais (Ibid.).

Os soldados realizam constantemente a apologia da instituição, mas e a população, o que ela diz sobre a polícia? Pode-se destacar duas pesquisas realizadas recentemente no Brasil acerca da opinião da população sobre segurança pública. A primeira é uma pesquisa de opinião realizada pela Data Senado (BRASIL, 2012b), em 2012, que perguntou aos brasileiros o que eles acreditam ser a causa da criminalidade no Brasil. De cada região, cem civis foram entrevistados, além de entrevistas feitas em capitais, regiões metropolitanas e interior. Ao todo, 1.242 pessoas participaram. No Norte, de cem pessoas, apenas dezessete apontaram que policiais corruptos são a causa dos crimes; no Nordeste, quatorze; no Centro-Oeste, dezenove; no Sudeste, dezoito, e no Sul, doze. Desigualdade social e leis ruins foram as principais causas votadas pelos entrevistados. A corrupção policial ficou em terceiro lugar, posição de relativa significância no patamar das causas da criminalidade. Assim, polícia e civis se vêem como grupos corruptos.

A segunda é a Pesquisa Nacional de Vitimização (BRASIL, 2013e), realizada pelo MJ e divulgada em 2013, que perguntou aos brasileiros o seu grau de satisfação com o trabalho da polícia. Os entrevistados são vítimas de furto e roubo de automóveis, furto e roubo de motocicletas, furto e roubo de objetos ou bens, sequestro, fraudes, acidentes de trânsito, agressões, ofensas sexuais e discriminação, e que notificaram oficialmente à polícia o crime. A pesquisa revelou que a população da Paraíba está entre aquelas que menos notificam à polícia os crimes e ofensas que sofreram. Entre as capitais brasileiras a população de João Pessoa é a que menos deixa de reportar à polícia os crimes sofridos. Do pequeno grupo que prestou queixa à polícia na Paraíba, 65,6% afirmou estar satisfeito com a atuação da instituição, a maior taxa de satisfação do Brasil.

A polícia que para alguns grupos é responsável pela criminalidade é a mesma que satisfaz as expectativas de outras equipes que a procuram. As pesquisas não perguntam aos entrevistados sua opinião sobre a Polícia Militar, especificamente, mas do trabalho das policiais de modo geral. Contudo, a partir delas pode-se inferir que o olhar da população para



a polícia também apresenta suas ambigüidades e do mesmo modo que o PM tem experiências diferenciadas com grupos de civis distintos, a população também vivencia interações dessemelhantes com os soldados.

Experiências, portanto, dicotômicas; discursos que se contrapõem evidenciando a complexidade do tema polícia e sociedade. Os contextos de interação são diferenciados, dependendo dos atores, do público e do cenário. A identidade policial militar é constituída no interior da instituição, mas também “na rua”, no contato com aquilo que o CFSD ou interiorizou e que pode ter conseqüências arruinadoras na interação do PM com os civis - “na periferia só tem confusão” - ou não mostrou - o sorriso das crianças do PROERD - cujos resultados são soldados com experiências e saberes diferenciados acerca da realidade da Polícia Militar.

#### **4.4 “Agente sai de casa sem saber se vai voltar”**

O compromisso do policial com a instituição e a comunidade estadual é “fixado” no juramento que ele realiza na admissão à instituição. A instituição requer um profissional que além de ser obediente aos seus superiores e ter “conduta moral inquestionável” (PARAÍBA, 1977) ofereça, se preciso for, a própria vida em defesa da sociedade.

Diz o juramento:

Ao ingressar na Polícia Militar da Paraíba, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial militar, e a manutenção da ordem pública e a segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida” (PARAÍBA, 1977).

Não é comum encontrar instituições públicas, ou privadas que reivindicem o sacrifício de sua equipe em prol de uma causa. Isto é comum, sim, em instituições religiosas. Porém, na Polícia Militar, o soldado realiza a promessa de dar sua vida pela comunidade que lhe cabe proteger. Ora, os soldados possuem percepções antagônicas acerca de tal juramento. Este deixa claro: dar a vida pela comunidade. Contudo, as respostas dos soldados dão margem a uma dupla interpretação. Alguns dizem que dariam, ou não, a vida pela sociedade; outros afirmam que dariam, ou não, pela instituição. Para alguns, a decisão de “dar a vida” não parte de uma escolha individual, mas faz parte da própria lida militar que sujeita à morte constantemente; para outros, é uma questão de escolha individual.

Sair de casa para executar o trabalho policial militar por si só é um ato de colocar a vida em risco, pois em todos os dias em que está de serviço o juramento se faz presente para o soldado. Assim pensa Joel:

“A questão do juramento é o seguinte: quando saímos pra combater o crime, já estamos executando o juramento, este juramento [...]. Agente dá a vida em todo serviço. Agente sai de casa sem saber se vai voltar”.

Kátia diz que tal juramento, quando analisado é algo intenso. Pensa que a vida é o bem mais precioso do indivíduo. Acredita que na hora da ação o soldado só pensa em proteger, salvar, porém tem dúvidas em admitir se seria fiel ao juramento, em ação.

É muito forte, né? Você ter que dar o bem maior que você tem? Olha, se você analisar friamente, diz que não, mas quando você está na ocorrência, na situação, não pára pra pensar na hora que tem filhos, esposo, família. Você quer proteger, ajudar a salvar. Você esquece tudo ao seu redor, mas eu num sei dizer se na hora eu conseguiria dar a minha vida mesmo.

Cada soldado tem uma percepção da promessa. Alguns têm uma concepção mais filosófica, ou subjetiva, enquanto outros o vêem de modo mais prático. Ao falar do juramento, Silvio, Carlos e Michel chamam atenção para o fato da segurança no trabalho. A instituição, antes de cobrar que o soldado doe sua vida por ela, deve garantir os equipamentos de proteção necessários ao trabalho policial militar. Lembre-se que no momento em que falam das suas condições de trabalho, discutidas ainda neste capítulo, os soldados disseram que elas melhoraram. No entanto, quando discursam sobre o julgamento, reclamam a falta de tais instrumentos.

Michel, diz:

Esse juramento faz parte do curso. A polícia hoje deu uma melhorada só que tem certas situações, por exemplo, em uma cidadezinha que tem dois policiais, se o camarada [criminoso] for roubar os Correios, por exemplo, aí quatro, cinco pessoas num carro, e dois policiais numa viatura, tu acha que eles [policiais] vão arriscar a vida deles? Ou seja, pra que a polícia trabalhe a gente tem primeiro que ter segurança. Como é que agente vai dar segurança pra sociedade se agente mesmo não tem?

Carlos, com um tom de voz e uma expressão facial que denota indignação com a instituição, considera o juramento uma falsa devoção. Ele o vê como a promessa de dar a vida por uma instituição que não valoriza seus constituintes. Cita o Conselho de Disciplina da Polícia Militar, que pune os militares por transgressões disciplinares.

Eu acho [o juramento] uma hipocrisia. É engraçado: pra nós, Praças, temos que dar a vida pela Polícia Militar. E a Polícia Militar dá a vida pelas Praças? Não dá. Se você for parar no Conselho de Disciplina lá em João Pessoa são cinco Coronéis querendo que você seja excluído. Como é que você vai querer dar a vida por isso? Por uma instituição que se um dia você cometer um deslize, você vai ser punido ao máximo da pena. Todo mundo comete deslizes, você vê aí no noticiário nossos representantes [...] envolvidos em roubo e comprovado que roubaram dinheiro público e não dá em nada. Na Polícia Militar se você cometer um deslize, se eles pudessem colocar você numa cadeira elétrica eles colocavam, entendeu? Então eu acho que aquilo ali é uma hipocrisia.

Carlos responde a pergunta conduzindo sua resposta para a insatisfação que sente no relacionamento entre Praças e Oficiais. O conflito permeia a vida do soldado na instituição. Questionado acerca da frequência com que soldados são submetidos ao Conselho de Disciplina, o informante diz que quase diariamente saem nos boletins de ocorrência (BO) da PM, o nome de Praças, punidas por motivos de indisciplina. Carlos não foi o único soldado a mostrar indignação com as punições sofridas pelos soldados por falta de disciplina. Renata e Denize, quando discursaram sobre o CFSD destacaram que na PM os soldados são punidos, muitas vezes “por motivos banais”. Ora, Soares (2014) vê os códigos disciplinares das Polícias Militares como “medievais”, “absurdos”, que “ferem os Direitos Humanos” e cuja “constitucionalidade deveria ser contestada”, pois penalizam os soldados por coisas corriqueiras, tais como “o cabelo grande, o coturno sujo e o atraso”, e fecham os olhos para crimes tais como extorsão e tortura, cometidos por PM’s. O regime de disciplina a que os soldados são obrigados é gérmen de revolta, cujo resultado é um indivíduo descontente com a instituição e mal preparado para atuar com os cidadãos.

A questão da segurança no trabalho também é destacada na fala de Silvio que diz dar a vida pelos civis. O policial não quer “resolver os problemas do mundo”, mas “tenta ser mais prático e mais preciso e procura errar menos”, dar um retorno positivo de seu trabalho para a população. A segurança do cidadão é aquilo de que o PM entende, mas ele tem que ter também a segurança no trabalho, ter esse cuidado: “é pensar em si, no companheiro que tá ali e no civil”.

A promessa é rejeitada por outros soldados que afirmam veementemente não valorizá-la. Renata pensa na instituição e diz que não daria mais sua vida: “por falta de reconhecimento, como eu já disse e repito novamente, as leis e o próprio estado não nos ajudam. Nós recebemos insuficiente para o que fazemos”. Ao dizer que não doa sua vida, Denize pensa na população e diz que esta não é merecedora de sua morte e que na hora do juramento, cruzou os dedos para não firmar o ato. Desse modo, na solenidade da formatura do CFSD, antes

mesmo de iniciar o trabalho com a população, a informante já apresentava uma concepção pré-formulada da relação civil-soldado, que a fez cruzar os dedos. De onde ela trouxe tais pré-noções: dos policiais com quem conviveu na infância, já que ela é um dos soldados que entraram na PM por influencia familiar? Do CFSD?

O que a promessa de doar a vida pela segurança pública revela? O que leva uma instituição pública a impor tal condição a seus servidores? Pode-se pensar a questão à luz de Mary Douglas (1985, p. 17) segundo a qual “quem deve ser salvo e quem deve morrer é decidido pelas instituições”.

Fazendo uma análise da teoria da justiça, a socióloga afirma que o que é justo e o que deixa de ser justo é decidido pelos estabelecimentos e não pelos indivíduos em decisões particulares. As instituições pensam, classificam, esquecem, decidem quem vai morrer. Elas são resultado da harmonização dos pensamentos dos indivíduos, que “tomam decisões a partir das instituições que constroem” (Ibid. p. 170).

Seguindo este raciocínio, o juramento da Polícia Militar seria resultado de escolhas de indivíduos que juntos criaram e selecionaram uma instituição específica, cujos atores que a constituem tem a tarefa de doar sua vida pelos outros. Doar, ou não sua vida, não é resultado de uma escolha particular, mas uma condição imposta pela instituição. Neste sentido, poder-se-ia pensar como Joel e Silvio segundo os quais a própria condição de PM, ou seja, de sair de casa, de atender uma ocorrência, em outros termos, de estar na instituição já é praticar o juramento.

#### **4.5 “As condições de trabalho têm melhorado”**

Não é preciso muito esforço para constatar que em qualquer instituição pública, ou privada, as condições de trabalho estão entre os elementos primordiais para uma boa prestação de serviço. Se quase todos os entrevistados afirmaram querer sair da polícia, possivelmente este sentimento está atrelado às condições de trabalho, fonte de insatisfação dos soldados. Algumas expressões são comuns na fala dos informantes e podem ser classificadas em três momentos: tais condições melhoraram muito, quando comparada há alguns anos atrás; há equipamentos de trabalho, mas falta gerenciamento de qualidade, e faltam recursos humanos na PMPB.

De acordo com Saulo “as condições de trabalho têm melhorado com o atual governo”, mas ainda falta efetivo: “são poucos homens pra muito serviço”. Saulo não é o único a pontuar a falta de efetivo, pois Silvio também o faz, acrescentando que tal carência é peculiar a toda instituição pública.

Desde que eu entrei, do curso de formação até agora, que se fala: armamentos novos, fardamentos, viaturas. Hoje há uma condição bem melhor [...]. Recursos humanos é uma deficiência que sempre vai requerer. Se imaginarmos, hoje, a polícia, a Polícia Civil, o próprio magistério, na área da educação está faltando professores, então essa é uma deficiência que não vai se acabar nunca. Há só um paliativo, né? (Silvio).

Na Paraíba, o efetivo da PM gira em torno de dez mil policiais, aproximadamente um PM para grupos de quatrocentos cidadãos (BRASIL, 2013c). Como foi demonstrado, o último concurso público para o CFSD foi em 2008 e há previsão de concurso público para 2014, para preencher, ou pelo menos diminuir a deficiência de recursos humanos da instituição. Não só a falta de policiais, mas a má gerência dos equipamentos de trabalho é um reclame dos entrevistados e fonte de bloqueio de um serviço de qualidade. Silvio diz que há equipamentos para o trabalho, no entanto, quando eles sofrem desgastes demoram a ser restaurados. Há “armamentos, coletes, viaturas”, mas a “dificuldade é gerenciar”. Todo tempo “tem que ter viatura pronta para uma operação, ou efetuar uma prisão”. Como “a demanda é grande”, e os serviços de conserto são feitos por órgãos que o estado terceiriza, os soldados tem que esperar.

Kátia, segue o mesmo raciocínio e assegura que chegaram armamentos, viaturas e coletes que estavam em falta. A soldado acredita que entrou na polícia numa época “bem melhor em relação ao que se fala sobre ela antigamente”. Kátia, que hoje está na administração, trabalhava na Ciclo Patrulha e diz que havia “dificuldade de manutenção de bicicletas” e os equipamentos que os soldados solicitavam demoravam muito para chegar: “acho que toda instituição pública convive com estas dificuldades, né? Lá eu via muita dificuldade de manutenção”.

Condições de trabalho inadequadas para a polícia aparenta não ser um problema local, mas nacional. Balestreri (1998, p. 16) em sua experiência com segurança pública no Brasil afirma: “de maneira geral, o salário oferecido é injusto, os prédios, mobiliário, veículos, armas e equipamentos, insuficientes, antigos e/ou em situação de quase abandono pelo(s) governo(s). os informantes deste trabalho afirmaram que na Paraíba o governo estadual investiu em equipamentos e viaturas, além de investimento em recursos humanos, já que lançou, em abril de 2014, concurso para novo CFSD.

Michel, que já policiou em cidades do interior da Paraíba, chama atenção para as condições precárias dos destacamentos da PM. Sua crítica, neste aspecto, não se dirige somente ao setor administrativo da PM, mas às prefeituras, pois, geralmente, são os prefeitos

que cedem prédios públicos municipais para servir de destacamento aos batalhões. Os destacamentos são unidades locais de atendimento da PM, em cidades que não possuem batalhão, delegacia, nem companhia. Abrigam, em média, de três a cinco, ou mais PM's por unidade, isto nas cidades do interior.

Michel afirma:

Nos batalhões as instalações são boas. Agora, a questão do destacamento, tem destacamento que é uma seboseira. O prefeito pega e bota qualquer coisa [para servir de local para os PM's] e infelizmente agente é sujeito a ter que ir pra ali. Agente tem locais que, pelo amor de Deus, dá até nojo.

Com uma expressão facial e vocal que denota insatisfação, o informante acrescenta que em algumas cidades, “quando o prefeito tem uma boa amizade com a polícia” fornece um local descente para os soldados. Contudo “quando pega uma cidade que o prefeito não tá nem aí”, o policial sente as conseqüências das péssimas instalações. O discurso de Michel está de modo muito estreito relacionado ao que Luiz Eduardo Soares (SOARES, 2014), que foi Secretário de Segurança Pública do Brasil, chamou de conseqüências das “deficiências” do artigo Constitucional 144, que não inclui nas atribuições dos municípios a responsabilidade pela segurança pública. “O peso” da segurança, que são as polícias Civil e Militar fica “nas costas” dos estados federativos. O aumento da responsabilidade da União e dos municípios com as polícias faz parte das demandas pela reforma da segurança pública brasileira. De que modo cobrar dos prefeitos instalações descentes de apoio aos policiais militares se eles estão isentos deste encargo? Livres de tal responsabilidade, as prefeituras concedem prédios em péssimas condições estruturais para servir de destacamento aos PM's. Se não há obrigatoriedade legal, não há fiscalização, nem cobrança.

Alguns soldados atentaram para a remuneração, tal como Carlos, Renata e Joel. Os dois primeiros enfatizam a diferença salarial entre Praças e Oficiais, que seria gritante.

Carlos afirma:

Então é o Praça quem mais leva martelada, porque os benefícios, tudo que tem de benefício maior são para os Oficiais, que na realidade são tipo os cabeças pensantes, que eles tem essa idéia de que só quem pode pensar são os Oficiais e as Praças são para executar. [...] Aí assim, isso desmotiva. Eu não conheço hoje um Praça, na Paraíba, que esteja satisfeito com a Polícia Militar. Pra completar, tem a questão de que você não tem reconhecimento principalmente financeiro, e isso vai desmotivando, desmotivando, desmotivando (Carlos).

Comparar Oficiais e Praças é um fenômeno recorrente entre os soldados. Observe-se que a frase de Carlos segundo a qual os Oficiais acham que somente eles pensam e as Praças

executam, já foi contrariada por um Oficial da PM páginas atrás. De todo modo, a falta de salários justos é causa não só de desmotivação, mas de desejo de querer sair da PM. Na Pesquisa Perfil lançada em 2013 (BRASIL, 2013c), o MJ apontou que o salário de um Coronel da PM, na Paraíba, pode ser quatro vezes maior que o de um soldado. A diferença de salários não é um fenômeno local, mas permeia quase todas as PM's do país.

Renata, destaca a falta de remuneração adequada e também benefícios trabalhistas que o soldado não tem e que, segundo ela, é motivo de busca de trabalhos extras. Para a informante os soldados precisam dos plantões extras porque sua remuneração é insuficiente. “Normalmente parte dos policiais tem outro serviço, em outro local”. Além disso, o PM não recebe benefícios tais como Risco de Morte, Insalubridade e Plano de Saúde. Acrescenta que com os Oficiais isto não acontece, pois, por exemplo, “tem um Tenente aí que é Segundo e vai passar a Primeiro, aí já tem um aumento de mais de mil reais”. O aumento de salário das Praças, quando ocorre, não ultrapassa “duzentos reais”. O informante Joel também acredita que a PM é “muito mal remunerada”.

Soares (2014) afirma que, no Brasil, salários insuficientes e condições de trabalho inadequadas para os policiais militares tem como consequência a adesão ilegal ao segundo emprego, fenômeno comum na polícia, que geralmente encontra apoio na segurança privada informal. No Brasil, os soldados lutam por salários justos que foi requerido pelo projeto de lei PEC 300 “que criaria um piso salarial nacional, com base no que se paga no Distrito Federal” (Ibid.). O projeto não “virou lei” e os soldados continuam insatisfeitos com suas condições trabalhistas.

Durante as entrevistas, os discursos dos soldados mais pareceram um “desabafo” acerca de suas contrariedades com a instituição policial militar. As críticas foram muitas e das mais variadas naturezas. Por fazer parte de uma instituição criada em similitude com a organização e os valores do exército, os soldados aparentam não ter a quem expor, de forma legítima aquilo que lhes incomoda na instituição já que, entre outros fatores, são proibidos, pelo estatuto da PM (PARAÍBA, 1974) de fazer sindicalismo, o que até certo ponto os impede de lutar pelos seus direitos. Possivelmente, a presença da pesquisadora e de sua pesquisa representou uma possibilidade do soldado falar e ser ouvido.

Outro fator de descontentamento do policial com suas condições de trabalho é que na Paraíba o policial não recebe Risco de Morte. Tal fenômeno, dito por vários informantes, pode ser encerrado na voz de Carlos:

[...] como é que o cara vai se matar de trabalhar, de arriscar sua vida se nem receber Risco de Vida agente recebe? Tem profissional aí que não corre a metade do risco de vida que agente corre e recebe Risco de vida. Eu sei que é um direito deles, mas agente devia ter também.

Segundo estatísticas da SENASP o salário do soldado, na Paraíba, está entre os menores do país. Suas condições de trabalho também não se classificam entre as melhores. Ora, em média, 70% dos profissionais da segurança pública brasileira estão insatisfeitos com o modelo de Polícia Militar estabelecido pelo artigo 144 da Constituição (SOARES, 2014). As causas são diversas. Entre elas, como já foi dito, o fato da União obrigar os governos estaduais a serem responsáveis pelas polícias Cíveis e Militares, onde se “concentram as mais importantes atribuições” das polícias. A responsabilidade pela segurança pública fica acumulada “nas costas” dos governadores que pouco recebem ajuda do Governo Federal para gerir as polícias. Acrescente-se a isto o fato dos policiais reclamarem o direito à greve, ao voto e ao segundo emprego, atribuições de caráter militar recaídas sobre os policiais (Ibid.). Há que se acrescentar à fala de Soares (Ibid.) que a citada insatisfação dos soldados não é relativa somente a fatores externos à instituição, tais como a legislação, mas também a circunstâncias internas, ou locais, tais como a falta de estrutura dos batalhões.

#### **4.6 “Toda instituição tem uma hierarquia”**

As instituições selecionam, rotulam, atribuem o lugar que cada ator ou grupo possui na ordem das classificações (DOUGLAS, 2004). Elas dizem o que está correto, ou errado; o que é bom, ou ruim, qual o papel que cabe a cada ator representar e como deve ser representado, etc., tudo de certa forma “roubando uma parte da independência do indivíduo sobre seu mundo”. A Polícia Militar classifica os policiais pelo lugar que ocupam na hierarquia institucional. Ser Praça, ou Oficial é resultado de uma seleção que estabelece o lugar que cada PM ocupa no estabelecimento: o de subordinado, ou o de dominador.

O relacionamento entre equipes, dentro ou fora de uma instituição, pode ser marcado por conflitos, ou tranquilidade. Estudando relacionamentos interpessoais dentro de algumas instituições do tipo “Totais”, Goffman (1974) articula que grupos diferentes podem não se interpenetrar, o que é motivo de fofocas, estereótipos, falta de respeito e de comunicação, enfim, conflitos internos. Na Polícia Militar, o relacionamento entre Oficiais e Praças, ou outros grupos, tais como os policiais mais velhos e mais novos é marcado por algumas desavenças. Alguns fatores justificam a insatisfação das Praças com o grupo que lhes é superior, a citar, regalias relativas ao trabalho e mau uso de poder.



Carlos acredita que existem duas polícias: a dos Oficiais e a das Praças. Ele classifica as Praças como o grupo frágil da instituição que por ser subordinado é tratado de forma desigual.

É como eu lhe disse anteriormente, são duas polícias. No meu curso tinha um Capitão que ele nos dizia o seguinte: se eu pegar vocês falando com um soldado antigo, com Cabo, ou com Sargento, vocês tão “fudidos” comigo. Os Oficiais acham que são seres superiores. Os fracos são os inferiores que só são para balançar a cabeça de forma afirmativa e executar o que foi mandando por eles. Existem cinco, ou seis, num grupo de cem Oficiais que respeitam o Praça [...], que tratam as Praças como tem que ser tratadas, como irmãos, como pessoas da mesma instituição, mas o restante eles tratam como se fossem estranhos, como se fossem pessoas que tão ali só pra varrer o chão que eles pisam e pronto (Carlos).

Em quase todas as respostas que pronunciou na entrevista, Carlos pontuou sua querela com os Oficiais. Não somente ele, mas como foi apresentado durante todo este trabalho, outros informantes também o fizeram. Os soldados se auto intitulam grupo fraco, inferior que reclama igualdade de tratamento - dada a impossibilidade, já que a instituição tem a hierarquia como sua característica fundamental. Quando Estatuto da PMPB (PARAÍBA, 1974) cita companheirismo, ou camaradagem como um dos valores importantes da instituição, seria isto que os soldados reivindicam?

Renata mostra insatisfação com o comportamento dos Oficiais com as Praças e cita o Conselho de Disciplina como um tipo de oportunidade que os Oficiais têm para revelar seu poder. Renata foi questionada pela pesquisadora que perguntou: Se um Oficial apontar um erro que um Praça não cometeu, o que acontece? A resposta é instantânea. Antes mesmo da pergunta terminar, a soldado já balançava a cabeça acenando de forma negativa, dizendo:

Oficial não erra! Oficial não erra, ele jamais erra! Não há um diálogo. Num crime militar, ou numa transgressão militar que tem que passar por eles, nessa hora aí eles se revelam Oficiais. [...]. Na prática mesmo existe essa diferença.

Tal disparidade entre grupos “acaba com a polícia”, complementa a informante. Toda mudança que ocorre na instituição “quem está à frente são os Oficiais, aí fazem pra benefício deles”. O Clube dos Oficiais é exemplo disto. Através do Clube os Oficiais já receberam “até plano de saúde”, mas não deram nada para as Praças, conclui Renata. Aquilo que foi motivo de desagrado quando se falava das condições de trabalho, novamente ressurge nos discursos dos PM’s. A instituição gira em torno da diferença entre Postos e Graduações. O mundo do

soldado é uma esfera dividida entre o lugar que ocupam e o lugar daqueles que estão acima deles.

A relação entre Oficiais e Praças na polícia pode ser pensada à luz da teoria de Goffman. Para o autor, as instituições Totais geralmente dividem-se em dois grupos: o menor que é a equipe dirigente, grupo controlador, e o maior, os subordinados. Cada grupo concebe o outro através de “estereótipos limitados e hostis”, os subordinados “muitas vezes vêem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos”. A equipe dirigente destes estabelecimentos, “tendem a se sentir superiores e corretos” enquanto os subordinados os “tendem, pelo menos em alguns aspectos, a se sentir fracos, inferiores, censuráveis e culpados” (GOFFMAN, 1974, p. 19). A distância entre os grupos é considerável. Em muitos aspectos há restrições de informações que a equipe dirigente impõe aos subordinados. No exército, por exemplo, o destino da viagem dos soldados pode ser ocultado. Nisto “desenvolvem-se dois mundos sociais e culturais diferentes, que caminham juntos com pontos de contato oficial, mas com pouca interpenetração” (Ibid. p. 20).

O informante Michel afirma que existe tal relacionamento conflituoso entre Oficiais e Praças, mas que ele vem mudando porque os segundos se tornaram mais informados acerca de seus Direitos. O informante exemplifica o que significa “o Praça bem informado de hoje”:

Hoje em dia o policial é bem informado [...]. Por exemplo, lá na Cavalaria o caminhão que leva os cavalos tem a cabinezinha atrás da cabine do veículo, onde os policiais antes “iam”. Só que por lei não pode ir passageiro colado com a cabine dos animais. E se [o Oficial] me mandar ir: você vai? Eu vou, só que ali na frente eu ligo pra [polícia] Federal e peço pra eles virem apreender o carro, pois não pode andar com o veículo assim, entendeu? Ou seja, querendo, ou não o camarada [Oficial] pára: “perai” o camarada [Praça] é informado.

O discurso do soldado sugere que a afinidade entre os dois grupos é marcada por dois períodos. Assim, no mais antigo, os soldados não questionavam as ordens de seus superiores, ainda que estas ferissem seus direitos; atualmente, os soldados conhecem e reclamam seus direitos, mesmo na posição de subordinados. Ora, as Praças de “antigamente” eram desinformadas e faziam tudo o que os Oficiais mandavam? O que diria um Praça mais velho acerca do juízo de Michel?

Não são todos os soldados que classificam como conflituosa a interação entre Postos e Graduações. Saulo assinala como positiva a relação entre os grupos e para ele “há uma diferença salarial e de regalias, mas de contato pessoal é muito bom”. Silvio também analisa como positiva tal interação, pois, segundo ele, não tem o que reclamar dos Oficiais com os

quais teve contato nos seus anos de profissão. Kátia reconhece que existe na PM uma distinção visível entre Postos e Graduações, mas isto não é motivo de surpresa, já que toda instituição tem seu grau de hierarquia. Sua experiência com Oficiais, até então, é positiva.

Toda instituição tem uma hierarquia, né? Eu acho que na Polícia Militar essa hierarquia é mais forte. Existe uma distinção muito grande entre Oficiais e Praças, mas como tenho pouco tempo de polícia não tenho nada a reclamar, por enquanto (Kátia).

A presença do militarismo na polícia não foi pergunta direta dos questionários, mas emergiu na fala de vários entrevistados como um fenômeno atual. O informante Saulo diz que a Polícia Militar “ainda é um sistema de controle, porque para a sociedade civil a ditadura acabou, mas para os soldados que vivem dentro da instituição, a ditadura permanece”. Os termos militarismo e ditadura não aparecem nas perguntas, surgem nas respostas dos soldados em conflito com o tratamento que lhes é dado no estabelecimento.

O militarismo surge, então, como fato que permeia a identidade dos soldados; perpassa sua vida na polícia e se constitui elemento indissociável de estudo da identidade do grupo. O fenômeno é fonte de estudo de pesquisadores da segurança pública e motivo de “contenda” entre polícia e Direitos Humanos. A experiência de Soares (2014) com segurança pública revela que a Polícia Militar, ao contrário do que comumente se pensa, não é um órgão somente subordinado ao Governador. A responsabilidade sobre a PM recai sobre o governo estadual e o exército, tudo embasado legalmente<sup>17</sup>.

Nestes termos, o exército controla e coordena a PM, enquanto as secretarias de segurança estaduais orientam e planejam suas atividades. Há, portanto, “duas cadeias de comando” na polícia. A consequência disto é uma confusão acerca de suas funções, que não são as do exército, mas que está organizada como um pequeno grupo de guerrilheiros, cujas consequências são desastrosas, entre elas, a insensibilidade no contato com a população (Ibid.) e, acrescente-se, fonte de frustração dos soldados com a instituição.

As relações interpessoais na PM são aquelas entre dominados e dominantes. Aqueles que estão no poder gozam de sua posição para subjugar os subordinados. Páginas atrás, Denize afirmou que viver o militarismo não é uma coisa boa. Junte-se a isto sua outra fala que diz que o militarismo é uma arma que beneficia os Oficiais.

O militarismo é uma carta na manga de quem tem o poder. Eu estou aqui calada, mas seu eu fizer alguma coisa errada, e num precisa nem ser errada,

---

<sup>17</sup> Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983; Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969; Decreto-Lei nº 1.406, de 24 de junho de 1975; Decreto-Lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983 (SOARES, 2014).

mas que fira o gosto de alguém superior, aí ele vai utilizar o militarismo. Por exemplo, fumar no ambiente militar é proibido, mas tudo mundo fuma. Mas, se um superior não simpatizar com você e descobrir que é fumante ele pode te punir.

Ora, o comportamento dos Oficiais é ambíguo. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, nas idas e vindas nos batalhões eu tive contato, em média, com oito Oficiais, entre Comandantes, aqueles que me receberam e outros que fazem parte do setor administrativo e prestaram informações. Todos os encontros e diálogos foram regados de muita receptividade e cordialidade dos Oficiais, cujos comportamentos foram motivadores para a realização da pesquisa. As entrevistas com os soldados foram tranquilas, sem transtornos, ou inconvenientes que pudessem comprometer a qualidade do trabalho. O fato se deve, em grande parte, à colaboração dos Oficiais com a estudante. Se os atores manipulam impressões de acordo com cenários e públicos diferenciados, as atitudes dos Oficiais com soldados e pesquisadora revelam impressões inversas cujas intenções podem estar dentro, ou além da instituição.

Os soldados não só recebem uma educação cuja base são os valores do exército como também depois de serem formados são subjugados a um regime militarista que regula suas ações dentro e fora da instituição. Este fenômeno da Polícia Militar, dito mais uma vez, atravessa os diálogos com a pesquisadora e conteúdo experiencial de pesquisadores que conviveram com a realidade da segurança pública brasileira. Do mesmo modo que Soares (2014), Balestreri (1998), acredita que a Polícia Militar nada tem “a ver” com o exército, contudo reconhece que os valores e práticas da segunda estão incrustados na primeira. A reforma da segurança pública no Brasil passa por esta discussão. Para Soares tal reparação é, antes de tudo, Constitucional e deve começar com o “rompimento do cordão umbilical” que liga a PM ao exército.

#### **4.7 “minha família gosta” e “minhas amizades diminuíram”**

Pensar a identidade policial militar é tratar do soldado não só na sua relação com a instituição, mas também com a população, cuja proteção é sua finalidade, e com seus amigos e familiares, que são alguns dos outros atores com quem os soldados representam outros papéis.

Pensado à luz de Goffman (1985), o indivíduo é um ator que representa diversos papéis, em cenários diferenciados, mudando as representações conforme os cenários e atores para os quais representa. Na PMPB, os soldados carregam, em cenários que não os de seu

trabalho, a identidade militar e isto afeta sua interação com outros atores, podendo firmar e enfraquecer laços afetivos.

Silvio alega que sua família o aceita como soldado porque seus familiares já eram da polícia. Do mesmo modo, Denize diz: “a minha família gosta bastante. Pelo fato de já ter militar na minha família era da vontade deles que eu me tornasse também”. Assim, quem possui militares parentes está propenso a ter seu trabalho aceito pela família. Carlos, que não tem parentes militares, diz que sua família admira seu trabalho, embora perceba que não é do agrado de sua mãe.

Minha família se orgulha de mim [...]. Minha mãe nunca disse que não queria, mas quando eu saio de casa ele faz as preces dela pra que tudo dê certo e às vezes eu sinto que ela não queria aquilo não, que ela queria uma coisa mais tranqüila, mais sossegada (Carlos).

Apesar de Kátia ser casada com um PM, seus outros familiares não acham “muito legal, mas “perigoso” o seu trabalho. Do mesmo modo, diz Joel: “realmente, nenhum deles gosta não: pela minha família, eu não estaria aqui”. O que revela o sentimento dos familiares dos soldados acerca de sua profissão? O que contam os soldados acerca do seu dia-a-dia? Se os soldados assumem com os familiares as mesmas posturas críticas assumidas diante da pesquisadora, o comportamento dos segundos é justificável por ouvir as angústias dos soldados com sua profissão. Por outro lado, aqueles que não vêem com bons olhos a profissão militar podem possuir esta postura por já ter uma experiência desagradável com outros PM’s, ou ter visto algum amigo, ou parente passar por uma, ou mais circunstâncias que podem levar alguém a não gostar da Polícia Militar, como será visto a seguir, na fala de Michel.

Segundo Michel, seu pai tinha uma visão negativa da PM por ter tido um problema antigo com a instituição, que o soldado não cita. Ao participar da festa de formatura do CFSD do filho, o pai adquiriu outro posicionamento frente à instituição e viu que ela não é o “bicho que a sociedade às vezes inventa”. Em seguida, acrescenta:

Meus amigos, a maioria não gosta, a minoria gosta. Porque alguns dizem que não gostam mas no fundo no fundo precisa, faz comentários. Porque tem aquela coisa: tem uns que não gostam porque não entrou [na polícia], outros porque já fizeram alguma coisa e já foram abordados de uma forma truculenta aí já tem raiva, entendeu? Tem uns por questão de namoro que não deu certo, então assim, cada um sempre tem uma coisinha (Michel).

Boa parte dos entrevistados deste trabalho afirmou que a população tem um relacionamento de dois gumes com os PM’s. Isto foi repetido neste capítulo mais de uma vez

e continua renascendo nos discursos, nas respostas a diferentes perguntas: a sociedade é quem “vê a polícia como um bicho de sete cabeças”. Ora, o próprio soldado admite que tem amigos que não gostam da PM porque cometeram uma arbitrariedade legal e sofreram uma reação truculenta dos policiais. Isto por si só é motivo de repensar o que alguns soldados disseram acerca da relação polícia e sociedade, fazendo a apologia da primeira e “condenando” os cidadãos.

A camaradagem deve ser posta para segundo plano quando se trata de realizar o ofício de soldado, pois o fato de alguém ser amigo, não significa que “mereça proteção” no caso de uma transgressão à lei. Assim pensa Carlos:

Tem alguns que dizem: ele é seu amigo, mas se você fizer alguma coisa errada ele tem que lhe prender. Claro que sim. Claro que tem que ser preso. Lá no Código Penal não diz que por ser meu amigo isso vai ser atenuante [...]. Ali eu sou como um executor do que está escrito na Lei e a pessoas não entendem isso. Entendem que por ser meu amigo eu tenho que agir com camaradagem.

Mais uma vez, a sociedade é apontada como corrupta: que espera usar o PM para tirar vantagem própria. Alguns amigos de Carlos, por causa dos laços afetivos que os unem, desejam que o policial “drible a lei” para beneficiá-los. A concepção que o soldado tem acerca da sociedade é que esta tenta corromper a polícia de forma ininterrupta, em diversas situações. O tempo inteiro polícia e sociedade estão de lados opostos, o policial a favor da lei, a população contra ela. São inimigos, portanto? Pensado à luz dos soldados, eles estão sendo pagos para proteger uma população cuja moral é questionável e que não aprecia o trabalho da polícia.

A vida social do soldado muda depois que ele entra para a polícia, ou por dedicação ao trabalho, ou por mudar sua visão acerca de alguns contextos sociais. As amizades de Renata “diminuíram bastante, por uma questão social”. Ela diz que pelo fato de “viver mais pro trabalho”, não tem a “vida social que tinha antes”. Joel fala que nenhum de seus amigos se afastou dele. Ao contrário, ele se afastou dos amigos e começou a observar a sociedade com olhar diferente. Parou de freqüentar lugares, de ter contato com algumas pessoas, de fazer coisas que fazia antes: “agente começa a enxergar perigo onde não via antes”. O perigo, então, passou a ser a sociedade? Totalmente inverso é o depoimento de Kátia: “meus amigos acham o máximo, acham muito legal. Ninguém se afastou de mim, pelo contrário, houve uma aproximação das pessoas”.

De todo modo, a identidade de soldado interfere nas suas relações afetivas, seja com familiares, seja com amigos. Quando a vida do soldado fora da instituição é afetada isto seria

resultado de valores interiorizados no CFSD, ou depois dele, sobre a sociedade? O que leva o soldado a enxergar perigo nos locais que freqüentava antes de ser soldado? O ator transfere componentes de sua dramatização militar para outras representações na medida em que deixa de ir a lugares, de falar com pessoas, se afasta de amigos?

#### **4.8 Uma “instituição eminentemente masculina”**

A Polícia Militar é uma instituição masculina. Como foi exposto no primeiro capítulo, as mulheres representam uma pequena parcela do efetivo da PMPB e a SENASP diagnosticou que este fenômeno está presente em todos os estados brasileiros. Observando a totalidade dos efetivos das PM's brasileiras mais de 90% são Praças. Destas, 53,1% são Soldados, 20,4% Cabos, 19,4% Sargentos e em média 2% Subtenentes. Os Oficiais correspondem a 8% do efetivo. Entre eles, 38% são Tenentes, 27% Capitães, 14% Majores, 7,3% Tenentes Coronéis e 2,5% Coronéis. Em todos os estados, o número de homens representa 85% do contingente da instituição (BRASIL, 2013b, p. 14).

A participação das mulheres na Segurança Pública brasileira ainda é tímida e é fato recente, já que a admissão das mulheres nas polícias Cíveis e Militares se deu na década de 70 e foi ampliada a partir de 80. Vários fatores contribuíram para isso, dentre os quais a necessidade de uma humanização da polícia no pós-ditadura militar (BRASIL, 2013). Na Paraíba, as mulheres entraram na Polícia Militar em 1987, ou seja, a menos de trinta anos.

Através de um estudo intitulado “Mulheres na Segurança Pública”, divulgado em 2013, a SENASP mostrou que por possuir mais de 80% de seus servidores do sexo masculino, as polícias não estão preparadas estruturalmente - recursos físicos, humanos, políticas públicas - para proporcionar condições de trabalho de qualidade às mulheres policiais. O estudo também mostrou que as relações entre mulheres e homens na polícia são marcadas por conflitos que deixam as primeiras em desvantagem, não só em relação às condições de trabalho, mas sobretudo nas interações entre os grupos.

Na PMPB, os homens vêem seu intercâmbio com as mulheres como tranquilo, mas nem todas as mulheres concordam com isso. Os argumentos de Carlos, Joel e Kátia são bem parecidos. “Os homens respeitam bastante as mulheres”. Contudo, existem aquelas policiais “que procuram intimidade” com os homens e disso decorre o fato que muitos PM's se casam. Se houve casamento é “porque houve uma liberdade deles se entrosarem”, mas se a mulher “não der esse tipo de liberdade”, nenhum homem se atreve a procurá-las: “todas são respeitadas”. O “dia-a-dia entre os grupos é igual. Obviamente “existe uma estrutura mais aberta ao homem em relação ao trabalho”, já que em algumas bases de polícia faltam

alojamentos femininos e banheiros separados, por exemplo, “mas o tratamento é o mesmo”. Assim, o relacionamento das mulheres com homens é “salutar”. Se a mulher “se der ao respeito” é respeitada.

As expressões “se a mulher se der ao respeito” e “se a mulher não der este tipo de liberdade” sugerem que o respeito à mulher, na polícia, depende de suas próprias atitudes. Seguindo este raciocínio, os homens não tomam iniciativas de assédio, conquista, desrespeito, gracejos, etc. A conduta da mulher é quem tem o poder de ou coibir, ou incentivar este tipo de comportamento. As estatísticas do MJ contrariam tais discursos.

Segundo a SENASP, os obstáculos que mulheres enfrentam nas polícias são de naturezas diversas, cabe salientar, quatro deles revelados pelos informantes deste trabalho, a saber: o esforço de ter que provar para os homens que são capazes de fazer as mesmas tarefas; o sistema de cotas; a falta de estrutura das UOP's, e o aparente preconceito de alguns homens em trabalhar ao seu lado.

Um inventário dos obstáculos colocados às mulheres nas instituições de segurança pública mostra que estes são de diferentes tipos e naturezas. Alguns são formais - como a restrição para ingresso nas polícias militares que define o percentual de vagas que podem ser preenchidas por mulheres a cada novo concurso público (Calazans, 2003). Outros são informais, como o chamado ‘teto de vidro’ que inviabiliza o acesso das mulheres aos postos mais elevados da hierarquia policial (Silveira, 2009), e aqueles obstáculos que se expressam nas relações cotidianas, como a rejeição de mulheres para o desempenho de determinadas atividades, a recusa de alguns policiais em trabalhar com mulheres (Souza, 2011), as ‘piadinhas’ e ‘gracejos’, o assédio sexual e moral, a inadequação da infraestrutura para acolher mulheres em delegacias e batalhões, entre outros [...] (BRASIL, 2013b).

Neste contexto, entre os obstáculos que as mulheres enfrentam há aqueles institucionais e outros decorrentes das interações face a face com os homens. Destes, Denize e Renata citam alguns. A primeira afirma que o ambiente policial militar é um espaço de fofocas. Os nomes das mulheres são poucos e por isso se a mulher fizer algo errado, todos ficam sabendo, isto não somente no batalhão onde trabalha, mas disseminado em “todos os batalhões da Paraíba”. Para Renata, os homens têm preconceito com as mulheres e preferem trabalhar com seus iguais:

Normalmente, os homens querem se escorar na gente, no trabalho do setor administrativo. Agora, na rua, eu vejo que há ainda por parte de alguns policiais, preconceito de ter uma fem. na viatura. Tem uns que não gostam. Já teve sargento que chegou pra mim dizendo: “num é preconceito não, mas eu num quero fulana na minha guarnição, tire ela!”. Aí eu chego e falo: é



preconceito e eu vou deixar porque ela tá na escala ordinária. Eu não vou remanejar uma pessoa que tá na escala ordinária pra outra viatura.

Renata afirma que por obediência hierárquica, fala com respeito com seus superiores, mas não admite este tipo de tratamento com as fens. Há indiferença entre os grupos não só na rua, mas também no setor administrativo. Na Polícia Militar, existe a noção de que às mulheres é mais adequado o trabalho interno, enquanto aos homens cabem as ações ostensivas propriamente ditas, como será visto a seguir.

O informante Michel, quando se refere ao sistema de cotas para mulheres na PMPB, acena de modo positivo para as cotas. Ele diz que tem “quase certeza” que “de cem mulheres que entram na polícia, setenta ou oitenta por cento vão para cargos administrativos” por não querer ficar na rua. Poucas são aquelas que gostam do serviço de rua: “quem quer tá dentro de uma viatura pra lá e pra cá, ao invés de tá numa sala dessas com ar condicionado?”. O informante chama atenção para um fenômeno comum na instituição: de fato, a presença de mulheres no setor administrativo é mais notado do que no policiamento “de rua”. Isto foi observado pela pesquisadora tanto no interior dos batalhões, quanto nas ações da PM nas ruas de Campina Grande.

Diante do fato, as entrevistadas foram indagadas acerca de todas estarem na administração da polícia. Kátia, Denize e Renata afirmaram que iniciaram sua vida policial militar na rua, mas depois receberam o convite para ficar na gerência da instituição e acabaram aceitando. Entre os principais motivos da aceitação das propostas está o fato do trabalho de gerência permitir a dedicação a outras atividades, tais como estudar para outros concursos.

Desde o capítulo dois venho tratando das discussões de gênero que perpassam a pesquisa. O sistema de cotas para mulheres; a atenuação das provas para entrar no CFSD; o choque com a Semana Zero e a divisão do trabalho por gênero acentuam que a Polícia Militar reproduz de forma expressiva aquilo que Bourdieu (2002) classificou de visão androcêntrica do mundo. Este é um fenômeno comum na polícia já que “certas formas de coragem que são exigidas” nela e nas Forças Armadas são resultado da reafirmação das relações que têm o homem como dominador.

Ora, “o poder simbólico não se exerce sem a colaboração dos que lhes são subordinados”. Tanto as mulheres quanto os homens são prisioneiros de comportamentos eleitos como femininos, ou masculinos e os reproduzem constantemente. Dos homens cobra-se uma conduta que reproduza as qualidades varonis que lhes são atribuídas sob pena de ser

rebaixados a “categorias tipicamente femininas, dos “fracos”, dos “delicados”, das “mulherzinhas”, dos “veados” (Ibid. p. 32).

As mulheres, por sua vez, estão submetidas a uma violência simbólica, “doce e quase imperceptível”, que as leva a reproduzir práticas androcêntricas. Isto se evidencia quando um policial se recusa a trabalhar com a soldado, frágil, sem destreza física, que realiza melhor o trabalho interno e quando a instituição induz as mulheres a não trabalhar na rua, convidando-as a ficar na gerência do estabelecimento.

As mulheres, conscientes ou não, são levadas a reproduzir condutas masculinas para ganhar respeito e mostrar que são tão hábeis quanto os homens para o trabalho na PM. Este foi um fenômeno observado no comportamento da informante Vilma com a pesquisadora. No momento em que Vilma conversou na presença de homens, seu comportamento, ou seja, sua postura foi semelhante à de um homem: a seriedade da face, o tom de voz grave, a postura ereta do corpo. Depois, em reserva com a pesquisadora a conduta da informante foi mais espontânea, os movimentos do corpo mais soltos, a voz mais aguda, olhar menos tenso. Duas representações, por assim dizer, antagônicas e que revelam que na polícia, para ganhar respeito, a mulher tem que passar impressões características da dramatização masculina.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo seletivo para entrar na Polícia Militar, o período do curso de formação e as experiências dos soldados, no íntimo e além da instituição, muito revelam sobre o *ethos*, ou estilo de vida policial. Tal modo de ser é perpassado pela construção de tipos ideais de soldados e de suas atribuições e este fenômeno é perceptível tanto nas ações institucionais, quanto nos discursos e práticas dos policiais. O soldado idealizado pela instituição é jovem, potente, tem uma estética formal, tem destreza física, intelectualidade aguçada e moral inquestionável. Atributos enaltecidos pela instituição que delineiam indivíduos cuja existência se dá mais no campo simbólico do que prático. A socialização na PM segue o mesmo ritmo e é constituída a partir da idealização de um soldado “de guerra” ao invés de um “de rua”. Do mesmo modo, reproduzindo e recriando discursos da instituição, os soldados constroem um tipo fictício de suas competências concebendo que têm no uso da força e das armas as ferramentas principais de seu cotidiano.

Tais representações são acompanhadas de algumas crenças, entre elas: a ideia que a PM não é lugar para mulher, pois seus corpos frágeis não são adequados para a vida militar; o soldado não precisa entender de Direitos Humanos, mas de prática de tiro e uso da força; a população não é aquela a quem a polícia protege, mas de quem a polícia se defende.

O estigma da fragilidade perpassa toda a carreira moral da mulher na Polícia Militar e vai do processo seletivo à divisão do trabalho. Através da diferenciação entre o corpo masculino e o feminino surge como pano de fundo uma visão androcêntrica da instituição onde corpo continua sendo objeto de manipulação e construção de identidade nas instituições contemporâneas. O abrandamento dos testes para mulheres, o sistema de cotas, a indução ao trabalho no setor administrativo, a divisão de tarefas, a falta de estrutura física para comportar mulheres são indícios que levam a crer que a polícia é serviço de homem. Valores, portanto, arraigados na instituição e reproduzidos pelos soldados.

Alguns discursos da instituição entram em conflito com as experiências dos soldados dentro e fora dela. À medida que a PM destaca a conduta moral como um dos seus valores por excelência, soldados reclamam a conduta “imoral” dos Oficiais com os postos mais baixos da instituição enquanto esta mesma discrimina “tatuados”, portadores de necessidades especiais e outros tantos estigmatizados. A polícia cria um tipo de ação moral que contraria Direitos Humanos e a liberdade de expressão. Proíbe tatuagens alusivas à violência, mas os soldados vivem, nas relações interpessoais institucionais, uma espécie de violência psicológica resultante de sua condição de subordinado. Não só a instituição, mas os soldados também se

contradizem. À medida que alguns reclamam o assédio hierárquico, denunciando Oficiais, outros reproduzem discursos e práticas de violência nas redes sociais e no trabalho de rua.

Há uma distinção visível entre o que se diz no processo de seleção para entrar na PM e aquilo que se dá no âmbito das práticas institucionais. O estilo de vida Policial Militar revela que enquanto a instituição idealiza um policial cujo psicológico ateste sociabilidade e controle emocional, os soldados ficam assustados frente à pesquisadora, demonstrando, ao contrário, instabilidade comportamental, ou uma espécie de medo visível na inquietude dos olhares, das faces e das posturas. Fenômeno intrigante também é o fato da instituição mostrar apreço pelo soldado disposto à sociabilidade e a maioria dos soldados demonstrarem uma aversão à população que, para eles, é o seu lado oposto, que usa a polícia para benefícios próprios.

A educação dos soldados muito tem a melhorar. A estrutura das UOP's é precária e faltam elementos materiais indispensáveis para um processo educador, tais como água, cadeiras, colchões e salas de aula. Os discursos dos PM's formados em diversas unidades de educação espalhadas pelo estado mais parece uma harmonia sinfônica que se combina em melodia e letra: o improvisado é o alicerce da formação.

Há dois tipos de CFSD's realizados na Paraíba: um, aparentemente excelente onde nenhum tipo de recurso material falta, que é aquele realizado no Comando Geral na capital do estado; e outro, o avesso do primeiro, realizado nas unidades do interior do estado, onde "falta tudo". Realidades de educação antagônicas de indivíduos que trabalham juntos, nos mesmos batalhões, desempenham as mesmas funções, mas com diferentes processos de formação.

A identidade do soldado também é marcada por problemas exteriores à instituição e que atinge, de forma direta, o dia-a-dia do policial. O Governo Federal e os municípios estão isentos da responsabilidade de gerenciar a instituição e estado e estudiosos da segurança pública, lançando mão deste discurso, justificam a falta de estrutura da Polícia Militar. Além disto, as prefeituras não colaboram com o estado e fornecem prédios em péssimas condições de funcionamento para servir de destacamento para os PM's, motivo a mais para frustração dos soldados com a profissão.

A proposta da Matriz Curricular limita-se às páginas da própria Matriz. A formação do soldado voltada para os Direitos Humanos é sufocada a partir de um currículo oculto presente no CFSD e que norteia toda a formação do PM. As disciplinas teóricas contemplam mais conteúdo operacional do que de práticas reflexivas. Além disto, as ações de disciplinarização do sujeito se unem aos citados conteúdos, cujo resultado é um soldado com uma visão distorcida das atribuições da polícia e da realidade das ruas. Tal concepção, induzida pela instituição, perpassa a carreira moral dos soldados que pensam que prática de tiro é uma das

disciplinas primordiais do CFSD; que a função da polícia é combater o crime; que o trabalho na PM é o serviço braçal; que o CFSD tem excesso de disciplinas teóricas e o soldado necessita de mais conteúdos operacionais que, por sua vez, já constituem a maior parte do curso.

Ora, os soldados, no cotidiano, têm contato com criminosos, mas também com a população. No policiamento nas cidades do interior do estado o contato com os civis é mais provável e recorrente do que com criminosos. Contudo, a formação dos soldados está destinada à primeira possibilidade. Em nenhum momento os soldados falam sobre Direitos Humanos e práticas reflexivas, exceto naqueles momentos em que se falou dos instrutores civis, que defenderiam mais os Direitos Humanos do que a polícia, lados opostos da sociedade. Cidadania, na Polícia Militar é discurso mínimo no CFSD e inexistente nos soldados. Algo está errado. Há que se repensar as ações formativas, e porque não dizer também a reciclagem profissional, voltadas para os soldados paraibanos, colocando de mãos dadas, como defensoras da mesma causa, Polícia Militar e cidadania. Quanta relevância e falta faz uma disciplina de Relações Interpessoais que trabalhe nos soldados relacionamento, sociabilidade e interação de grupo que são fatores evidentes de dificuldades sofridas pelos PM's nas relações dentro e fora da instituição.

Se há abertura mínima para Direitos Humanos e Cidadania nos conteúdos do CFSD e na voz dos soldados, também não há espaço para o que pode ser chamado de possibilidades da entrada do conteúdo humanístico na polícia: o instrutor civil. Entre trinta e duas disciplinas da grade curricular do CFSD, em média, apenas duas são ministradas por civis. A instituição fecha o CFSD nos valores dela mesma: interiorizando e reproduzindo nos soldados seus valores militaristas. Além disto, os poucos instrutores civis que dão sua contribuição à formação dos soldados são vistos: como representantes do “inimigo” Direitos Humanos e da voz da sociedade, ambos oponentes da polícia e incapazes de passar para o policial a realidade do trabalho de rua. A PM se assemelha às instituições do tipo Totais nos seus valores, na sua organização, nas relações interpessoais, de todo modo, no seu “fechamento”. A aversão à presença de civis dentro da instituição é notável: o mínimo de professores desta natureza e as minúcias da permissão para a presença da pesquisadora dentro dos batalhões.

A formação dos soldados é permeada por duas metodologias: uma, presente mais no âmbito do discurso e pronunciada oficialmente; outra, dissimulada, norteadora dos métodos e das práticas do estilo de vida militar, currículo oculto do CFSD. Os muídos revelam uma educação baseada na formação do soldado que vai para a guerra e precisa, antecipadamente, testar se tem resistência física e psicológica para suportar situações de alta tensão. A

instituição criada para coibir a violência socializa os soldados à luz da agressão e justifica os muídos a partir do discurso da simulação da realidade das ruas e do futuro cotidiano dos soldados. A concepção é amplamente equivocada. A interação face a face com civis que, não necessariamente são criminosos, também é realidade diária dos soldados, no entanto, sua formação marginaliza este fenômeno em detrimento do primeiro. Uma das conseqüências de tal formação é possivelmente a aversão apresentada pelos soldados aos instrutores civis e à população.

A serventia da Semana Zero é questionável e alguns informantes a reconhecem. Uma encenação com representações e cenários de pouca serventia para a representação nas ruas. Não sendo um fenômeno local, mas nacional, a formação desfigurada, ou deformada dos soldados da polícia surge como uma agressão não só aos próprios policiais, mas com a própria população que irá conviver com indivíduos que têm grande chance de reproduzir na rua o comportamento interiorizado dentro dos batalhões.

Após seis anos sem realizar concurso a PMPB lançou em abril de 2014 o edital para o novo CFSD. No mesmo ano em que a polícia anuncia a intenção de investir em recursos humanos esta pesquisa revela as carências e os desafios da educação Policial Militar na Paraíba. Tal diagnóstico pode servir de modelo para se pensar, ou repensar o CFSD-PMPB naquilo que diz respeito aos métodos, ao planejamento, aos recursos, aos discursos e às estratégias para a socialização dos indivíduos que irão trabalhar nas ruas, e não somente nelas, das cidades paraibanas.

O que leva um soldado a querer entrar na polícia é uma motivação ora financeira, ora repleta de admiração por outros indivíduos que fazem parte da instituição. Neste sentido, o soldado já entra na PM com fortes expectativas da vida militar que, por sua vez, podem ser abaladas já nos primeiros dias no estabelecimento. Sentimentos advindos de afetividade e simpatia são frustrados pelo militarismo que faz surgir novos anseios sobre a polícia, estes não tão prazerosos quantos os primeiros. A identidade do soldado é marcada pelo que se pode chamar de fantasia criada acerca da instituição e do fenômeno tornado concreto sobre o que de fato é a polícia. As expressões de risos que responderam à pergunta “o que levou você a ser policial” são exatamente o avesso das representações faciais e vocais que afirmaram o desejo de querer sair da instituição. Sem ser questionado, o militarismo surgiu nos diálogos com os PM's como uma das características definidoras da instituição, marcada nas Praças. Além de uma educação militarista, as relações interpessoais institucionais - Oficiais e Praças - e além destas - as entrevistas - são marcadas pela presença constante das regras e das repressões.

À medida que expõe suas frustrações com a polícia, o soldado tende defender-se quando versa sobre a interação polícia-sociedade. O que emerge como “pano de fundo” de tal posicionamento é o fato de que versar sobre a interação do soldado com a população é falar de si mesmo, do próprio cotidiano, das suas ações particulares o que, portanto, justifica a ação de autodefesa. No entanto, mesmo tratando de si mesmos os soldados se vêem como o oposto dos civis. Quanta contradição há nos discursos dos indivíduos cujo objetivo é pelo menos apaziguar os conflitos entre os cidadãos. A percepção negativa que os soldados têm da população é intrigante, donde surge uma série de questionamentos: de onde parte a querela: dos soldados, ou dos civis? Da instituição policial fechada às outras instituições, ou destas desconfiadas com a “Total”? O que fazer para superar a contenda policial-cidadão? Reformular a Constituição redefinindo o papel da PM? Adotar, não só no âmbito dos discursos institucionais, mas nas práticas novas políticas, ou filosofias de convivência com a população? O problema, ao contrário, não estaria nestas questões, mas em contextos outros que extrapolam os limites desta pesquisa?

Os soldados têm experiências diferentes com a população e o tipo de policiamento que se realiza, assim como o local e a população com quem se atua são fatores determinantes da relação com os cidadãos. Contudo, os relatos do atrito entre os dois grupos superam aqueles das interações face a face prazerosas. A ideia de que a sociedade não gosta da polícia, ou se beneficia dela apenas para fins egoístas, embora não seja um discurso somente dos policiais, mas de fontes empíricas de pesquisa é uma justificativa insuficiente para um problema que se arrasta por séculos e envolve sociedades de diferentes partes do mundo. Julgar o mau relacionamento entre grupos responsabilizando apenas uma das partes é um caminho curto, portanto não suficiente, para pensar a extensão da questão.

O conflito é, portanto evidente e longe está de ser atenuado. E não só ele. A identidade policial militar está cercada de conflitos fora e dentro da instituição. As revelações dos sabores da profissão são marginalizadas, ou pelo menos representam uma pequena parcela quando comparadas às dificuldades advindas do trabalho cotidiano.

Querer a polícia, fazer parte dela e almejar deixá-la são fases distintas de uma identidade em fluxo constante de mudanças. Socializações distintas se entrelaçam e fazem emergir o desejo por outras tantas, futuro ainda incerto, contudo desejado. Identidade adquirida pela afeição ao mundo doméstico e que, ora se volta contra este próprio mundo, na revolta pela fantasia não realizada, no distanciamento dos amigos e dos lugares cotidianos; ora o fortalece, na aproximação das afeições dentro e fora da família, na certeza de que a instituição, pelo menos em alguns aspectos, satisfaz as expectativas.

## REFERÊNCIAS

- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Polícia e Direitos Humanos: do antagonismo ao protagonismo**. Porto Alegre: SBAI/CAPEC, Editora Pallotti, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Direitos humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo: CAPEC, Paster Editora, 1998.
- BARCELLOS, Caco. **Rota 66**. 37 ed. São Paulo: Globo, 2002.
- BRASIL. Da segurança. In: **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Direitos humanos**. Organização: Isabel Seixas de Figueiredo, Cristina Neme e Cristiane do Socorro Loureiro Lima. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013a.
- \_\_\_\_\_. **Matriz Curricular Nacional: para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2008.
- \_\_\_\_\_. **Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013b.
- \_\_\_\_\_. **Perfil das Instituições de Segurança Pública: Perfil das Academias de Polícia Civil, de Polícia Militar, de Corpos de Bombeiros Militares e Centros de Formação de Praças**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2010a.
- \_\_\_\_\_. **Perfil das Instituições de Segurança Pública. Perfil das Instituições Estaduais de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2010b.
- \_\_\_\_\_. **Perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública: estudo profissiográfico e mapeamento de competências**. [Programa Nacional de Desenvolvimento para as Nações Unidas (PNUD)]. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2012a.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013c.
- \_\_\_\_\_. **Políticas públicas: análise e diagnósticos**. Organização: Isabel Seixas de Figueiredo, Cristina Neme e Cristiane do Socorro Loureiro Lima. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013d.
- \_\_\_\_\_. **Segurança Pública no Brasil: pesquisa de opinião pública nacional**. Brasília: Senado Federal, 2012b.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Vitimização**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013e.
- BRASIL, Glauciria Mota; LOPES, Emanuel Bruno; MIRANDA, Ana Karine P. C. **Direitos humanos e formação policial: reflexões sobre limites e possibilidades. O público e o privado**. Fortaleza: UECE, 2003. Semestral. Conteúdo: ano 9, n. 18, Julho/Dezembro, 2011.
- BERGER, Peter. **A construção social da realidade**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- DOUGLAS, Mary. **Como pensam as instituições**. Tradução de Mônica Pinto. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. Tradução de Paulo J. B. San Martin. São Paulo: Ícone, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.



- \_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Tradução de Álvaro Cabral. 3º Ed. Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- \_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. Sabotagem: 2004.
- GREENE, Jack R (org.). **Administração do trabalho policial**. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. 1 ed., 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. (Série Polícia e Sociedade, n. 5/ Organização: Nancy Cardia).
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- IZQUIERDO, Jesus. **Meninos não choram**: a formação do *habitus* guerreiro nas FARC-EP. Fortaleza: Edições UFC, 2008.
- NÓBREGA, Raquel Mirian. **Sociedade Disciplinar**: o investimento político do corpo no século XVIII [manuscrito]. Campina Grande: UEPB, 2011. Originalmente apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia). Universidade Estadual da Paraíba, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Programa Correio Verdade: sensacionalismo nas práticas jornalísticas**. Campina Grande; UEPB, 2014. Originalmente apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social).
- PARÁ. **Concurso público para admissão ao curso de formação de soldados da polícia militar do estado do Pará CFSD/PM/2012**. Disponível em: <[www.para.gov.br](http://www.para.gov.br)>. Acesso em 10/15/2012.
- PARAÍBA. **Lei No. 3.909, de 14 de Julho de 1977** (Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Paraíba). Disponível em: <<http://www.pm.pb.gov.br>>. Consulta em 03/01/2013.
- \_\_\_\_\_. **O ser humano policial**. Disponível em: <<http://www.pm.pb.gov.br>>. Consulta em 03/01/2013.
- \_\_\_\_\_. **História da PMPB**. Disponível em: <<http://www.pm.pb.gov.br>>. Consulta 03/01/2013.
- \_\_\_\_\_. **Edital nº 003/2007 CFSD PM/BM**. Disponível em: <<http://www.pm.pb.gov.br>>. Consulta em: 10/60/2013.
- PONCIONT, Paula. **Políticas públicas para a educação policial no Brasil**: propostas e realizações. **Estudos de Sociologia**. Araraquara: UNESP/FCLAR. Semestral. v. 17, n. 33, 2º semestre, 2012.
- SÁ, Leonardo; NETO, João Pedro S. **Entre tapas e chutes**: um estudo antropológico do baculejo como exercício de poder policial no cotidiano da cidade. **O público e o privado**. Fortaleza: UECE, 2003. Semestral. Conteúdo: ano 9, n. 18, Julho/Dezembro, 2011.
- SANTA CATARINA. **Edital de Concurso Público nº 015/CESIEP/2013** para admissão no curso de formação de soldado para ingresso no quadro de praças policiais militares - QPPM. Disponível em: <<http://www.pm.sc.gov.br>>. Acesso em 20/08/2013.
- SÃO PAULO. **Edital de concurso público N° DP – 002/321/13**. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br>>. Acesso em: 20/08/2013.
- SILVA, João Batista da. **A violência policial militar e o contexto da formação profissional**: um estudo sobre a relação entre violência e educação no espaço da Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

- SILVA, Vanderlan Francisco da. **Conflitos e violência no universo penitenciário brasileiro**. Porto Alegre, Sulina, 2008.
- SOARES, Luiz Eduardo. **Arquitetura Institucional da Segurança Pública no Brasil: três propostas de Reforma Constitucional**. Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com>>. Consulta em: 18/03/2014.
- SOARES, Luiz Eduardo; BALESTRERI, Ricardo. **A raiz dos nossos problemas de segurança**. Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com>>. Consulta em: 18/03/2014.
- WEBER, Marx. **Metodologia das ciências sociais**. Tradução de Augustin Wernet. 4 edição. São Paulo: Cortez, 2011.
- VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. NUNES, Edson Org. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

# ANEXOS

**ANEXO A – MODELO DO OFÍCIO ENCAMINHADO AO 10º BPM-PB  
SOLICITANTO PERMISSÃO PARA A PESQUISA DE CAMPO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

OF. UACS nº 16/2013

Campina Grande, 19 de novembro de 2013

Ilmo. Sr.

Ten. Cel. Ismar Mota

M. D. Comandante do 10º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba

Prezado Comandante,

O Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva, lotado nesta Unidade Acadêmica de ensino orienta as ações de pesquisa da aula RAQUEL MIRIAN NÓBREGA a qual deseja desenvolver uma pesquisa de campo acerca da identidade policial militar paraibana, com trabalho de entrevistas a policiais militares e fotos do batalhão.

Neste sentido, vimos solicitar de Vossa Senhoria permissão para que a mesma, com a devida anuência do ilustre Comandante do 10º BPM possa realizar a pesquisa no âmbito desta instituição.

Sem mais para o momento, agradecemos ao atendimento da solicitação e elevamos votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

**Clóvis Alberto Vieira de Melo**

Coordenador Administrativo da UACS

**ANEXO B – MODELO DO DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO EMITIDO PELO  
COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA PERMITINDO A  
PESQUISA NO 10º BPM-PM**

SECRETARIA SE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
**GABINETE DO DIRETOR**

Ofício nº 0676/2013-GDCE

João Pessoa, 29 de novembro de 2013.

Do Cel QOC Diretor do CE

Ao Exmoº Sr. Cel. QOC Cmt Geral

Assunto: Remessa de Documento -

Pesquisa - 10º BPM

Anexo: Ofício nº 075/2013-CPR 1/CIOP

Tendo aportado no Gabinete deste Diretor o Ofício nº 075/2013-CPR I/CIOP, contendo despacho de Vossa Excelência no sentido de que se fosse analisada, para posterior despacho, a consulta do Comandante do 10º Batalhão de Polícia Militar (10º BPM) acerca de autorização para a realização de uma pesquisa de campo por parte de uma aluna do curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), este Diretor se posiciona favorável ao pleito, porém é importante destacar que a Polícia Militar, como integrante do Sistema de Segurança Pública do Estado, tem por obrigação zelar para que determinadas informações (que dizem respeito à segurança da própria Corporação) não sejam divulgadas publicamente. Nesse aspecto, caso seja permitida a realização da pesquisa, opino que **sejam vedados** o repasse dos seguintes dados:

- Fotos das instalações físicas do Batalhão;

- Número do efetivo, quer seja por posto ou graduação quer seja por gênero;
- Cessão do Plano de Articulação da Corporação, desde que tal documento tenha alguma classificação de segurança (sigiloso, reservado, etc.)

Por fim, na hipótese de ser deferida a solicitação em questão, sugiro que o Comando do 10º BPM esclareça ao seu contingente que não estão obrigados a participarem da pesquisa e que dela (pesquisa) farão parte apenas aqueles que se voluntariarem.

DANIEL SALES SILDA JÚNIOR - CEL QOC

Diretor do CE

**ANEXO C – MODELO DO OFICIO ENCAMINHADO AO 2º BPM-PB  
SOLICITANTO PERMISSÃO PARA A PESQUISA DE CAMPO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

OF. UACS nº 15/2013

Campina Grande, 19 de novembro de 2013

Ilmo. Sr.

Ten. Cel. José Rodrigues de Souza Neto

M. D. Comandante do 2º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba

Prezado Comandante,

O Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva, lotado nesta Unidade Acadêmica de ensino orienta as ações de pesquisa da aula RAQUEL MIRIAN NÓBREGA a qual deseja desenvolver uma pesquisa de campo acerca da identidade policial militar paraibana, com trabalho de entrevistas a policiais militares e fotos do batalhão.

Neste sentido, vimos solicitar de Vossa Senhoria permissão para que a mesma, com a devida anuência do ilustre Comandante do 10º BPM possa realizar a pesquisa no âmbito desta instituição.

Sem mais para o momento, agradecemos ao atendimento da solicitação e elevamos votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

**Clóvis Alberto Vieira de Melo**

Coordenador Administrativo da UACS

**ANEXO D – MODELO DO DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO EMITIDO PELO  
COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA PERMITINDO A  
PESQUISA NO 2º BPM-PB**

SECRETARIA SE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

**GABINETE DO DIRETOR**

Ofício nº 0676/2013-GDCE

João Pessoa, 12 de dezembro de 2013.

Do Cel QOC Diretor do CE

Ao Cel. QOC Cmt CPR I

Assunto: Remessa de Documento -

Pesquisa - 10º BPM

Anexo: Ofício nº 0676/2013-CPR 1/CIOP

Considerando que aportou no Gabinete deste Diretor o Ofício nº 0835/2013-P/1-CPR I, versando sobre solicitação de autorização para ser realizada, na sede do 2º Batalhão de Polícia Militar (2º BPM), uma pesquisa de campo por parte de uma aluna do curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG);

Considerando que, no último mês de novembro, este Diretor recebeu pedido idêntico, ou seja, sobre a mesma pesquisa e da mesma aluna, diferenciando apenas o público alvo visto que o foco seria o efetivo do 10º Batalhão de Polícia Militar (10º BPM);

Considerando que, no tocante à pesquisa no 10º BPM, este gestor remeteu documento ao Exellentíssimo Senhor Comandante Geral comunicando-lhe a intensão da pesquisadora e, ao mesmo, tempo, se posicionando favorável a execução do estudo;

Considerando que, em despacho verbal, o Sr. Comandante Geral cientificou este Diretor de que já havia encaminhado expediente a este Comando de Policiamento Regional autorizando a pesquisa no 10º BPM, e nessa oportunidade (durante o despacho verbal) também autorizou a pesquisa no 2º BPM, desde que fossem observadas as mesmas restrições previstas em relação à primeira Unidade pesquisada;

Considerando finalmente os pontos acima descritos e de ordem do excelentíssimo Comandante Geral, informo a Vossa Senhoria que fica autorizado o início dos trabalhos da



discente pleiteante na sede do 2º BPM, reforçando que é importante destacar que a Polícia Militar, como integrante do Sistema de Segurança Pública do Estado, tem por obrigação zelar para que determinadas informações (que dizem respeito à segurança da própria Corporação) não sejam divulgadas publicamente. Nesse aspecto, ficam vedados o repasse dos seguintes dados:

- Fotos das instalações físicas do Batalhão;
- Número do efetivo, quer seja por posto ou graduação quer seja por gênero;
- Cessão do Plano de Articulação da Corporação, desde que tal documento tenha alguma classificação de segurança (sigiloso, reservado, etc.)

Por fim, sugiro que o Comando do 2º BPM esclareça ao seu contingente que não está obrigado a participar da pesquisa e que dela (pesquisa) farão parte apenas aqueles que se voluntariarem.

DANIEL SALES SILDA JÚNIOR - CEL QOC

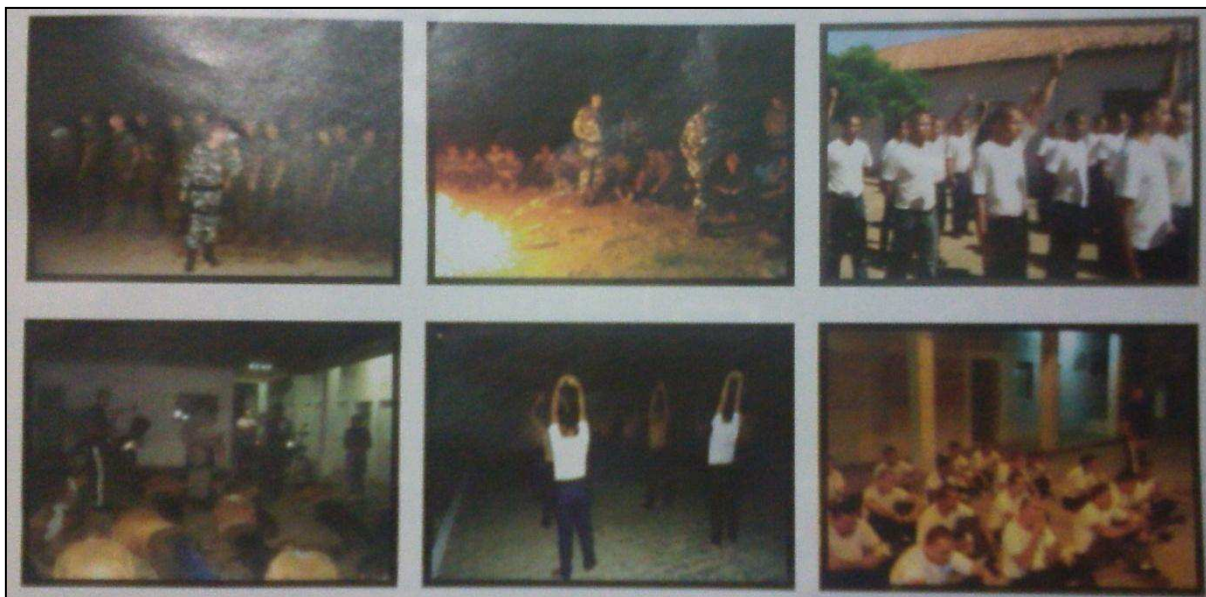
Diretor do CE

**ANEXO F – PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013 DAS AÇÕES DO 2º BPM-PB**

<p style="text-align: center;"><b>PRESTANDO</b></p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>CONTAS</b></p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>RESUMO DAS AÇÕES</b></p> <p style="text-align: center;"><small>DESDE 26 JANEIRO 2012</small></p>		
NATUREZA	Qtd.	Média / dia
<b>ATENDIMENTOS</b>	<b>20.787</b>	<b>30,7</b>
<b>PRISÕES EM FLAGRANTE</b>	<b>2.228</b>	<b>3,3</b>
<b>APREENSÃO DE MENORES INFRATORES</b>	<b>443</b>	<b>0,65</b>
<b>MANDADOS DE PRISÃO EXECUTADOS</b>	<b>203</b>	-
<b>VEÍCULOS COM QUEIXA DE FURTO/ROUBO</b>	<b>257</b>	-
<b>ARMAS DE FOGO APREENDIDAS</b>	<b>516</b>	<b>0,76</b>
<b>MUNIÇÕES APREENDIDAS</b>	<b>3.305</b>	<b>4,89</b>
<b>ENTROPECENTES APRENDIDOS</b>	<b>208,3 Kg</b>	-

Fonte: Polícia Militar da Paraíba

**ANEXO G - FOTOS DO CFSD 2013 REALIZADO NO 3º BPM-PB**



Fonte: Polícia Militar da Paraíba



Fonte: Polícia Militar da Paraíba

# APÊNDICES

**APÊNDICE A - FACHADA DO 10º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DA  
PARAÍBA**



Foto: Raquel Mírian Nóbrega

**APÊNDICE B – MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SOLDADOS**

1. Porque você escolheu ser Policial Militar?
2. Antes de entrar na polícia o que você pensava dela? E hoje?
3. O que você achou do processo seletivo para entrar na polícia?
4. E do curso de formação se soldados?
5. Como você vê o relacionamento entre Graduados e Oficiais?
6. E entre policiais homens e mulheres?
7. O que você acha das exigências da instituição sobre a aparência do corpo?
8. O que sua família e seus amigos dizem de seu trabalho?
9. Como você vê o relacionamento da polícia com a população?
10. Como você avalia suas condições de trabalho?
11. Se tivesse que escolher uma profissão, hoje, você seria policial?
12. Segundo o estatuto da PM o policial deve servir à instituição em defesa da sociedade, doando a própria vida, se preciso. O que você pensa sobre isto?

**APÊNDICE C - FACHADA DA 4ª COMPANHIA DO 10º BPM-PB (SOLEDADE-PB)**

Foto: Raquel Mírian Nóbrega

**APENDICE D – FACHADA DO 2º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DA  
PARAÍBA**

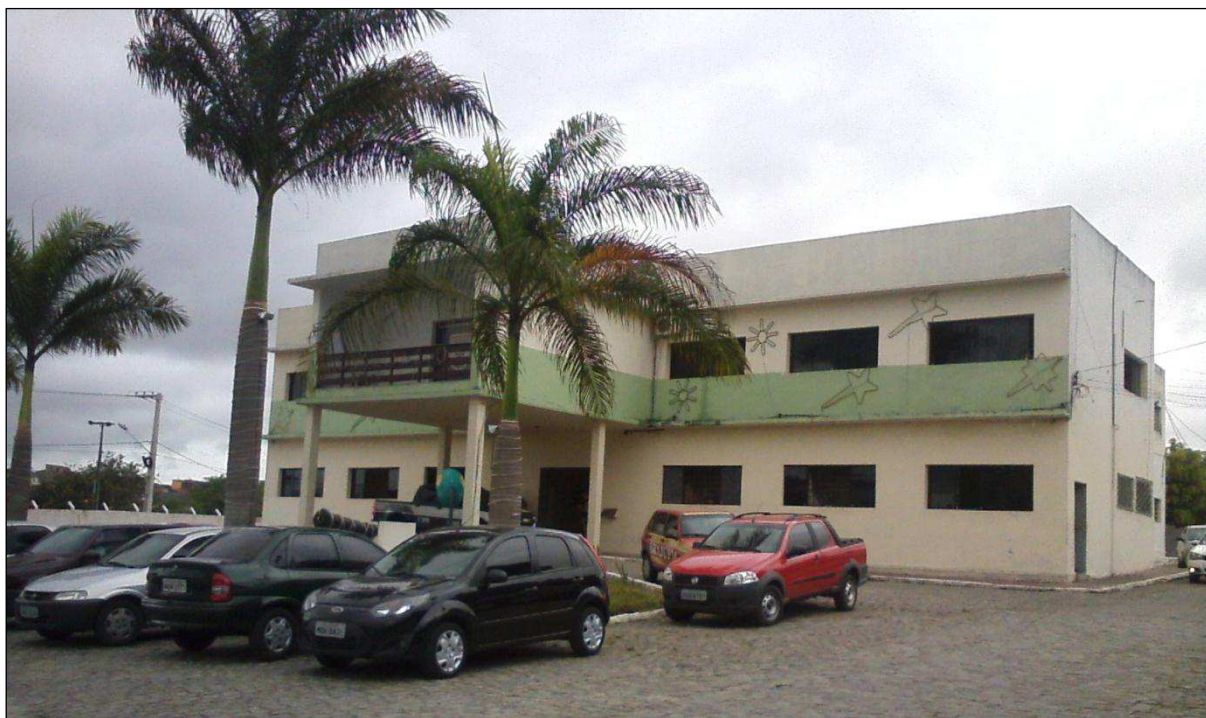


Foto: Raquel Mírian Nóbrega



**APÊNDICE E – POLICIAIS DA CICLO PATRULHA DO 2º BPM-PB NO CENTRO DE CAMPINA GRANDE COM FARDAS QUE DEIXAM DESCOBERTAS PARTES DO CORPO.**

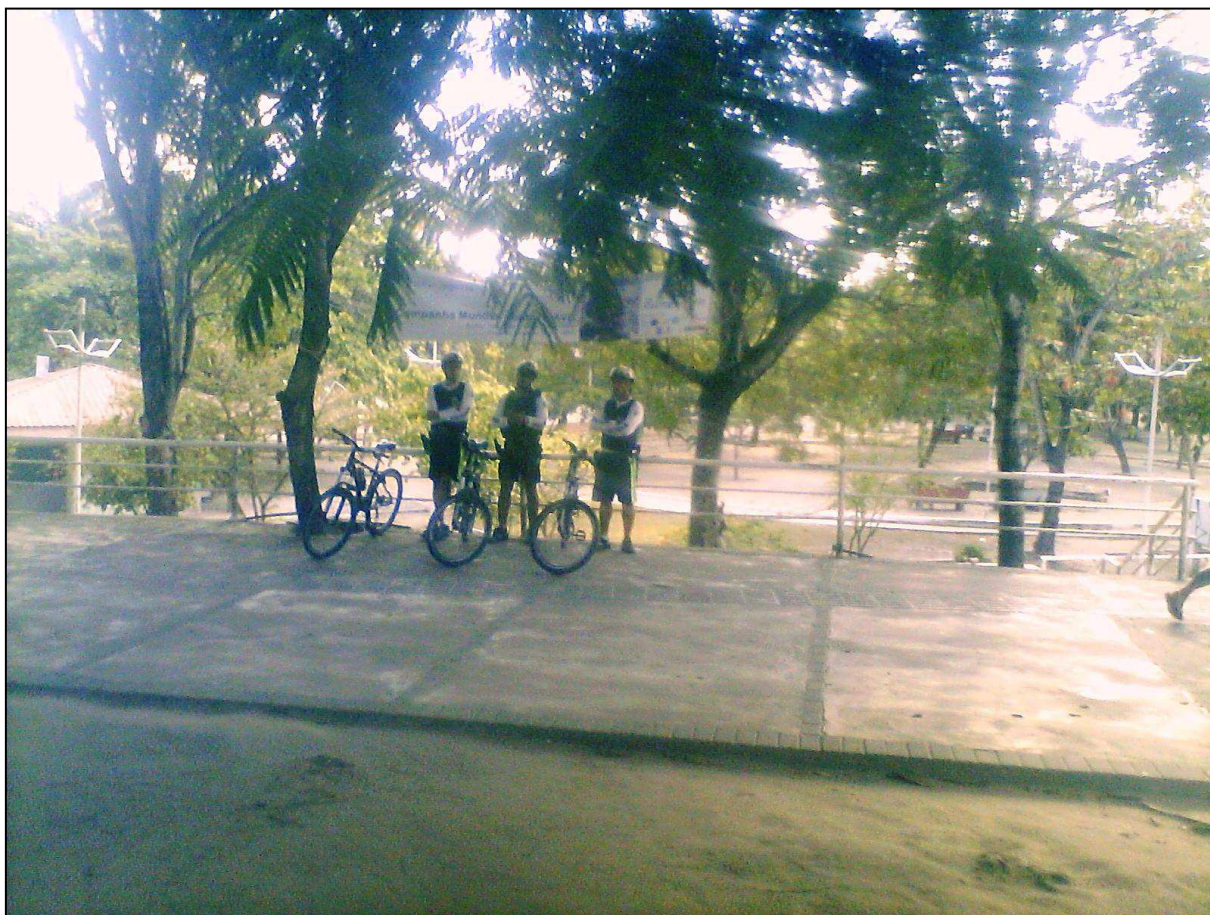


Foto: Raquel Mírian Nóbrega